RELATÓRIO CONSOLIDADO 2021

Versão não conforme com ESEF

31.05.2022

Metropolitano de Lisboa FERCONSULT metrocom Lojas no metro Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, submetido no *site* da CMVM no dia 31 de maio de 2022. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, e que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome "Relatório e Contas Anual 2021 - Versão não oficial - não auditada". Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.

ÍNDICE

NATUREZA DO RELATÓRIO 5
I. SUMÁRIO EXECUTIVO 6
1. Mensagem do Presidente. Destaques do ano 6
2. Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 11
II. ORGANIZAÇÃO 12
1. O ML e as suas Participadas 12
2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão 12
3. Política de Gestão 13
4. Carta do Cliente 14
III. ANÁLISE DE CONTEXTO 16
1. Análise Externa 17
2. Análise Interna 20
3. Riscos e Oportunidades 23
4. Estrutura de Governance 25
5. Órgãos Sociais 28
IV. ESTRATÉGIA 30
1. Objetivos Estratégicos 30
V. MODELO DE NEGÓCIO 32
1. Áreas de Negócio e Criação de Valor 32
2. Investimento e expansão da rede 33
3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante 37
4. Oferta do serviço de transporte 39
5. Procura 41
6. A atividade comercial 42
VI. DESEMPENHO 48
1. Capital financeiro 48
2. Capital intelectual 61
3. Capital humano 62
4. Capital social 66
5. Capital natural 74
VII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 77
1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento 77
2. Gestão do risco financeiro 80
3. Limite de crescimento do endividamento 80
4. Prazo médio de pagamentos 80
5. Recomendações do acionista 80
6. Remunerações 81
7. Estatuto do gestor público 83
8. Despesas não documentadas ou confidenciais 84
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens 84
10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção 85
11. Contratação pública 85
12. Sistema nacional de compras públicas 86
13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais 86
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria 87
15. Princípio da unidade de tesouraria do estado 88
16. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos 88
17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade 88

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira 88
19. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE 89
Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais 90

VIII. SÍNTESE DE RESULTADOS 91

1. Efeitos e impactos da pandemia COVID-19 91
2. Eventos subsequentes 91
3. Perspetivas futuras 92
4. Proposta de aplicação de resultados 93

IX. Anexos 94

i. Declarações Finais 95
ii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC) 96
iii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC) 97
iv. Demonstrações Financeiras e seus Anexos 98
v. Demonstrações Orçamentais 187
vi. Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas 198
vii. Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas 210
viii. Relatório do Auditor Externo 226
ix. Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI 242
x. Glossário de Termos e respetivas Fontes 263
xi. Siglas e Acrónimos 267

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores principais do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 11
Quadro 2 – Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação 16
Quadro 3 - Variação do PIB em Portugal 18
Quadro 4 - Total de dormidas em Portugal 18
Quadro 5 - Taxa de desemprego em Portugal 19
Quadro 6 - Proporção da população empregada em teletrabalho 19
Quadro 7 - Análise de riscos à corrupção 24
Quadro 8 - Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção 25
Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira 26
Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial 27
Quadro 11 – Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 2019-2021 28
Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019 28
Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021 29
Quadro 14 – Evolução da oferta 40
Quadro 15 – Taxa de realização da oferta 40
Quadro 16 – Evolução da procura 41
Quadro 17 - Produção de cartões Lisboa Viva 42
Quadro 18 - METROCOM – Indicadores de Atividade 43
Quadro 19 - Faturação METROCOM 44
Quadro 20 – FERCONSULT – Indicadores de Atividade 45
Quadro 21 - EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult 46
Quadro 22 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro 47
Quadro 23 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro 47
Quadro 24 - Receitas de títulos de transporte 49
Quadro 25 - Receitas complementares 50
Quadro 26 – Resultados - Contas individuais 51
Quadro 27 - Contas consolidadas - 2021 51

Quadro 28 - Resultados - Contas consolidadas 52
Quadro 29 - Rendimentos Operacionais - Contas individuais 52
Quadro 30 - Rendimentos operacionais - Contas consolidadas 53
Quadro 31 - Gastos Operacionais - Contas Individuais 53
Quadro 32 - Gastos operacionais - Contas consolidadas 54
Quadro 33 - Gastos operacionais (COVID19) - Contas Individuais 54
Quadro 34 - Gastos com pessoal - Contas individuais 54
Quadro 35 - Resultados financeiros - Contas individuais 55
Quadro 36 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais 56
Quadro 37 - Atividades de financiamento - Contas individuais 56
Quadro 38 - Ativo total - Contas individuais 56
Quadro 39 - Passivo e Capital Próprio - Contas individuais 57
Quadro 40 - *Rating* do ML 58
Quadro 41 – Passivo Remunerado ML (2020-2021) – Contas individuais 58
Quadro 42 - Passivo Remunerado (2020-2021) – Contas consolidadas 59
Quadro 43 – Despesa de Investimento 2021 60
Quadro 44 – Evolução do Investimento 2019-2021 61
Quadro 45 - Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 62
Quadro 46 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género 63
Quadro 47 - N.º total de recursos humanos 63
Quadro 48 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 65
Quadro 49 – Acidentalidade por género 65
Quadro 50 - Taxa de absentismo 65
Quadro 51 - Atividade de fiscalização 68
Quadro 52 - Outros indicadores de atividade 68
Quadro 53 - Objetivos de gestão 77
Quadro 54 – Investimento 78
Quadro 55 - Grau de execução do orçamento financeiro 79
Quadro 56 - Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados 80
Quadro 57 - Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento 80
Quadro 58 - Prazo médio de pagamentos 80
Quadro 59 - Dívidas vencidas 80
Quadro 60 - Identificação dos membros do Conselho de Administração 81
Quadro 61 - Acumulação de Funções 81
Quadro 62 - Estatuto do Gestor Público 81
Quadro 63 - Remuneração anual 81
Quadro 64 - Benefícios sociais 82
Quadro 65 - Encargos com viaturas 82
Quadro 66 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço 82
Quadro 67 - Identificação do Conselho Fiscal 82
Quadro 68 - Remuneração anual do Conselho Fiscal 82
Quadro 69 - Identificação do Revisor Oficial de Contas 83
Quadro 70 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas 83
Quadro 71 - Identificação do Auditor Externo 83
Quadro 72 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo 83
Quadro 73 - Gastos com comunicações 84
Quadro 74 - Gastos anuais associados a viaturas 84
Quadro 75 - Eficiência operacional 86
Quadro 76 – Detalhe da perda de Receita tarifária atribuível à COVID-19 87
Quadro 77 – Detalhe da perda de Receita não tarifária atribuível à COVID-19 87
Quadro 78 - Disponibilidades no IGCP 88
Quadro 79 - Disponibilidades na Banca Comercial 88
Quadro 80 - Informação divulgada no *site* do SEE 89

Quadro 81 - Quadro resumo - Cumprimento de orientações legais 90
Quadro 82 – Priorização dos aspetos materiais 242
Quadro 83 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia 243
Quadro 84 – Tabela Resumo GRI (I) 258
Quadro 85 – Tabela Resumo GRI (II) 259
Quadro 86 – Tabela Resumo GRI (III) 260
Quadro 87 – Tabela Resumo GRI (IV) 261
Quadro 88 – Tabela Resumo GRI (V) 262

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organigrama de participações sociais 12
Ilustração 2 - Os *stakeholders* do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 16
Ilustração 3 - Análise SWOT 23
Ilustração 4 – Organograma do Metropolitano de Lisboa 29
Ilustração 5 – Os ODS assumidos pelo METRO 31
Ilustração 6 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro 32

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas) 37
Gráfico 2 - Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses) 37
Gráfico 3 - Disponibilidade média mensal do material circulante 38
Gráfico 4 - Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses) 38
Gráfico 5 - Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências de supressão de comboios (média de 12 meses) 39
Gráfico 6 - Receitas de títulos de transporte 49
Gráfico 7 - Gastos totais - Contas individuais 55
Gráfico 8 – Formação 61
Gráfico 9 – Efetivo por género e por faixa etária 63
Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens 64
Gráfico 11 – Eficiência energética 75

NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Consolidado engloba a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, correspondente ao exercício de 2021.

O presente relatório foi elaborado dando cumprimento ao disposto nos artigos 66.º - "Relatório de Gestão", 66º-A - "Anexo às contas" e 66º-B - "Demonstração não financeira" do Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta as Diretrizes do IIRC – Internacional Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Pretende-se ainda, dar resposta às "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021", emanadas no Ofício-Circular SAI_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro de 2022, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e justificando os principais desvios observados nesse período. Adicionalmente contém, ainda, informação relativa à governação, análise de contexto, estratégia, bem como a divulgação e o desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

Nos termos do artigo 29.ºG do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas foram preparados sob o Formato ESEF e em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de Dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo igualmente em conta os *guidances* disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) através da versão atualizada do ESEF Reporting Manual.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir ainda que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que "*no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.º-B ou do artigo 508.º-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados*.".

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Mensagem do Presidente. Destaques do ano

A todos os interessados.

Apresentamos neste documento o Relatório Consolidado que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e das empresas por si detidas a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E., bem como os resultados obtidos no ano de 2021.

O ano de 2021 viveu-se na continuação do surto epidémico iniciado em 2020 e sempre com a expectativa de que neste ou naquele mês veríamos o seu termo. Infelizmente tal não aconteceu e só nesta altura em que Vos escrevo estas linhas, neste início de 2022 é que iniciamos o que esperamos ser não o seu fim mas a passagem a um novo estado de epidemia de infeção menos generalizada, mais pontual mas obrigando-nos sempre a medidas de defesa pessoal. E nos finais de 2021 começamos a assistir a um novo ciclo económico inflacionário, com graves problemas de fornecimentos vários e de roturas da cadeia logística.

E como se isto já não fosse suficientemente duro para a pretendida recuperação da nossa normalidade demos de cara nos telejornais com a invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que se encontra a decorrer à data de produção deste documento, e que se prevê que a economia europeia venha a ser seriamente penalizada e com consequências imprevisíveis.

Nesta envolvente de contínuo combate à situação pandémica o Metropolitano de Lisboa deu continuidade às fortes medidas de higienização e limpeza diária e mensal de todos os espaços de trabalho e de uso pelos nossos clientes, designadamente as estações e comboios, medidas estas implementadas em 2020.

De modo idêntico e a nível interno, demos continuidade às medidas implementadas no ano transato com vista à proteção dos colaboradores, tais como a criação de equipas “espelho”, repartidas entre trabalho presencial e equipas em reserva no seu domicílio em esquema rotativo, a implementação e generalização do regime de teletrabalho, o desfasamento de horários de trabalho, o reforço da limpeza e higienização das instalações, a adequação dos espaços comuns à nova realidade.

No âmbito das medidas adotadas, a empresa continuou a ver reconhecida a eficácia da higienização e limpeza das suas estações e do material circulante, em auditorias independentes realizadas pela SGS, através da atualização do selo “Viaje com confiança”.

Ao nível das estações e dos clientes, manteve-se a sinalética colocada em 2020 em toda a rede do Metro, relativa à obrigatoriedade do uso da máscara e correta utilização da mesma, à necessidade de manter o distanciamento social recomendado, à importância da lavagem das mãos e do uso de gel desinfetante.

Neste cenário de continuidade da situação pandémica a procura e a receita continuaram a ressentir-se e apresentar valores muito distantes de 2019. No tocante à procura, em 2021 o Metropolitano de Lisboa registou 81,3 milhões de passageiros, número apurado com base nas validações efetuadas. Este indicador corresponde a menos 4,3 milhões de passageiros face ao período homólogo de 2020 e menos 92,4 milhões face ao ano de 2019, período pré pandémico. Estes valores de 2021 correspondem a uma redução na procura, em 2020 e 2019, respetivamente, de 5,1% e 53,2%.

No fim do segundo semestre de 2021 verificou-se um ligeiro aumento do número de passageiros mantendo-se esta tendência positiva em janeiro de 2022, o qual revela um aumento de 40,8 % da procura nos passageiros relativamente ao período homólogo de 2021, prevendo-se uma tendência para uma recuperação sustentável da afluência de clientes durante o corrente ano.

O Metropolitano de Lisboa atingiu, em 2021, uma receita total de € 104,9 milhões. Esta receita inclui compensações financeiras com passes sociais (4_18, Sub23, Social+ e Antigos Combatentes), pagamentos PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária, e receitas provenientes dos apoios extraordinários disponibilizados pelo Governo às Áreas

Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, através de verbas do Fundo Ambiental para compensação no âmbito da crise pandémica COVID-19. Sem estas compensações extraordinárias a empresa não teria condições financeiras para fazer face aos seus custos operacionais.

Apesar deste contexto adverso e com enormes dificuldades, o Metropolitano conseguiu dar continuidade aos projetos que tinha em curso e prosseguiu com a implementação de outros.

No tocante ao Plano de Recuperação dos Ativos, da Rede e de implantação de acessibilidades plenas, o Metropolitano de Lisboa adjudicou a empreitada de reabilitação das estações Cidade Universitária e Entre Campos, que inclui a instalação de elevadores, permitindo a existência de mais duas estações com acessibilidade plena. Este contrato insere-se num vasto plano de adaptação e modernização das estações que o Metropolitano de Lisboa tem vindo a concretizar, no âmbito do Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, tendo em vista alcançar o princípio de "Acessibilidade e Mobilidade para Todos" estabelecido no D.L. 163/2006, de 8 de agosto. No seu Plano de Acessibilidades o ML tem previsto concluir até 2023/2024 as estações Campo Grande, Campo Pequeno e Picoas (linha Amarela), Praça de Espanha, (linha Azul), Anjos, Intendente e Martim Moniz (linha Verde). No fim deste programa prevê-se que 51 estações de um total de 56 estejam dotadas de acessibilidade plena.

Ainda referente a projetos de acessibilidades há que referir a inauguração da estação de Arroios (linha Verde), totalmente remodelada, com capacidade para receber comboios de seis carruagens e dotada de elevadores que lhe conferem acessibilidade plena. Com um investimento de 6,67 milhões de euros, a empreitada, finalizada em setembro de 2021, incluiu, também, a remodelação dos átrios, abrangendo a reorganização dos espaços de apoio à exploração.

Ainda no âmbito do Plano de Recuperação dos Ativos, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu com a concretização do processo de substituição de escadas mecânicas em diversas estações (Anjos, Rato, Avenida), bem como outros trabalhos de recuperação das degradações naturais existentes no que respeita ao tratamento de patologias estruturais, remodelação dos sistemas de bombagem, refrescamento e instalação de novos equipamentos de telecomunicações, entre outros.

Na área das instalações e sistemas técnicos é de salientar a continuidade da instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controle e supervisão da rede do Metropolitano de Lisboa: SADI (Sistema de Apoio à Deteção de Incêndios), o SSIT (Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas) e o CITV (Circuito Interno de Televisão). No que ao projeto de Modernização da Rede do Metropolitano de Lisboa diz respeito, e na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018, para a substituição do atual sistema de sinalização por um sistema CBTC – *Communications-Based Train Control* e para aquisição de 14 novas unidades triplas, bem com a adaptação de 70 unidades triplas existentes ao novo sistema de sinalização, o Metropolitano de Lisboa recebeu o visto prévio pelo Tribunal de Contas em maio de 2021 o que permitiu dar início ao contrato celebrado, pelo valor de 114,5 milhões de euros, com o prazo global de execução de setenta e sete meses. A aquisição deste novo material circulante e do sistema de sinalização CBTC para as linhas Azul, Amarela e Verde, afigura-se essencial para o reforço da oferta e melhoria da qualidade de serviço prestado, sendo considerado um dos projetos mais relevantes do Metropolitano de Lisboa. Infelizmente, a litigância concorrencial impossibilitou, durante largos meses, o desenvolvimento deste projeto.

Quanto ao material circulante existente, o Metropolitano de Lisboa continuou, em 2021, a proceder à sua recuperação, procurando anular os atrasos de manutenção de anos anteriores dando seguimento aos contratos de reabilitação dos sistemas de portas em toda a frota de material circulante de exploração iniciados em 2020. Nos comboios ML90 está prevista a substituição do antigo mecanismo de acionamento pneumático por um novo mecanismo de acionamento elétrico. Nas restantes frotas ML95, ML97 e ML99 está em curso a grande revisão dos mecanismos existentes. Estas alterações têm um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Porque a manutenção da infraestrutura de via-férrea é um dos aspetos fulcrais dos sistemas ferroviários já que dela dependem a operacionalidade e a segurança da exploração do sistema de transporte Metro, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa investiu na substituição de equipamento para esmerilagem dos carris, substituindo a atual esmeriladora datada de 1976 por um novo equipamento, pelo valor de cerca de 8 milhões de euros que permita corrigir, de forma sistemática, todos os desvios à geometria e resistência dos carris, maximizando a sua durabilidade nas melhores condições de desempenho geométrico e ambiental.

No âmbito da bilhética, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento iniciado em 2018, relativo aos sistemas tecnológicos para uma alteração muito significativa do sistema de bilhética, tornando-o mais simples, mais fácil e mais fiel. Em 2021 iniciou novos desenvolvimentos na área da bilhética seja por criar a facilidade de pagamento via *contactless* seja por via de utilização do cartão bancário, que esperamos vir a finalizar em 2022.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa viu mantido, em 2021, o seu *rating* de longo prazo de BBB *investment grade*, com Outlook estável, relativamente ao ano transato, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

Paralelamente, procurou-se, internamente, dar seguimento à implementação de medidas que reforçam a gestão pela melhoria de sistemas de controlo internos, entre os quais, as ferramentas de apoio à Contratação, ao Sistema de Gestão de Risco e ao *Compliance*, a consolidação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a utilização generalizada na empresa da assinatura digital qualificada a par da implementação de procedimentos relacionados com a cibersegurança. Por outro lado, consciente do quadro legal publicado em 2021 relativo ao combate à corrupção, a promoção da ética e da integridade tem sido um caminho seguido pela Empresa, alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU, tendo divulgado, em parceria com o Conselho de Prevenção da Corrupção ou a Associação Portuguesa de Ética Empresarial campanhas internas e externas sobre o tema.

Também merece especial relevo, a continuidade da política de rentabilização do património do Metropolitano de Lisboa não afeto à operação, tendo as negociações relativas à aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios sido retomadas com a Câmara Municipal de Lisboa, após a tomada de posse do novo elenco Camarário por forma a se prosseguir com a alienação daqueles terrenos.

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a Certificação pela Norma NP 4475:2020, em Serviço público de transporte de passageiros em modo metropolitano, certificação que incide diretamente no serviço prestado ao cliente. Esta empresa passa, assim, a dar cumprimento a todos os requisitos de qualidade, juntando esta certificação às restantes certificações do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Sistema de Gestão Ambiental.

Já em relação à Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao prolongamento das Linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré). Em relação ao Lote 1 – Execução dos toscos entre o término da Estação Rato e a Estação Santos os trabalhos prosseguiram em bom ritmo nos vários pontos de intervenção da empreitada, estando, na altura da presente mensagem, já executadas várias centenas de metros dos respetivos túneis e estando praticamente executados os poços da Estrela e do ISEG.

Em relação ao Lote 2 - Execução dos toscos entre a estação Santos e o Término da estação Cais do Sodré, a empreitada sofreu um ligeiro atraso pela necessidade de elaboração de estudos complementares ao RECAPE o que atrasou a emissão da DCAPE e consequente consignação dos trabalhos que esperamos ainda efetuar no 2º trimestre de 2022.

Relativamente ao Lote 3 - Construção de dois novos viadutos no Campo Grande, a consignação ocorreu no primeiro trimestre de 2021 e a obra encontra-se, também, em curso.

No tocante ao Lote 4 - Empreitada de projeto e construção dos acabamentos e sistemas, o Metropolitano de Lisboa aprovou o lançamento de concurso público com publicidade internacional em agosto de 2021, com um investimento de 76,5 milhões de euros, aguardando-se a apreciação das propostas pelo Júri nomeado para o concurso.

Ainda no referente a futuras expansões, o Metropolitano de Lisboa concluiu a fase de Estudo Prévio do Prolongamento da Linha Vermelha entre a estação São Sebastião e a estação Alcântara para efeitos da Avaliação de Impacte Ambiental e submeteu à Agência Portuguesa do Ambiente em dezembro de 2021, o Processo de Licenciamento Ambiental relativo a esse estudo. Este prolongamento terá uma extensão total de cerca de 4 km e 4 novas estações (Campolide, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara, esta última à superfície). Tem abertura prevista para 2026.

O Metropolitano de Lisboa celebrou um Protocolo com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, para a realização dos estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável. O LIOS constituirá uma ligação rápida e estruturante com as linhas ribeirinhas de elétrico e de comboio da Linha de Cascais e Linha do Norte. Serão cerca de 24,4 quilómetros de uma nova linha de Metro Ligeiro de Superfície (MLS). Foi também assinado um segundo protocolo com as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas para a elaboração dos estudos referentes a um MLS ligando Odivelas e Loures mais exatamente entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado com cerca de 12 km de extensão.

Com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 68/2021, de 30 de julho, o objeto da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa passa a contemplar as expansões da rede de metropolitano de Lisboa que sejam ou venham a ser realizadas através de sistemas de transporte coletivo em sítio próprio de elevada capacidade, designadamente na modalidade de metro ligeiro de superfície.

O Metropolitano de Lisboa e a Estrutura de Missão "RECUPERAR PORTUGAL" celebraram, em 2021, os contratos de financiamento para a realização dos investimentos para a linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa até Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Odivelas/Loures, previstos no Plano de Recuperação e Resiliência 2026 que determinam o apoio financeiro destinado à concretização e operacionalização destes investimentos.

Ao nível da inovação, realça-se o lançamento de um programa interno de Ideias e Projetos – #MetroGO que resultou no envolvimento de 60 trabalhadores de diversas áreas que, distribuídos por grupos de seis, formalizaram a apresentação de número igual de ideias de Inovação tendo um Júri de Avaliação selecionado três das mais impactantes no Metropolitano. Já em 2022 iniciaram-se os processos de implementação. Em paralelo, encetou-se a colaboração com duas escolas de referência (ISEL e UA) através do estabelecimento de protocolos com vista ao desenvolvimento de iniciativas de inovação conjuntas.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu a implementação de um conjunto de medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, e com o PISA 2030 – Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental, iniciadas em 2020. Espera no decorrer de 2022 dar início ao projeto de implementação de uma central fotovoltaica no PMO II.

Ao nível da gestão do capital humano realça-se o reforço dos compromissos com os temas de responsabilidade social com várias iniciativas de significativo impacto no ML. Relevante também a concretização de admissões para áreas de especial relevo na empresa, quer para reforço de equipas de várias direções, quer para substituição de quadros que entretanto atingem a idade de reforma. Uma especial referência ao lançamento do Programa *Trainees* para a descoberta e eventual reforço de jovens quadros. Cumpre salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores.

No tocante à Ferconsult, S.A., a sua atividade no decorrer de 2021 continuou focada no âmbito do encerramento dos projetos internacionais, nomeadamente na Argélia.

No que respeita à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes nas e igualmente detida a 100% do seu capital pelo Metropolitano de Lisboa, a mesma prosseguiu a sua atividade com uma gestão focada na mitigação do impacto da crise pandémica, e no estudo e planeamento da transformação e do reposicionamento do negócio. Não obstante, esta empresa apresentou um volume de negócios de cerca de 1,8 milhões de euros, ou seja uma evolução de + 9,9% em comparação com o ano de 2020.

A atividade do TREM, ACE e TREM II, ACE centrou-se na gestão dos seus ativos e passivos, e obrigações decorrentes.

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa continuou empenhado em reforçar o seu papel na AML enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade. O Metropolitano de Lisboa aferiu que a satisfação dos seus clientes atingiu o valor mais alto de sempre, resultados do Índice de Satisfação do Cliente realizado através de inquéritos nos meses de outubro e novembro de 2021. Os resultados demonstram uma subida generalizada na satisfação dos nossos clientes em todas as componentes do serviço.

Aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional que sempre mantiveram ao garantir nestes dois últimos e difíceis anos, a atividade diária da empresa, garantindo o seu contributo para a manutenção de um transporte essencial na mobilidade sustentável da cidade e na área metropolitana de Lisboa.

Um agradecimento é devido, também, a todos aqueles que colaboraram com o Metropolitano de Lisboa e que contribuíram diariamente para fazer desta empresa uma empresa de referência, fundamental para o serviço público de transportes.

É igualmente devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais e suas equipas pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Por último, e pela sua especial importância para a mobilidade estruturante na Área Metropolitana de Lisboa, julga-se importante referir que o Metropolitano de Lisboa é um dos sócios fundadores da AMOLIS - Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa, uma associação de direito privado sem fins lucrativos constituída em fevereiro de 2022, tendo sido igualmente eleito para a Presidência do Conselho Diretivo para o triénio 2022-2024.

Lisboa, 31 de maio 2022.

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 11:29:41 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Presidente do Conselho de Administração

Vítor Domingues dos Santos

2. Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Quadro 1 - Indicadores principais do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2021	2020	Var. 2021/2020	
				Abs	%
Indicadores de PROCURA					
PT (Passageiros Transportados)	10^3	83 716	90 567	(6 851)	(7,6)
PKT (Passageiros x km)	10^3	403 679	433 114	(29 435)	(6,8)
Indicadores de OFERTA					
Ckm (Carruagens x km)	10^3	24 398	26 373	(1 975)	(7,5)
LKO (Lugares x km)	10^6	3 123	3 376	(253)	(7,5)
Qualidade de Serviço					
Regularidade	%	96,8	96,9	-	(0,1) p.p.
Taxa de Ocupação	%	12,9	12,8	-	0,1 p.p.
INDICADORES DE RH					
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 521	1 515	6	0,4
Número médio de efetivos	Un.	1 518	1 517	1	0,1
Massa Salarial	m€	59 267	58 359	908	1,6
Indemnizações por Rescisão	m€	0	0	0	-
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	M€	3 667,9	3 414,0	254	7,4
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	M€	5 680,6	5 662,6	18	0,3
Ativo corrente	M€	196,5	111,4	85	76,4
Total Ativo	**M€**	**5 877,1**	**5 774,0**	**103**	**1,8**
Capital Próprio	M€	1 730,4	1 501,0	229	15,3
Passivo	M€	4 146,7	4 273,0	(126)	(3,0)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	**5 877,1**	**5 774,0**	**103**	**1,8**
INVESTIMENTOS [1]					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	52,8	16,4	36	221,7
Outros Investimentos	M€	34,5	5,0	30	592,2
Despesa de Investimento	M€	**87,4**	**21,4**	**66**	**308,1**
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Passivo Remunerado	M€	3 395,1	3 494	(98)	(2,8)
Autonomia Financeira %	%	29,44	26,00	-	3,4 p.p.
Solvabilidade %	%	41,73	35,13	-	6,6 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	36	41	(5)	(12,2)
Volume de Negócios	M€	67,4	67,5	(0)	(0,1)
EBITDA *(corrigido)* [2]	M€	(3,97)	(28,43)	24	(86,1)
Margem do EBITDA *(corrigido)*	%	(5,88)	(42,10)	-	36,2 p.p.
Rendimentos Operacionais *(corrigidos)* [2]	M€	112,70	92,31	20	22,1
Gastos Operacionais *(corrigidos)* [2]	M€	116,67	120,74	(4)	(3,4)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais *(corrigidos)*	%	96,6	76,5	-	20,1 p.p.

[1] *A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de Encargos financeiros.*

[2] *Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.*

II. ORGANIZAÇÃO

1. O ML e as suas Participadas

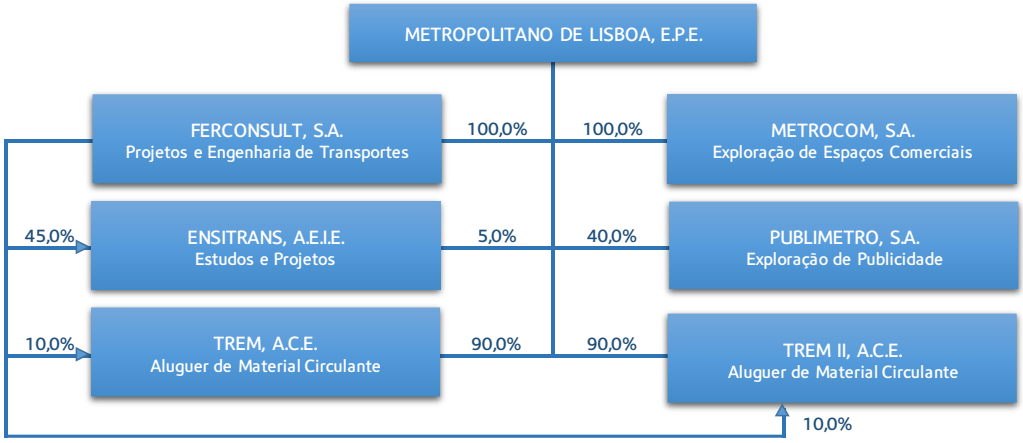
O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a operação, a promoção do Transporte Público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

Explora ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de serviços de publicidade, através da Publimetro, S.A..

A participada Ferconsult S.A., detida a 100% pelo ML, assumiu-se como o principal parceiro do Metropolitano de Lisboa para o desenvolvimento da sua rede, designadamente na construção de novas linhas e a expansão das existentes. Na sequência da implementação do plano de reestruturação, no final de 2020 os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2019-2021 pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1ª série – nº 53, de 15 de março de 2019), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 01 de março de 2019.

Ilustração 1 – Organigrama de participações sociais



2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O "Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente" foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do "Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente" do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.

Em 2021[1] o Conselho de Administração deliberou aprovar a adoção dos conceitos "Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão", que a seguir se enunciam:

PROPÓSITO

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

ÂMBITO

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expetativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

3. Política de Gestão

1. **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expetativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
2. **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
3. **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
4. **O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
5. **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.

[1] Deliberação n.º 1587859, de 2021.09.16.

6. **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente - SGQA dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.

7. **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.

8. **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.

9. **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.

10. **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.

11. **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementa-las sempre que adequado.

4. Carta do Cliente

O Metropolitano de Lisboa assume a sua missão para com os seus clientes no cumprimento da "Carta do Cliente" onde estão especificados os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter os veículos em bom estado de conservação;
- Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

III. Regularidade:

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação perturbações do serviço.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma percetível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;
- Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

V. Limpeza e conservação:

Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente, vistoriados e limpos.

VI. Recursos humanos:

Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

VII. Acessibilidade:

Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

VIII. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

IX. Ambiente

- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

III. ANÁLISE DE CONTEXTO

Partes Interessadas

As partes interessadas foram identificadas em concordância com as orientações da *AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011 e* são todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Ferconsult, S.A. e da Metrocom, S.A., tanto no presente, como no futuro.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela), foi efetuada uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Ilustração 2 - Os *stakeholders* do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Para as diversas partes interessadas foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 2 – Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação

	OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE	FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do Cliente NP 4475 – Transporte público de passageiros – Rede de Metro – Características e fornecimento do serviço *(em fase de implementação)*	ISC – Inquérito de Satisfação do Cliente Reclamações *Site* da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão *(em fase de revisão)*	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do Setor do Estado
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira

	OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE	FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
COLABORADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bacharéis) e AEI (Trabalhadores não licenciados) ISO 45001 - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no trabalho – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização *(em fase de implementação)*	Questionário de Satisfação dos Colaboradores (Estudo de Clima da Empresa) Portal da Empresa Correio eletrónico
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores SaphetyGov
COMUNIDADE	ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização *(em fase de implementação)*	*Site* da Empresa Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na OTLIS (em liquidação)	Reuniões Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Acordos de cedência de espaços	Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas

1. Análise Externa

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente Relatório Consolidado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

Política

A pandemia de COVID-19 marcou o ano de 2021 e toda a ação política se centrou na resposta a dar à crise sanitária e à crise económica subsequente.

O Governo português, tal como muitos outros governos, procurou compensar, através de apoios sociais, pessoas e empresas que, fruto da pandemia, se encontravam em sérias dificuldades económicas.

No âmbito da recuperação económica foi lançado o Programa de Resiliência e Recuperação pelo Governo Português, que incluiu fortes incentivos à recuperação económica e no qual foi previsto o financiamento à expansão da rede do ML. A recuperação económica, na opinião de muitos especialistas e políticos, pretende-se mais sustentável. A palavra de ordem é que o financiamento para a recuperação tem de ter em consideração a decisão da União Europeia, e nacional, de atingir a neutralidade carbónica em 2050.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo o transporte com propulsão a energia elétrica.

A nível nacional, o ano de 2021 foi um ano de eleições, presidenciais e autárquicas. Os municípios de Lisboa e Loures tiveram alterações na sua presidência passando a haver novos interlocutores nesses dois municípios.

O orçamento de estado proposto pelo Governo para 2022 foi chumbado na Assembleia da República o que veio a provocar a dissolução da mesma e o agendamento de eleições legislativas para o início de 2022. Até à tomada de posse de novo governo e aprovação de novo orçamento o país será gerido por duodécimos.

Económica

O choque exógeno derivado da crise sanitária causada pela COVID-19 continuou a fustigar a atividade económica em Portugal. Em resultado da 3ª vaga da pandemia nos primeiros meses de 2021, cuja gravidade obrigou a decretar um novo

confinamento geral, as restrições à normalidade levaram a um intenso abrandamento da atividade produtiva, que levou a uma contração do Produto Interno Bruto no 1º Trimestre de 5,4% em termos homólogos e 3,3% face ao último trimestre de 2020. Ao contrário de recessões anteriores, ao nível setorial, o principal impacto foi registado em setores mais intensivos em contacto humano, e não em setores produtores de bens, tais como a indústria ou a construção.

Quadro 3 - Variação do PIB em Portugal

Variação do PIB em Portugal (%)						
2019	2020	1.ºT 2021	2.ºT 2021	3.ºT 2021	4.ºT 2021	2021
2,7	-8,4	-5,4	15,5	4,2	5,8	4,9

No seguimento da abertura faseada da sociedade, a atividade económica foi retomada, tendo sido registado um crescimento de 15,5% em variação homóloga no 2º trimestre, e de 4,9% em cadeia, ou seja, face ao primeiro trimestre de 2021, uma diferença assinalável de 10,3 pp..

Analisando a balança comercial, com foco nas exportações, constatamos que o valor ainda é substancialmente mais baixo quando comparado com o de 2019, devido à forte quebra sentida no setor do Turismo.

Quadro 4 - Total de dormidas em Portugal

	Total de Dormidas (10^3)			Var 2019/2021 (%)
	2019	2020	2021	
Nacional	70 159,0	25 798,3	37 455,8	-46,61
AM Lisboa	18 639,1	5 254,4	7 788,7	-58,21

Fonte: INE

De facto, essa redução é assinalável com particular intensidade na Área Metropolitana de Lisboa, cujos valores de dormidas em 2021 fixaram-se 58,21% abaixo face ao registado em 2019. Acresce ainda o facto de a evolução da procura do Metropolitano estar positivamente correlacionada com a atividade turística, pelo que a tendência do número de passageiros transportados comportou-se de maneira idêntica à evolução do Turismo, tendo recuado 7,6% face a 2020 e 54,5% quando comparado com o ano de 2019.

Durante o ano de 2021, o comportamento da taxa de inflação medida pelo índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) foi variável, contudo sempre com um ritmo crescente. Em Portugal, a taxa de inflação média anual atingiu os 0,9%, em contraste com a ligeira deflação de 0,1% apurado no final do ano de 2020. Ainda assim, Portugal ficou abaixo do valor atingido na área do Euro, que chegou aos 2,6%. É de assinalar a evolução que a taxa de inflação tem vindo a sofrer, sobretudo devido ao aumento dos custos relativos a matérias-primas, bens energéticos e custos intermédios, extremamente afetados pelo constrangimento da oferta que se fez sentir desde o início da pandemia nas cadeias de abastecimento globais e que, por conseguinte, geram pressões ascendentes nos preços.

A crise pandémica e económica deram também origem a uma crise logística o que veio provocar um aumento, e mesmo escassez, de alguns materiais e a um aumento substancial do custo da energia (gás e eletricidade).

Social

As restrições à mobilidade decretadas pelo governo desde Março de 2020, apesar de ajustadas a cada período vivido, levaram a cabo uma transformação na maneira como as pessoas se relacionam. O encerramento de estabelecimentos comerciais, culturais, o abrandamento do setor empresarial e o receio de contágio pelo SARS-CoV-2 resultou numa menor necessidade de mobilidade das pessoas e, por consequência, uma baixa utilização dos transportes públicos.

A taxa de desemprego foi 6,6% e a taxa de subutilização do trabalho foi 12,5%, tendo ambas diminuído em relação a 2020 (0,4 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente).

Quadro 5 - Taxa de desemprego em Portugal

	Taxa de Desemprego (%)						
	2019	2020	1ºT 2021	2ºT 2021	3ºT 2021	4ºT 2021	2021
Nacional	6,6	7	7,1	6,7	6,1	6,3	6,6
AM Lisboa	7,1	7,7	6,9	6,7	6,7	6,7	6,8

Fonte: INE

Efetivamente, a introdução de novas alterações ao paradigma laboral, como o teletrabalho, vieram densificar a redução de deslocações necessárias pela população.

Quadro 6 - Proporção da população empregada em teletrabalho

Proporção da População Empregada em Teletrabalho (%)			
1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre
20,7	14,9	12,7	9,3

Fonte: INE

Durante o primeiro trimestre de 2021, 967,7 mil pessoas encontravam-se em regime de teletrabalho, sendo que 48% do total desenvolviam a sua atividade profissional na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar de, com o alívio das restrições à mobilidade, a proporção da população emprega em teletrabalho ter diminuído, uma parcela relevante ainda se encontra em trabalho remoto. A perpetuação do teletrabalho em várias atividades e empresas é uma realidade crescente que deverá ter-se em consideração, estimando-se que em alguns setores de atividade se mantenham definitivamente em teletrabalho e outros em regime misto.

Tecnológica

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

A pandemia veio acelerar fortemente este processo, ao nível tecnológico, mas sobretudo ao nível da disponibilidade das pessoas para o seu uso.

As APP para *smartphones* generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o "*car sharing*" ou o "*bike sharing*" mas, também, servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte dito tradicionais, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou *online* serão, cada vez mais, frequentes, sendo obrigatório ao ML, a integração destas novas tecnologias.

A evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais. Ferramentas como o *Blockchain* ou a inteligência artificial / *Machine Learning* tornaram-se mais disponíveis, permitindo, de forma rigorosa, a melhoria da eficiência dos processos.

No final do ano intensificaram-se as situações de ciberataques em empresas sediadas em território nacional, que resultaram em perdas totais ou parciais da informação e sistemas internos, acentuando a importância da Cibersegurança para todas as organizações.

Ambiental

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, designadamente a seca, chuva torrencial ou ciclones.

Em Portugal é a seca que se tem vindo sentir com maior intensidade provocando uma escassez de recursos e o aumento dos preços.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos riscos de inundação. O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML) que o Metropolitano de Lisboa acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação.

Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao grupo de empresas do ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. Neste sentido, o ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, exigirá um maior nível de rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

A existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

A pandemia trouxe um conjunto de obrigações legais, quer em termos da organização do trabalho, quer em termos do serviço ao cliente, que compeliu a empresa a adaptar-se, por forma a garantir o seu cabal cumprimento. De entre estas destacam-se as obrigações relacionadas com o teletrabalho e com a restrição a 2/3 da utilização da capacidade do comboio durante parte do período de abrangência do presente relatório.

2. Análise Interna

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

Organização

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa (ver Ilustração 3 - Organograma, na página 29).

Em 2021 a Direção de Clientes (DCL) e a Gabinete de Auditoria Interna (GAI) sofrerem ligeiros ajustes com o intuito de imprimir uma maior dinâmica de inovação na empresa alicerçada na garantia de sustentabilidade. Consequentemente, a DCL alterou a sua designação para “Direção de Clientes, Comercial e Marketing” e o GAI para “Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*”.

Estas alterações deram continuidade a um conjunto de ajustes que o Conselho de Administração pretende implementar até 2022 com vista a adequar a organização do ML face aos desafios que se avizinham.

No decurso da pandemia o ML viu-se obrigado a adaptar a organização do trabalho estabelecendo equipas em teletrabalho permanente, teletrabalho rotativo e equipas em espelho. Esta organização foi sendo adaptada ao longo do tempo consoante a intensidade da pandemia e as orientações do Governo.

Processos

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do

benchmarking de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

Durante a pandemia, houve necessidade de promover alguns ajustes aos processos de fora a adequar os mesmos a novas formas de trabalho e a uma menor interação com o Cliente mas não houve alterações significativas nos fluxos dos processos.

O projeto de implementação de uma cultura de inovação tem vindo, paulatinamente, a alterar, também, a metodologia seguida por alguns processos, abrindo a empresa ao exterior e implementando novos métodos de trabalho.

Em 2021 o ML certificou o seu serviço de transporte público de passageiros pela NP 4475:2020, ficando claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço ao cliente seja considerado como de qualidade e obrigando o ML a monitorizar permanentemente esses mesmos requisitos.

Recursos Humanos

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permita a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML.

Em 2021 deu-se continuidade, assim, ao processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, mas também de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa ainda que se tenha verificado a dificuldade em contratar para algumas áreas por falta de mão-de-obra especializada mas também por força dos valores do mercado, às quais acresce o facto do ML não oferecer regimes de trabalho híbridos ou em teletrabalho.

Em 2021 foi aberto concurso para trainees de diferentes especialidades tendo sido admitidos em estágios pelo período de um ano, 10 (dez) trainees.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos. Ainda assim, e em ano de pandemia, o valor baixou face ao ano anterior.

Recursos materiais

A legislação em vigor, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2021 manteve-se a preocupação de garantir stock de produtos específicos de combate à COVID-19, equipamento informático necessário à generalização do teletrabalho e a contratação de prestações de serviço de limpeza e verificação de boas práticas.

Recursos financeiros

Em 2021, relativamente às contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios fixou-se nos 66,9 milhões de euros, registando um crescimento de 81 mil euros (+0,1%), face a 2020. No PAO 2021 estimava-se um volume de negócios na ordem dos 59,5 milhões de euros, tendo esta estimativa sido superada em 7,4 milhões de euros (+12,5%).

O EBITDA (corrigido) manteve-se em terreno negativo, atingindo -14,4 milhões de euros, no entanto regista-se uma melhoria de 16,2 milhões de euros, quando comparado com 2020. No comparativo com a estimativa do PAO 2021, também se regista uma melhoria de 10,1 milhões de euros.

Em 2021, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou, nas suas contas consolidadas, um decréscimo do volume de negócio de 0,14% (-94 mil euros) face a 2020, resultante fundamentalmente da diminuição da procura média (-7,6%).

O EBITDA (corrigido) manteve-se em terreno negativo com um valor de -4,0 milhões de euros, registando uma melhoria de 24,5 milhões de euros. O Resultado Operacional situou-se nos 2,1 milhões de euros, representando uma inversão de resultados, registando uma melhoria de 34,8 milhões de euros.

Infraestrutura e Material Circulante

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção, grandes intervenções e manutenção corrente, garantem o funcionamento dos equipamentos, prolongando a sua vida útil.

Em 2021 os efeitos da pandemia permaneceram, mantendo-se por isso as medidas de proteção dos trabalhadores, designadamente a constituição de equipas em espelho nos períodos de confinamento, ou ainda ajustes pontuais dos planos de manutenção.

Não obstante os constrangimentos provocados pela pandemia foi possível registar um aumento de 5,5% da disponibilidade do material circulante face a 2020. A disponibilidade registada no final do ano de 2021 foi de 85,9%.

No que diz respeito, a disponibilidade mensal da infraestrutura principal em 2021 foi ao longo de todo o ano superior ao valor objetivo.

3. Riscos e Oportunidades

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 3 - Análise SWOT

S

Política *(Inclusão no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência de novas expansões do ML)*

Social *(o ISC obteve o melhor resultado de sempre)*

Processos *(elevado know-how interno)*

Infraestrutura *(infraestrutura resiliente às alterações climáticas; mobilidade elétrica de baixas emissões de CO_2; projetos de expansão e modernização em curso)*

W

Recursos humanos *(elevada idade média dos Colaboradores; falta de retenção do conhecimento; absentismo elevado)*

O

Política: *(Na sequência da pandemia, espera-se o financiamento para um desenvolvimento económico, mais sustentável; Transporte gratuito para jovens até aos 23 anos e idosos residentes na cidade de Lisboa).*

Tecnologia *(existência de novas soluções ao nível da Bilhética e da Transformação Digital)*

T

Economia *(permanência do Covid mantendo o Turismo a um nível bastante inferior ao histórico; aumento significativo dos custos associados à energia e a algumas matérias primas)*

Social *(Teletrabalho; permanência do Covid contribuindo para a alteração estrutural de hábitos; Receio no uso dos transportes públicos)*

Tecnologia *(Maiores problemas ao nível da Cibersegurança)*

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa apostou no desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão de Risco (SGR), suportado por uma ferramenta informática (desenvolvida internamente), tendo sido revisto o Manual de Risco (com aplicação residual às suas participadas Metrocom e Ferconsult), avaliados os riscos e definidos os planos e medidas de mitigação. Neste contexto, o Comité de Risco da Organização cumpriu as atribuições previstas no seu Regulamento, tendo reunido trimestralmente.

O processo de gestão de risco assenta na metodologia COSO[2] (*Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*, Junho 2017) que tem por base um ciclo contínuo de acompanhamento e gestão de riscos, devendo assegurar que todos os riscos relevantes, e que possam ter um impacto significativo no grupo de empresas do ML, são considerados neste processo.

[2] *Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission*.

Em 2021, os riscos da Organização identificados pelo SGR eram os seguintes:

- Saúde pública
- Controlo de receita tarifária
- Envolvente política, social e macroeconómica
- Gestão da expansão da rede
- Gestão de tesouraria
- Segurança das Tecnologias de Informação
- Gestão da dívida, crédito e financiamento
- Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
- Processos judiciais
- Fraude de passageiros
- *Security*

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destaca-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metropolitano para o prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) assume-se como outro subsistema de gestão de risco relevante, mantendo-se em vigor a sua 6.ª edição, de 2020, que incluiu a participada Ferconsult.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC, que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos, é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) no "*Fraud Risk Manual*", adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

No exercício de 2021, o GAI realizou várias auditorias com impacto na matriz de fraude, destacando-se as seguintes:

- Auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML;
- Auditoria ao processo de venda – depósito de valores e controlos da receita – referente às MAVT;
- Auditoria aos procedimentos de controlo e registo do inventário permanente dos *stocks* da DMT (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (follow-up) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente da auditoria aos fundos (de maneio, fixos de caixa e de devolução); da auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo; da auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição; da auditoria às MAVT; da auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML e da auditoria ao processo de venda – depósito de valores e controlo da receita referente às MSAVT.

Considerando ainda a aplicação transversal à Empresa do risco de fraude, corrupção e comportamentos não éticos, do PPRCIC, enquanto subsistema e dos demais projetos no âmbito da promoção da ética e integridade, em 2021, todas as direções passaram a ser alvo de análises de riscos à corrupção, não tendo sido identificado qualquer caso.

Quadro 7 - Análise de riscos à corrupção

	2021		2020		2019	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	14	82%	11	64%	21	100% *
Nº de casos de corrupção identificados	0	-	0	-	0	-

* A partir de 01.03.2021 as unidades de negócio passam a ser 21 (20 em 2020 e 17 em 2019).

As campanhas de comunicação e as ações de formação são um elemento essencial para a promoção da ética e integridade, reforçados no recente Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo DL 109-E/2021, de 9 de

dezembro. Neste sentido, foram divulgadas diversas campanhas através de *e-mail* e do portal interno da Empresa para toda a Comunidade de Trabalho, incluindo os membros do Conselho de Administração e Diretores. Por outro lado, e em alinhamento com a ISO 37001 (Sistema de Gestão Anticorrupção), foram divulgados aos parceiros comerciais as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela Empresa, incluindo o Código de Ética e Conduta e as normas sobre recebimento de ofertas. Por último, ainda que em 2021 a formação tenha sido centrada nos elementos do Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, encontra-se planeado para 2022 o alargamento progressivo da mesma à Comunidade de Trabalho.

Quadro 8 - Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2021		2020		2019	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	24	88,90%	23	88,50%	19	86,40%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 515	100,00%	1467	100,00%	1435	100,00%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	(*) 1 003	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Membros do órgão de *governance* que receberam formação no combate à corrupção	1	3,70%	0	0,00%	1	4,50%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	5	0,30%	0	0,00%	0	0,00%

(*) coincide com o n.º total de fornecedores nacionais do ML com movimentos contabilísticos 2020-2021 e com *e-mail* associado.

4. Estrutura de Governance

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

Modelo de governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: O Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (R.C.M.), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos. Todos os membros são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

Estatuto remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que "*A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro*", acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);

c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Ambiente e do Tesouro, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Obrigações de Governance

Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC):		
A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág. 12 Pág. 16 Pág. 30
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPRCIC Código de Ética e de Conduta	Pág. 23, 85 Pág. 242
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPRCIC Políticas do Sistema de Gestão	Pág. 23, 85 Pág. 13

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPRCIC Relatório de execução do PPRCIC Relatório do Governo Societário (disponível no site ML)	Pág. 23, 85 -
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág. 23 Pág. 62, 66
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág. 11 Pág. 23 Pág. 243
Art.º 4º (remetido para art.º 245º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário (disponível no site ML)	Pág. 66 Pág. 243 -

Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: *Setor público empresarial*		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 28, -
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 25 Pág. 26
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	-
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 27
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 27

5. Órgãos Sociais

Identificação dos Órgãos Sociais

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021, foi nomeado pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1.ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 11 – Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 2019-2021

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2019-2021	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Gabinete da Secretaria Geral (SG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) - Extinto em 17/06/2021 - Del. 019-1575781 Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI) - Criado em 17/06/2021 - Del. 019-1575781 Gabinete de Valorização do Património (GVP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)
2019-2021	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV)
2019-2021	Vogal	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Pós-Graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School - Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) - Extinta em 11/03/2021 - Del. 019-1563276 Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) - Criada em 11/03/2021 - Del. 019-1563276 Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º de mandatos
			Forma (1)	Data	
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	2
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

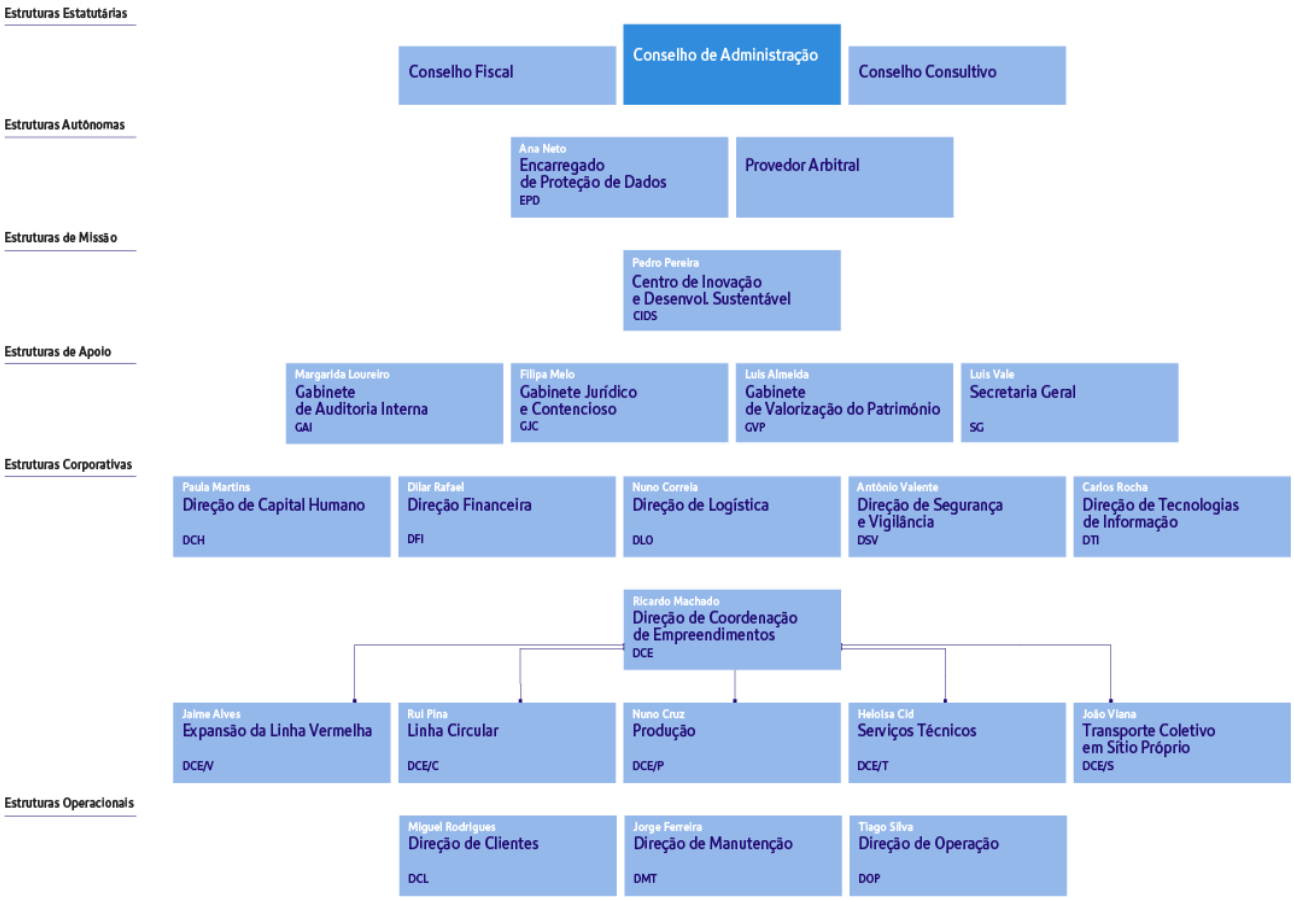
A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

Quadro 13 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por:	74	20161409	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	15/10/2019	15/10/2019
		Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240			
	ROC Suplente	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por:	23	20161381			
		Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668			

Estrutura Organizacional

Ilustração 4 – Organograma do Metropolitano de Lisboa



IV. ESTRATÉGIA

1. Objetivos Estratégicos

O Metropolitano de Lisboa definiu, para o triénio 2021-2023, os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
   a. Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado;
   b. Melhoria da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura;
   c. Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novos aumentos de procura.

2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
   a. Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte, facilitando e simplificando a sua utilização; criação de novos títulos de transporte;
   b. Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;
   c. Melhoria da limpeza das estações e comboios;
   d. Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente;
   e. Aumento da oferta e da qualidade dos espaços comerciais existentes nas estações.

3. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente
   Dar continuidade ao projeto de expansão da rede e modernização, aprovados pela Tutela, a saber:
   a. Substituição do atual sistema de sinalização convencional por um sistema CBTC – *Communications Based Train Control* e aquisição de novo Material Circulante;
   b. Construção de um Anel Circular no Centro de Lisboa, prolongando a linha entre o Rato e o Cais do Sodré com duas novas estações, na Estrela e Santos;
   c. Lançamento do concurso da extensão da linha Vermelha entre São Sebastião a Alcântara (projeto em fase de financiamento), com data prevista de entrada em exploração do novo troço antes de 2027.
   d. Alargamento da sinalização CBTC à linha Vermelha e ao Material Circulante ainda não revisto (41 UT)
   e. Construção de um novo Posto de Comando Central resultante da alteração do Sistema de sinalização;
   f. Programação da criação das acessibilidades plenas em mais 11 estações até 2024;
   g. Renovação do sistema de videovigilância centralizada, do sistema de supervisão das instalações técnicas e revisão das portas de todo o Material Circulante existente;
   h. Alteração do Sistema Central de Bilhética e renovação dos equipamentos de venda e canais;
   i. Estudar, analisar, propor e procurar aprovar as futuras ampliações da rede do ML.

4. Promover a sustentabilidade ambiental e energética
   O Metropolitano de Lisboa, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 de Combate às alterações climáticas e com a política nacional para a neutralidade carbónica em 2050, assume como um pilar para o seu desenvolvimento a promoção da sustentabilidade ambiental, por via de:
   a. Substituição genérica dos sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
   b. Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
   c. Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais ao nível dos sistemas de ventilação e AVAC;
   d. Redução do consumo de papel;
   e. Eliminação do uso de plástico descartável.

5. Reforço da vertente Inovação
   a. Reforço de uma estratégia de inovação que permita a monitorização permanente pela empresa da sua envolvente externa, integrando os respetivos resultados numa base assente numa cultura com critérios de liderança que contribuam progressivamente para um ambiente propício à inovação e mudança na organização.
   b. Definição de uma estratégia de inovação valorizando o seu alinhamento com a estratégia corporativa através da definição de um plano de atividades e objetivos concretos e mensuráveis que permitam o seu acompanhamento e subsequente monitorização.
   c. Adequação gradual da cultura da empresa à dinâmica de mudança inerente à inovação.

6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
    a. Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
    b. Resolução de situações de dívidas existentes;
    c. Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente do atual PMO I;
    d. Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária;
    a. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores, reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
    b. Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
    c. Melhoria das condições de trabalho;
    d. Implementação do plano para a igualdade de género.

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 5 – Os ODS assumidos pelo METRO

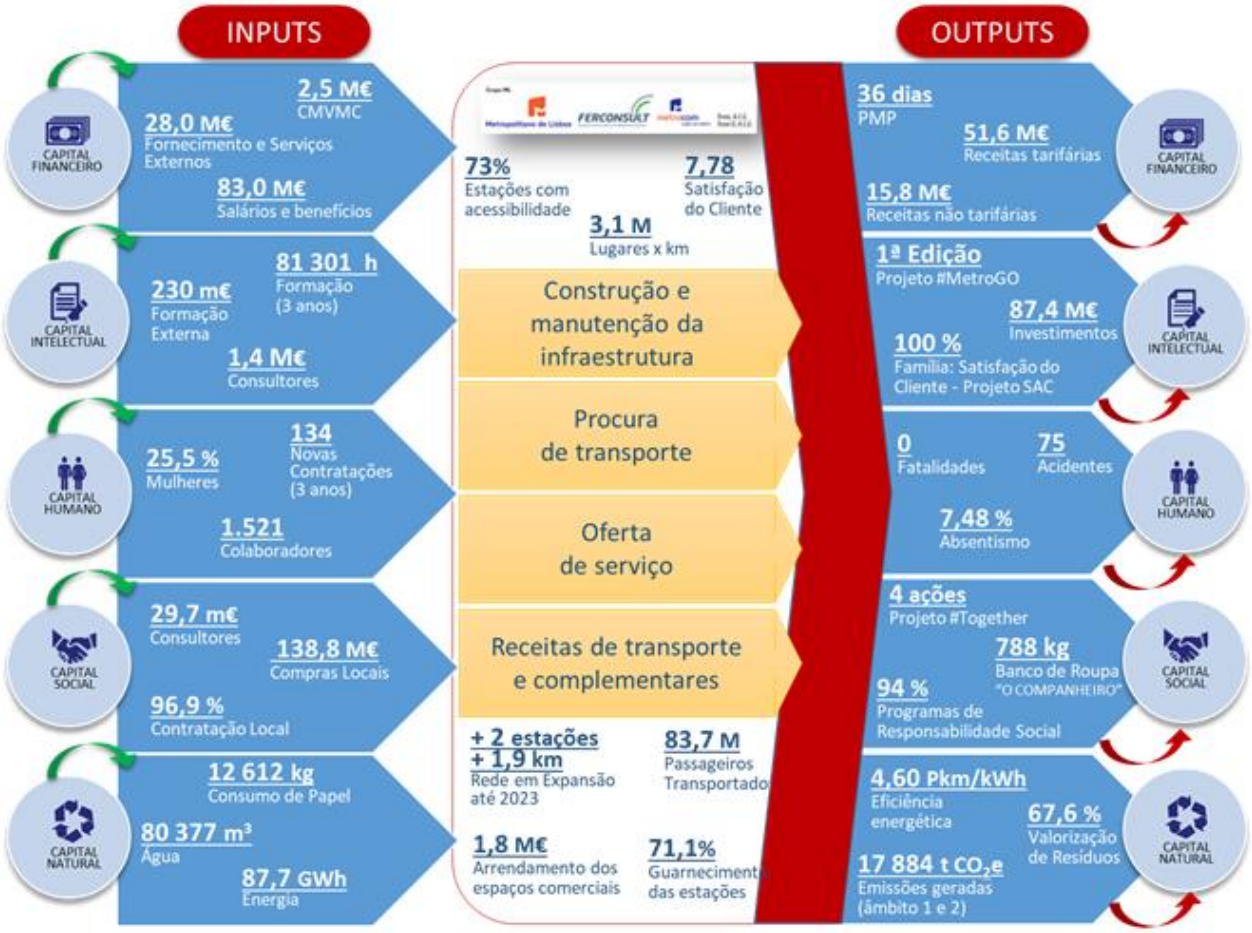
V. MODELO DE NEGÓCIO

1. Áreas de Negócio e Criação de Valor

O ML enquanto prestador de um serviço de transporte público de passageiros, tendo como eixo principal a satisfação do cliente, tem procurado desenvolver um serviço de excelência que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, bem como, proporcionar experiências que vão de encontro às diferentes exigências dos seus utilizadores.

A promoção da mobilidade sustentável é um fator essencial ao cumprimento das metas de descarbonização firmadas no programa Portugal 2030. As atividades complementares do ML e suas participadas, onde se insere a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são um motor indispensável ao alcance de um serviço de transporte único, que permita satisfazer as principais necessidades do cliente e garantir a sua fidelização, sendo este o meio de transporte mais relevante na prossecução dos objetivos estratégicos traçados para a mobilidade verde.

Ilustração 6 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro



Qualidade

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, pela Norma NP 4475 - Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma define um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos nas diversas dimensões do Serviço prestado ao cliente, passando o Metro a cumprir e a monitorizar esses requisitos. Esta certificação vem juntar-se às certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e do Sistema de Gestão Ambiental que o ML já possuía.

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado ao cliente tem vindo a ser reconhecida tendo os resultados do último inquérito de satisfação do cliente atingido o valor mais elevado de sempre.

2. Investimento e expansão da rede

Expansão e Manutenção da Infraestrutura

Melhorar os níveis de serviço ao Cliente

Para melhorar a acessibilidade à rede, que está entre os parâmetros que merecem a mais baixa satisfação dos clientes, foram concluídos, e enviados à Câmara Municipal de Lisboa para compatibilização com o espaço púbico, os estudos prévios necessários para inserir ascensores nas estações Martim Moniz, Intendente, Anjos, Campo Grande, Picoas, Campo Pequeno e Praça de Espanha.

Em julho foram iniciadas as obras necessárias à instalação de ascensores nas estações Entrecampos e Cidade Universitária, que deverão ter acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada em 2022.

De forma a facilitar o interface com os modos suaves, foram instalados suportes para bicicletas no exterior de várias estações de metro.

Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

Linha Circular

Em fevereiro foram obtidos os vistos prévios do Tribunal de Contas para as empreitadas dos lotes 2 e 3 da linha Circular. O lote 2 refere-se à construção da estação Santos, do túnel que a ligará à estação do Cais do Sodré e do novo átrio de interface com a estação ferroviária, e o lote 3 diz respeito à construção dos novos viadutos do Campo Grande, cujas obras se iniciaram no final do ano.

Em abril, 28 meses depois do lançamento do concurso, foi iniciada a construção da nova estação Estrela e dos túneis adjacentes que a irão ligar às estações Rato e Santos.

Em 2021 foi ainda lançado o procedimento para a formação do contrato dos acabamentos e instalação de equipamentos dos novos túneis e estações.

Expansão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, foi assinado em setembro o contrato para o financiamento da expansão da linha da Linha Vermelha, cuja Avaliação de Impacte Ambiental foi iniciada no final do ano. Esta expansão, que contará com 4 novas estações, permitirá alargar a rede de metro às zonas de Campolide / Amoreiras, de Campo de Ourique, da Av. Infante Santo e de Alcântara.

Linha Violeta: Linha de Metro Ligeiro entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas)

Foram desenvolvidos os estudos necessários, e iniciado estudo prévio, para criação de uma linha de metro ligeiro nos concelhos de Loures e Odivelas, entre o Hospital Beatriz Ângelo e estação de metro de Odivelas e entre esta estação e o Infantado, cujo contrato de financiamento, assegurado no âmbito do PRR, foi assinado em setembro.

Expansão da linha Amarela

Prosseguiram os estudos de expansão da futura linha amarela entre a estação telheiras e Benfica, com ligação ao Parque de Materiais e Oficinas situado na estrada da Pontinha.

Remodelação de estações

Em setembro foi reaberta a estação Arroios, encerrada desde 2017. Com a conclusão da obra a estação passou a ser acessível a pessoas de mobilidade condicionada e ficou concluído o plano de alargamento dos cais das estações mais antigas. Em consequência, todas as estações da rede podem, desde setembro, receber comboios de 6 carruagens.

Foi concluído o projeto de execução para a remodelação da estação Cais do Sodré e solicitada a Portaria de Extensão de Encargos, imprescindível ao lançamento do procedimento de formação do contrato.

Renovação de escadas mecânicas

Em 2021 procedeu-se à substituição das escadas mecânicas das estações Rato e Avenida e iniciada a substituição destes equipamentos na estação Anjos.

Incrementar a segurança

Foram concluídas as substituições dos Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio para as estações dos Anjos, Intendente, Cidade Universitária, Entre Campos e Baixa-Chiado.

Aumentar a resiliência

Contratados e iniciados os projetos para a execução de um novo Posto de Comando Central, o cérebro da gestão e controlo da circulação de comboios, no Parque de Materiais e Oficinas da estrada da Pontinha e de uma nova subestação de tração em Sete-rios para substituição da existente.

Promover a sustentabilidade ambiental e energética

Geração de energia

Foi concluído o estudo de viabilidade e iniciado o projeto para a instalação de uma central fotovoltaica no Parque de Materiais e Oficinas de Calvanas.

Assegurar o bem-estar e a motivação dos colaboradores

Foram renovadas e melhoradas as condições de trabalho através da renovação das instalações dos trabalhadores nas estações São Sebastião e Terreiro do Paço.

CBTC e Novo Material Circulante

Este projeto prevê a aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e a contratação de um sistema internacionalmente designado de CBTC - *Communications Based Train Control*. Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro. A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- Supervisão técnica remota do comboio em linha.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema CBTC previsto neste investimento irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- Controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo a não ultrapassagem de pontos de paragem e dos limites de velocidade em cada ponto da rede;

- Substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto e sem fabrico;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em número e frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa celebrou em fevereiro de 2020 o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Em consequência de processo judicial por impugnação intentada por um concorrente foram, nos termos da lei, suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, paralisando assim o processo de aquisição que já se encontrava em curso.

Julgado pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa da sentença, que julgou extinta a instância na sequência da desistência de queixa e submetido o processo para fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, obteve visto por esse tribunal em maio de 2021, impondo um atraso global de 308 dias na execução do contrato.

O Metropolitano de Lisboa prevê como data limite da entrada em conclusão de todos os trabalhos no ano de 2026.

Sistemas e equipamentos

Relativamente aos sistemas e equipamentos da empresa, em 2021 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

- Aquisição de Veículo Esmerilador para Manutenção de Via, pelo valor de 5,6M€;
- Aquisição e instalação de um sistema de acionamento elétrico para as portas de passageiros do material circulante do ML90;
- Revisão geral das portas de passageiros do material circulante do ML95, ML97 e ML9;
- Prestação de serviços para a manutenção e alteração para sistemas LED dos sistemas de iluminação das estações Odivelas, Sr. Roubado, Lumiar, Quinta das Conchas, Alfornelos e Amadora Este;
- Aquisição e instalação de equipamento para a rede Gigabit Ethernet;
- Empreitada para aquisição e instalação de transformadores de 160kVA (30kV/400V), nas subestações Amadora-Este, S. Apolónia e Alameda;
- Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede telefónica;
- Prestação de serviços para a inspeção técnica da rede seca de proteção contra incêndios das estações e túneis;
- Aquisição de serviços de gestão e operação da frota automóvel p/transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção da rede de transporte público por Metropolitano.

Os principais projetos desenvolvidos em 2021 no que diz respeito ao processo dos Sistemas de Informação foram os seguintes:

- Plataforma SAP BW/4HANA
    - No ano de 2021 foram implementados mais indicadores na Plataforma BW/4HANA, como é o caso dos indicadores de satisfação do cliente e das cargas de passageiros e iniciou-se o desenvolvimento dos indicadores de gestão de risco e do *Tableau de Bord*.

- Plataforma SAP PIN
    - Implementação de uma Plataforma colaborativa para gestão da documentação dos grandes empreendimentos do ML que possibilita a participação dos diferentes intervenientes no projeto. Em 2021, foi implementado nesta Plataforma de colaboração o projeto da Gestão da documentação da Linha Circular do ML.

- Plataforma SAP de orçamentação (BPC - *Business Planning Consolidation*)
    - Implementação de uma Plataforma integrada que inclui o planeamento, a orçamentação e reporte orçamental.

- Sistema gestão de riscos (SGR)
    - Implementação no sistema SAP de uma Plataforma para registo e classificação do risco, respetivo plano e medidas de mitigação que lhe estão associadas.

- *Upgrade* da plataforma de *BackOffice* de bilhética (CORE2), incluindo a renovação das MSAVT (ainda em execução)
    - Com este projeto que ainda está na sua fase final de implementação, foi atualizada toda a vertente de *backoffice* do sistema de bilhética do ML, o que permitiu dotar a organização de uma plataforma tecnológica atual, dotada dos recursos que permitem perspetivar a adoção de novas formas de adquirir e validar títulos de transporte. Com este projeto foi igualmente implementada uma nova MSAVT (máquina semiautomática de venda de títulos) que disponibiliza uma interface mais apelativa, ágil e com mais funcionalidades, que permitem servir melhor o cliente.

- *Upgrade* da infraestrutura de acessos remotos
    - Com esta iniciativa foi efetuada uma expansão de toda a infraestrutura que suporta o acesso remoto ao ML de forma segura, o que permitiu disponibilizar os recursos necessários para que a organização pudesse dar resposta às necessidades decorrentes da pandemia, recorrendo nomeadamente aos mecanismos de teletrabalho.

- Implementação de postos de trabalho com mobilidade
    - Foi iniciado em 2021 um projeto que consiste na substituição de alguns postos de trabalho, baseados em PC, em formato Desktop, por equipamentos portáteis, o que permitiu disponibilizar os recursos necessários para que a organização pudesse estar preparada para dar resposta imediata às necessidades decorrentes da pandemia, recorrendo nomeadamente aos mecanismos de teletrabalho e acrescentar valor ao desempenho diário das suas funções. Com esta iniciativa a organização passou a dispor de um número mais alargado de postos de trabalho com capacidade de mobilidade.

- Atualização da infraestrutura de segurança que suporta o acesso à Internet
    - Com este projeto foi efetuada a substituição da infraestrutura tecnológica de segurança (*Firewall*) que assegura o acesso de/para a Internet. Esta medida permitiu renovar a tecnologia utilizada anteriormente, o que possibilitou robustecer os mecanismos de segurança e dispor de mais recursos técnicos que são, cada vez mais, necessários para garantir a interoperabilidade entre as plataformas *On Prem* e *Cloud*.

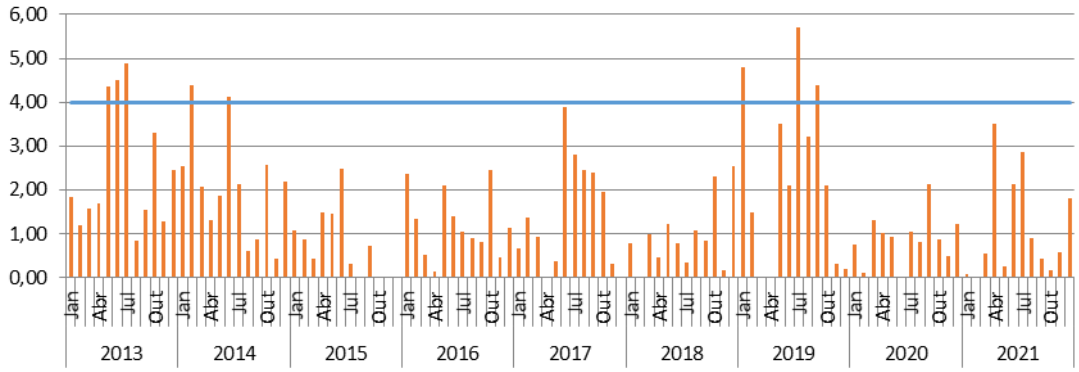
3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Desempenho operacional da infraestrutura principal

Considera-se infraestrutura principal o conjunto de sistemas técnicos que diretamente contribuem para a circulação de comboios na rede, designadamente os sistemas de sinalização ferroviária, via-férrea e alimentação de energia de tração.

A indisponibilidade da infraestrutura principal registou valores relativamente estáveis em 2021, superando largamente o objetivo operacional traçado de 4 horas de indisponibilidade máxima mensal acumulada em todas as ocorrências na rede.

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)

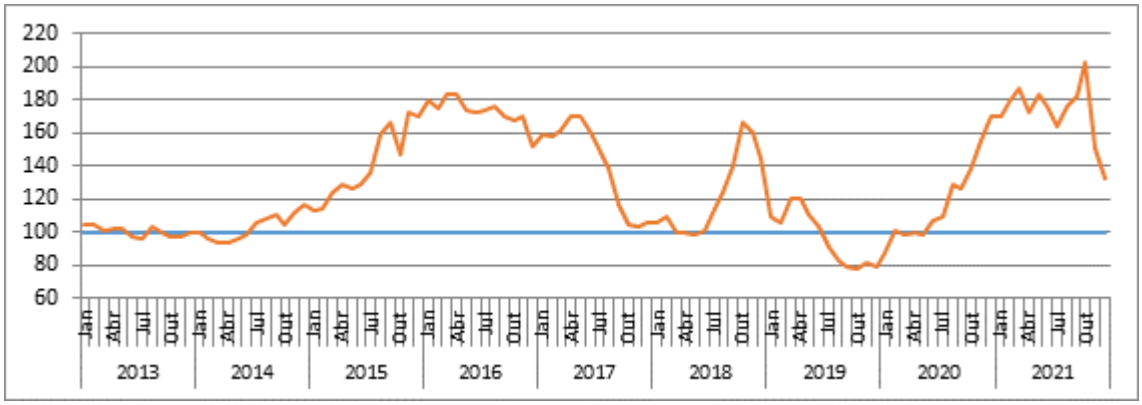


O gráfico seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – *Mean Time Between Failures*)), indicador que representa o tempo médio, medido em horas entre falhas da infraestrutura principal com perturbação de serviço público de transporte. Os valores apresentados representam uma média móvel mensal, com período de 12 meses.

A fiabilidade da infraestrutura principal manteve valores estabilizados e com tendência crescente acima do objetivo operacional, estabelecido em 100 horas, durante praticamente todo o ano de 2021.

Nos últimos dois meses do ano foi registado aumento de falhas em alguns sistemas, consequência direta da inevitável redução do esforço de manutenção resultante da pandemia por COVID19.

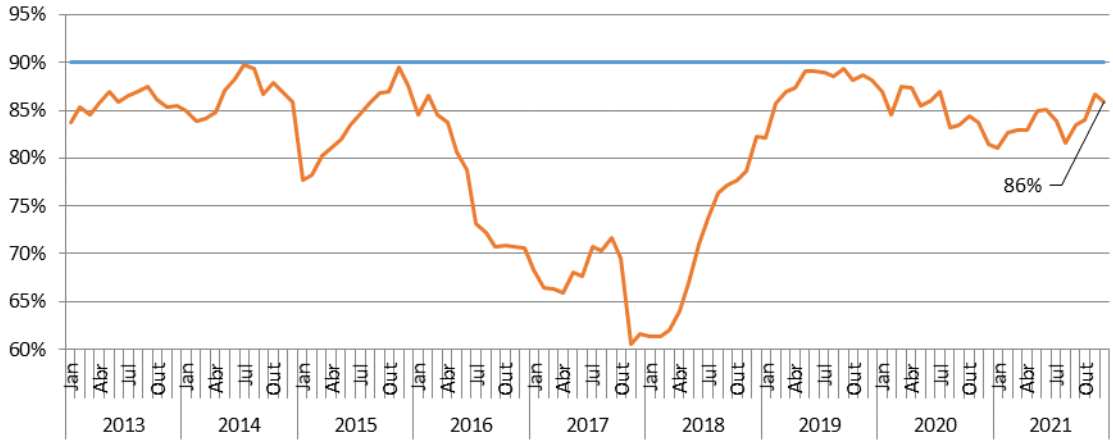
Gráfico 2 - Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



Desempenho operacional do material circulante

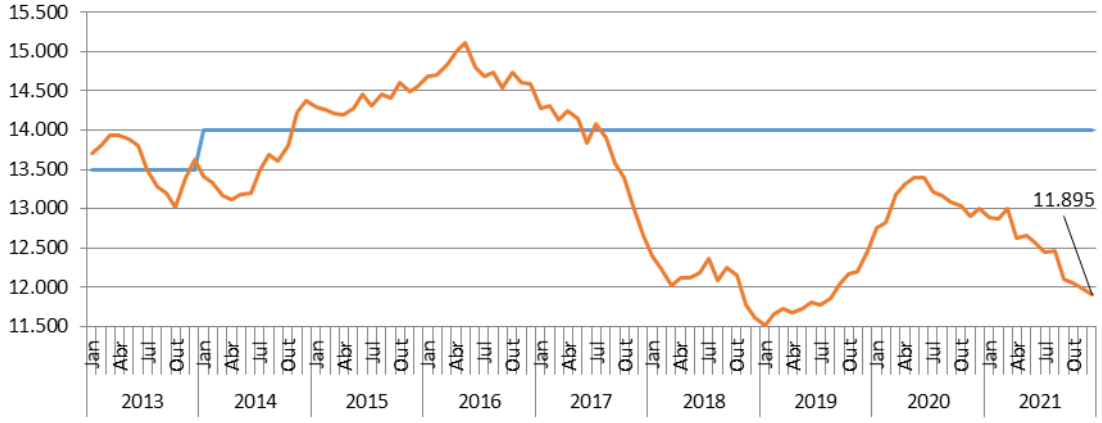
O ano de 2021 ficou caraterizado pela estabilização da disponibilidade do material circulante, embora ainda com valores de disponibilidade média abaixo do objetivo operacional, consequência direta da imobilização para afetação de unidades aos projetos de reabilitação ou investimento em curso no material circulante de exploração, designadamente para reabilitação geral de portas de passageiros e instalação de sistema CBTC.

Gráfico 3 - Disponibilidade média mensal do material circulante



O gráfico que se segue representa a evolução da fiabilidade (MKBF – *Mean Kilometers Between Failures*) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial. A série histórica revela a tendência para o decrescimento progressivo da fiabilidade do material circulante, sobretudo nas séries mais antigas, o ML 90 e ML95, atualmente com mais de 20 anos de serviço.

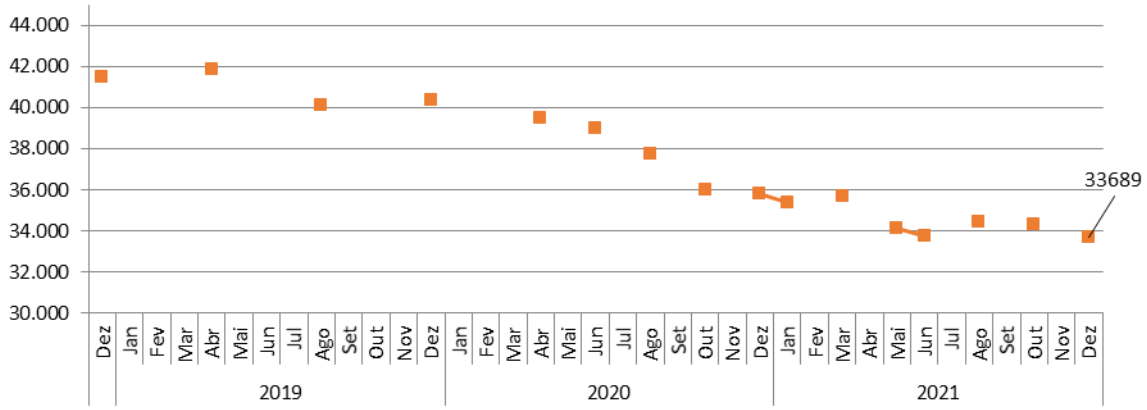
Gráfico 4 - Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses)



Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou a estabilização desse indicador operacional no 2º semestre de 2021. Fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas, no final do período de análise, a fiabilidade média com supressão de comboios foi de 33.689 km.

Essa estabilização resultará do esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, bem como do programa de reabilitação ou renovação dos equipamentos de portas de passageiros em todas as unidades da frota de material circulante.

Gráfico 5 - Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências de supressão de comboios (média de 12 meses)



4. Oferta do serviço de transporte

No ano em análise, a oferta do Metropolitano de Lisboa foi adaptada à evolução da pandemia de COVID-19, acompanhando as flutuações de procura originada pelas restrições à mobilidade decretadas nas sucessivas declarações do Estado de Emergência e Estado de calamidade em Portugal, com especial incidência na obrigatoriedade ou recomendação do teletrabalho.

Os vários ajustes aos planos de oferta ao longo do ano foram feitos recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação. Estes ajustes à oferta consideraram sempre o pressuposto de cumprir o limite máximo legal de carga por comboio de 2/3, o que obrigou à monitorização sistemática do limite de carga dos comboios em circulação.

O valor médio de carruagens x km e respetivos lugares x km produzidos na rede em 2021 foi ainda assim inferior a 2020, bem como foi inferior ao previsto no PAO 2021.

Já o número de circulações produzidas em 2021, em toda a rede, sofreu uma redução de 0,8% face a 2021. Esta redução, menos acentuada que a produção de lugares x km ou carruagens x km deveu-se especificamente à redução do número de carruagens por comboio em circulação em alguns períodos, opção que privilegia a manutenção dos tempos de espera nesses mesmos períodos.

Quadro 14 – Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)		2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/20		Desvio PAO	
					Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km								
Linha Azul	10^3	7.911	8 572	9 307	(660)	(7,7)	(1 396)	(15,0)
Linha Amarela	10^3	6.040	6 356	7 129	(315)	(5,0)	(1 088)	(15,3)
Linha Verde	10^3	5.028	5 453	5 996	(425)	(7,8)	(968)	(16,1)
Linha Vermelha	10^3	5.418	5 993	6 253	(575)	(9,6)	(834)	(13,3)
Total	**10^3**	**24 398**	**26 373**	**28 685**	**(1 975)**	**(7,5)**	**(4 287)**	**(14,9)**
Lugares x km								
Linha Azul	10^3	1.012.633	1 097 174	1 191 334	(84 541)	(7,7)	(178 701)	(15,0)
Linha Amarela	10^3	773.181	813 511	912 449	(40 330)	(5,0)	(139 268)	(15,3)
Linha Verde	10^3	643.601	697 969	767 549	(54 368)	(7,8)	(123 948)	(16,1)
Linha Vermelha	10^3	693.523	767 104	800 337	(73 581)	(9,6)	(106 814)	(13,3)
Total	**10^3**	**3 122 938**	**3 375 758**	**3 671 669**	**(252 820)**	**(7,5)**	**(548 731)**	**(14,9)**
Circulações								
Linha Azul	n.º	112.692	115 530	122 925	(2 838)	(2,5)	(10 233)	(8,3)
Linha Amarela	n.º	112.914	117 996	126 555	(5 082)	(4,3)	(13 641)	(10,8)
Linha Verde	n.º	116.002	112 625	120 079	3 377	3,0	(4 077)	(3,4)
Linha Vermelha	n.º	109.430	108 482	112 065	948	0,9	(2 635)	(2,4)
Total	**n.º**	**451 038**	**454 633**	**481 624**	**(3 595)**	**(0,8)**	**(30 586)**	**(6,4)**

Não obstante as adaptações da oferta à evolução da procura, o cumprimento do plano de oferta foi afetado, ainda assim mantendo-se a taxa de realização de circulações praticamente inalterada face a 2020. Tal deveu-se, nomeadamente, a absentismo por motivo de isolamentos e isolamentos profiláticos de maquinistas, bem como a ocorrências com material circulante ou infraestrutura.

No entanto, a taxa de realização de lugares x km teve uma redução mais acentuada, de cerca de 9 p.p. em relação a 2020. Esta diferença deve-se a alterações feitas ao plano em vigor em determinado momento, por motivo de adequação da oferta à procura com a redução do número de carruagens em circulação por comboio, o que privilegia a manutenção dos tempos de espera.

Quadro 15 – Taxa de realização da oferta

Taxa de Realização		2021	2020	2019
Taxa de realização de lugares x km				
Linha Azul	%	90,65	95,64	100,65
Linha Amarela	%	96,13	103,12	102,66
Linha Verde	%	87,39	105,05	112,11
Linha Vermelha	%	86,76	96,32	101,98
Na rede	**%**	**90,33**	**99,38**	**103,61**
Taxa de realização de circulações				
Linha Azul	%	96,41	96,38	98,44
Linha Amarela	%	96,24	97,03	98,40
Linha Verde	%	96,97	96,94	98,82
Linha Vermelha	%	97,70	97,16	99,27
Na rede	**%**	**96,82**	**96,87**	**98,67**

5. Procura

O exercício de 2021, a par do ano de 2020, foi fortemente marcado pela crise pandémica COVID-19 e consequentes medidas de contenção, como a imposição de confinamentos sucessivos, dever de recolhimento, restrições à circulação e a retração do turismo, a procura desceu para níveis ainda mais reduzidos que os verificados no ano transato.

As medidas de contenção da pandemia de covid-19, divulgadas a nível nacional, originaram impactos sem precedentes na procura, sentidos desde o dia 10 de março de 2020. As medidas sucessivas de confinamento conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa.

Face ao envolvente pandémica, existente em 2021, a procura registou as seguintes variações:

- Face a 2020, verificou-se um decréscimo de 5,2% nos passageiros com título pago e de 7,6% nos passageiros totais;
- Face à estimativa inscrita no PAO, registou-se um decréscimo de 32,4% nos passageiros com título pago e de 33,7% nos passageiros totais;
- Face a 2019, ano de Pré-Pandemia, verificou-se um decréscimo de 53,9% % nos Passageiros com título pago e de 54,5% nos passageiros totais.

Quadro 16 – Evolução da procura

Passageiros		2021	2020	PAO 2021	2019	Var. 2021/20		Desvio PAO		Var. 2021/19	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	10^3	**14 863**	**13 139**	**17 972**	**39 812**	**1 723**	**13,11**	**(3 109)**	**(17,30)**	**(24 950)**	**(62,67)**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3	7 349	6 310	8 598	18 809	1 039	16,47	(1 249)	(14,52)	(11 460)	(60,93)
Zapping	10^3	5 939	5 365	6 998	13 857	574	10,70	(1 060)	(15,14)	(7 918)	(57,14)
Outros títulos ocasionais	10^3	1 574	1 465	2 376	7 146	110	7,50	(801)	(33,72)	(5 572)	(77,97)
Passes	10^3	**62 314**	**68 304**	**96 211**	**127 727**	**(5 990)**	**(8,77)**	**(33 898)**	**(35,23)**	**(65 414)**	**(51,21)**
Navegante Metropolitano	10^3	45 275	48 264	66 132	66 182	(2 988)	(6,19)	(20 857)	(31,54)	(20 907)	(31,59)
Navegante Lisboa	10^3	10 549	12 893	19 183	20 951	(2 344)	(18,18)	(8 634)	(45,01)	(10 402)	(49,65)
Outros Navegantes	10^3	4 920	5 354	8 143	6 605	(434)	(8,11)	(3 223)	(39,58)	(1 685)	(25,51)
Navegante urbano e rede	10^3	890	1 111	1 562	19 130	(221)	(19,91)	(672)	(43,01)	(18 240)	(95,35)
Combinados	10^3	679	681	1 191	9 065	(2)	(0,30)	(512)	(43,01)	(8 386)	(92,51)
Total com títulos pagos	10^3	**77 176**	**81 443**	**114 183**	**167 539**	**(4 267)**	**(5,24)**	**(37 007)**	**(32,41)**	**(90 363)**	**(53,94)**
Gratuitos	10^3	4 094	4 166	5 162	6 117	(72)	(1,74)	(1 068)	(20,69)	(2 024)	(33,08)
Total de validações	10^3	**81 270**	**85 609**	**119 345**	**173 657**	**(4 339)**	**(5,07)**	**(38 075)**	**(31,90)**	**(92 387)**	**(53,20)**
Fraude	10^3	2 446	4 958	6 899	10 145	(2 512)	(50,66)	(4 453)	(64,55)	(7 699)	(75,89)
Total transportados	10^3	**83 716**	**90 567**	**126 244**	**183 801**	**(6 851)**	**(7,56)**	**(42 528)**	**(33,69)**	**(100 086)**	**(54,45)**
Percurso médio por passageiro	km	4,82	4,78	4,78	4,79	0,04	0,83	0,04	0,78	0,03	0,60
Passageiro x km transportados	10^3	403.679	433 114	604 043	880 985	(29 435)	(6,80)	(200 364)	(33,17)	(477 306)	(54,18)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 106 mil cartões, dos quais 65,4% foram Lisboa Viva urgentes. Face a ano transato a variação foi de +25,7% (mais 22 mil personalizações), face a 2019 a variação foi de -51,1% (menos 111 mil personalizações).

Quadro 17 - Produção de cartões Lisboa Viva

Produção cartões LV 2021		Metro
10 dias	Normal	24 241
	4_18	1 806
	Sub23	1 979
	CML	8 444
	Total	36 470
Urgentes	Normal	56 513
	4_18	3 216
	Sub23	8 852
Total		68 581
Portal Viva		0
Trabalhadores		1 064
TOTAL		106 115

Em 12 de outubro de 2020, foram instalados na estação Alameda 2 quiosques para emissão de cartões Lisboa viva no momento (Kiosks Viva). Embora não sejam cartões produzidos pelo ML, uma parcela do valor pago pelo cliente representa receita do ML.

Este serviço registou uma adesão crescente, em especial desde março de 2021, altura em que foram retomadas as aulas presenciais. No total de 2021, foram produzidos um total de 20.648 cartões, nos dois Kiosks Viva, gerando uma receita para o Metropolitano de Lisboa de 79.780 euros.

6. A atividade comercial

METROCOM, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do Metropolitano de Lisboa, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do Metropolitano de Lisboa.

Ao longo de 2021 a Metrocom continuou a ser fortemente afetada pelos impactos da pandemia de COVID-19, quer no que respeita à sua atividade comercial e ao Volume de Negócios dela decorrente, quer no referente ao negócio do retalho nas estações da rede do Metropolitano de Lisboa, com uma substancial redução da procura de espaços comerciais e um aumento atípico de pedidos de rescisão.

Quadro 18 - METROCOM – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2021	2020	Var. 2021/2020	
				Abs	%
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Linha Azul)	m€	637	577	61	10,5
Volume de Negócios (Linha Amarela)	m€	652	578	74	12,8
Volume de Negócios (Linha Verde)	m€	127	110	17	15,5
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	m€	374	365	9	2,4
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) [1]	Un.	5	4	1	25,0
Número médio de efetivos	Un.	5	4	1	25,0
Massa Salarial	m€	165	106	59	55,1
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	m€	750	750	0	0,0
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	m€	554,1	485,8	68	14,1
Ativo corrente	m€	3 296,3	3 497,5	(201)	(5,8)
Total Ativo	**m€**	**3 850,4**	**3 983,3**	**(133)**	**(3,3)**
Capital Próprio	m€	3 221,3	3 245,5	(24)	(0,7)
Passivo	m€	629,1	737,8	(109)	(14,7)
Total Capital Próprio e Passivo	**m€**	**3 850,4**	**3 983,3**	**(133)**	**(3,3)**
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	83,7	81,5	-	2,2 p.p.
Solvabilidade %	%	512,0	439,9	-	72,1 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	m€	1 790,7	1 630,1	161	9,9
EBITDA *(Corrigido)*	m€	32,1	36,3	(4)	(11,3)
Margem do EBITDA *(Corrigido)*	%	1,8	2,2	-	(0,4) p.p.
Rendimentos Operacionais *(corrigidos)* [2]	m€	1 868,1	1 726,5	142	8,2
Gastos Operacionais *(corrigidos)* [2]	m€	1 890,2	1 693,8	196	11,6
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais *(corrigidos)*	%	98,83	101,93	-	(3,1) p.p.

[1] *Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.*

[2] *Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades.*

A atividade assegurada durante o exercício em análise ficou marcada pela continuação dos efeitos da pandemia, tendo-se mantido as condicionantes à estratégia antes delineada para o período em questão. Com efeito, apesar do esforço na mitigação das consequências, para o seu negócio, da conjuntura económica e financeira vivida em Portugal e particularmente na cidade de Lisboa, foi assegurada a continuidade no esforço do aumento da rentabilidade, da diversificação de serviços comerciais existentes na rede de estações, bem como na necessidade de acrescentar valor aos clientes utilizadores do TP/Metro. Estas tarefas, alinhadas com o Plano estratégico aprovado para o desenvolvimento do negócio/retalho, tiveram como princípio o também necessário trabalho ao nível da promoção, junto do mercado, do *portfolio* da Metrocom, no sentido de garantir novas soluções comerciais em estação.

Em termos globais, e apesar da entrada de novos lojistas, destaca-se o reduzido saldo positivo na ocupação de lojas físicas (+1), passando de 173 em 2020 para 174 em 2021, num total de 211 lojas. Em termos de ocupação de espaço com carácter temporário, o período em análise fica marcado pela aumento de *stands* temporários (+8), comparativamente com os resultados obtidos no anterior exercício, de 19 para 27.

O número de feiras manteve-se em 4, tal como o número de ATM na rede se manteve em 52. Por outro lado, o número de equipamentos de *vending* instalados na rede viu-se reduzido de 119 para 118 unidades, quando comparado com o período homólogo de 2020.

Apesar da envolvente adversa e dos efeitos nocivos no desempenho da sua atividade, foi possível garantir no fim do exercício o cumprimento das suas obrigações legais e financeiras, junto do seu acionista.

Quadro 19 - Faturação METROCOM

Un. m€

Ano	Faturação da METROCOM	Valor entregue ao acionista (72% VN)
2020	1.630,1	1.173,7
2021	1.790,7	1.289,3

À semelhança de 2020, o ano de 2021 caracterizou-se por um contraciclo no crescimento dos resultados líquidos que a Empresa vinha apresentando:

- O EBIT apresentou uma redução de 10,9 milhares de euros face a 2020;
- Em consequência, o Resultado antes de Impostos registou uma redução de cerca de 61,6 milhares de euros;
- O Resultado líquido do período cifrou-se em -24,2 milhares de euros, representando uma variação negativa de -185,3% face ao ano anterior.

No que respeita aos Rendimentos Operacionais, verifica-se um aumento de 8,2% face ao ano anterior, correspondente a cerca de 141,6 milhares de euros.

Os Gastos Operacionais registaram um aumento de 9,0% em relação ao ano anterior, que se traduziu num aumento de 152,6 milhares de euros. O principal aumento verificou-se nos gastos com o pessoal.

FERCONSULT, S.A.

A FERCONSULT, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o METROPOLITANO LISBOA, E.P.E..

A Ferconsult, no final de 2020 deu cumprimento à integração dos seus trabalhadores no Metropolitano de Lisboa, de acordo com o aprovado por Despacho N.º 602/2020 – SET, de 08 de outubro, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

Em 2021 a empresa efetuou cessões de posição contratual, com o objetivo de reduzir ao mínimo os gastos, dado não ter existido qualquer atividade comercial.

Quadro 20 – FERCONSULT – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2021	2020	Var. 2021/2020 Abs	Var. 2021/2020 %
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	m€	35,7	2 058,2	(2 022,5)	(98,3)
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	m€	0,0	0,0	0,0	-
Indicadores de PRODUÇÃO					
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	0,0	100,0	-	(100,0) p.p.
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 p.p.
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) [1]	Un.	0	48	(48,0)	(100,0)
Número médio de efetivos	Un.	0	44	(44,0)	(100,0)
Massa Salarial	m€	0,0	1 572,0	(1 572,0)	(100,0)
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	m€	5 295,3	5 295,3	0,0	0,0
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	m€	0,0	0,0	0,0	-
Ativo corrente	m€	645,0	1 823,0	(1 178,0)	(64,6)
Total Ativo	**m€**	**645,0**	**1 823,0**	**(1 178,0)**	**(64,6)**
Capital Próprio	m€	(1 019,4)	(1 094,0)	74,6	(6,8)
Passivo	m€	1 664,4	2 917,1	(1 252,7)	(42,9)
Total Capital Próprio e Passivo	m€	**645,0**	**1 823,0**	**(1 178,0)**	**(64,6)**
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	(158,0)	(60,0)	-	(98,0) p.p.
Solvabilidade %	%	(61,2)	(37,5)	-	(23,7) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	m€	35,7	2 058,2	(2 022,5)	(98,3)
EBITDA *(corrigido)*	m€	(45,7)	(106,1)	60,4	(57,0)
Margem do EBITDA *(corrigido)*	%	(128)	(5)	-	(122,8) p.p.
Rendimentos Operacionais *(corrigidos)* [2]	m€	43,2	2 279,4	(2 236,3)	(98,1)
Gastos Operacionais *(corrigidos)* [2]	m€	88,8	2 385,5	(2 296,7)	(96,3)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais *(corrigidos)*	%	48,58	95,55	-	(47,0) p.p.

[1] *Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.*

[2] *Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.*

Face ao acumulado de resultados deficitários que a Ferconsult vinha reunindo nos últimos anos, fruto de constrangimentos relacionados com questões de organização e gestão interna, designadamente a existência de uma estrutura de custos desajustada face aqueles que eram os proveitos, foi desenvolvido pelo Conselho de Administração um plano de restruturação da empresa.

Concretizadas as medidas do Plano de Reorganização da Ferconsult apresentado em Dezembro de 2017 (N/ref.1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019, relativa à proposta de Fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º461/19-SET, foi reavaliada a sua atividade, e apresentada uma nova proposta, em setembro de 2019, de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no ML, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

Quadro 21 - EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

Unid. monetária (Euro)

RÚBRICAS	2021	2020	Δ 2021 / 2020	
	REAL	REAL	Abs	%
Prestação de Serviços	35 744	2 058 201	-2 022 457	-98,3%
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	158 681	-113 827	272 507	-239,4%
Outros Rendimentos	7 413	221 220	-213 807	-96,6%
Total Rendimentos Operacionais [1]	**201 838**	**2 165 594**	**-1 963 756**	**-90,7%**
Fornecimentos e serviços externos	34 852	397 930	-363 077	-91,2%
Gastos com o pessoal	824	1 971 095	-1 970 271	-100,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0	-225 643	225 643	-100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0	-310 363	310 363	-100,0%
Outros gastos e perdas	53 161	15 810	37 351	236,3%
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	**88 837**	**1 848 828**	**-1 759 991**	**-95,2%**
EBITDA [3] = [1] - [2]	**113 001**	**316 766**	**-203 765**	**64,3%**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	0	707	-707	-100,0%
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	**88 837**	**1 849 535**	**-1 760 698**	**-95,2%**
Resultado Operacional [1] - [5]	**113 001**	**316 059**	**-203 058**	**64,2%**

No ano de 2021, a Ferconsult, como delineado no plano de restruturação da empresa implementado, não desenvolveu qualquer atividade de projetos e consultoria. O EBITDA regista um decréscimo face a 2020 (-64,3%), explicado pela cessação da atividade desenvolvida pela empresa, ressalvando-se que a redução de rendimentos operacionais (-90,7%) e gastos operacionais (-95,2%) teve uma diminuição de igual magnitude.

Adicionalmente, destaca-se a redução de gastos com pessoal (-100%), resultado da integração dos trabalhadores da Ferconsult no ML, conforme previsto no plano de restruturação.

ENSITRANS

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido 45% pela Ferconsult, S.A. e 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans não pode dissolver a sociedade por ainda ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d'Alger* (sendo, contudo, que a grande maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando o BST a assumir todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de Dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%

2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 22 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	**2021**	**2020**	**Var. 2021/20**	
			V.Abs.	**%**
Total Ativo	**40 557**	**43 111**	**(2 553)**	**-5,92%**
Capital Próprio	(49 684 992)	(49 755 315)	70 323	-0,14%
Passivo	49 725 549	49 798 426	(72 877)	-0,15%
Total Capital Próprio e Passivo	**40 557**	**43 111**	**(2 553)**	**-5,92%**
Resultado Líquido	70 323	594 082	(523 759)	-88,16%

TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que em dezembro de 2004 alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%

2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 23 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	**2021**	**2020**	**Var. 2021/20**	
			V.Abs.	**%**
Total Ativo	**1 338 969**	**3 400 274**	**(2 061 305)**	**-60,62%**
Capital Próprio	(107 267 028)	(112 146 268)	4 879 240	-4,35%
Passivo	108 605 997	115 546 542	(6 940 545)	-6,01%
Total Capital Próprio e Passivo	**1 338 969**	**3 400 274**	**(2 061 305)**	**-60,62%**
Resultado Líquido	4 879 240	5 547 453	(668 213)	-12,05%

VI. DESEMPENHO

1. Capital financeiro

RECEITAS TARIFÁRIAS E COMPLEMENTARES

As medidas tomadas no sentido da contenção da pandemia Covid-19, conduziram a uma elevada redução da procura, com os consequentes efeitos na receita.

Paralelamente, há a destacar outros fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2021, nomeadamente:

- Não existiu qualquer aumento de tarifário face a 2020;
- Acréscimo das quantidades vendidas de títulos ocasionais em 17,2% e decréscimo das quantidades vendidas de passes em 3,3%, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, face ao ano transato. Comparativamente a 2019, verificam-se decréscimos de 55,1% e de 42,8% nas quantidades vendidas de títulos ocasionais e de Passes, respetivamente;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART e incrementos nestes pagamentos por via da crise Pandémica COVID-19;
- Gratuitidade do passe nos transportes públicos aos antigos combatentes, bem como para a viúva e viúvo, através da atribuição do Passe Antigo Combatente, em vigor desde 5 de novembro.

Em resultado destes fatores e principalmente devido ao efeito da pandemia COVID-19, as receitas de Títulos Ocasionais e Passes de 2021 registaram as seguintes variações:

- Comparando com 2020, verificou-se um acréscimo de 3,1% na receita de Títulos Ocasionais e Passes. Considerando as comparticipações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, o acréscimo foi de +3,3%;
- Comparando com a receita inscrita no PAO, verificou-se um acréscimo de 26,2% nos Títulos Ocasionais e Passes. Considerando as comparticipações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, o acréscimo foi de 24,6%;
- Comparando com 2019, verificou-se um decréscimo de -50,5% na receita de Títulos Ocasionais e Passes. Considerando as comparticipações 4-18/Sub23, Social + e Antigos Combatentes, verificou-se um decréscimo de 48,2%.

Ao abrigo da Portaria n.º 198/2021, que define as condições de atribuição do Passe Antigo Combatente, desde 5 de novembro que está em vigor a gratuitidade do passe nos transportes públicos, para todos os antigos combatentes detentores do cartão de antigo combatente, bem como para a viúva e viúvo de antigo combatente. Neste âmbito, em 2021, as compensações financeiras atribuídas ao ML cifraram-se em 92.160,38€ (27.745,28€ em novembro e 64.415,09€ em dezembro).

Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento nº 278-A/2019), a AML assegurou verbas a título de pagamento por conta. O Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro, veio prolongar a sua vigência para o ano de 2021. Neste contexto, no acumulado de janeiro a julho de 2021, no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos ("PART"), foram atribuídos 5.167.921,40€ (sem IVA). Ainda sem informação das verbas atribuídas para os restantes meses, as mesmas foram estimadas sendo o valor contabilisticamente apurado de 7,8 milhões de euros.

Depois de considerados os valores dos Pagamentos por Conta ("PART"), a variação da receita de 2021, face a 2020, foi de +1,20%. Comparativamente a 2019, a variação foi de -43,0%.

No cenário de pandemia, visando o reforço do transporte público, através do Despacho nº 8459/2020, foram disponibilizadas verbas adicionais em Pagamentos por Conta em 2020. O Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro veio também prolongar a sua vigência para o ano de 2021. No acumulado de janeiro a agosto de 2021, foram atribuídos 31.036.345,80 €. Considerando os valores estimados de setembro a dezembro de 2021 e um acerto final às compensações financeiras de 2020 foram contabilisticamente apurados 36,7 milhões de euros em pagamentos por conta COVID.

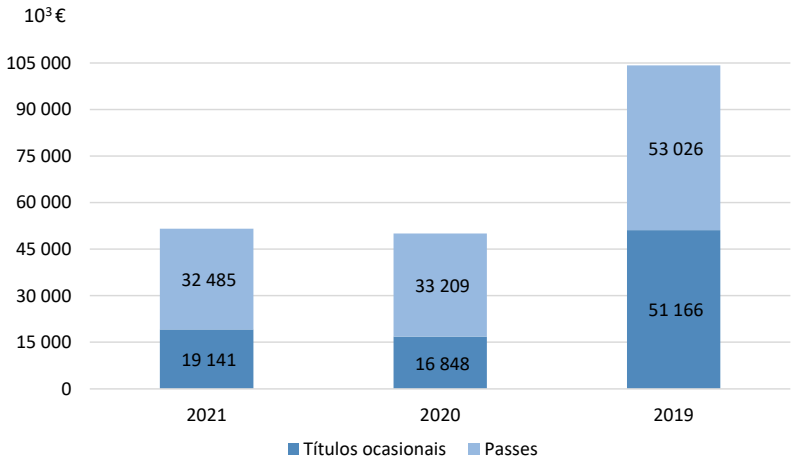
Quadro 24 - Receitas de títulos de transporte

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2021	2020	PAO 2021	2019	Var. 2021/20		Desvio PAO		Var. 2021/19	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	**10^3€**	**19 141**	**16 848**	**13 409**	**51 166**	**2 293**	**13,6**	**5 732**	**42,7**	**(32 025)**	**(62,6)**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3€	9 383	7 731	6 383	24 591	1 653	21,4	3 001	47,0	(15 207)	(61,8)
Zapping	10^3€	7 898	7 000	6 381	18 448	898	12,8	1 517	23,8	(10 550)	(57,2)
Outros títulos ocasionais	10^3€	1 860	2 117	646	8 127	(258)	(12,2)	1 214	188,1	(6 268)	(77,1)
Passes	**10^3€**	**32 485**	**33 209**	**27 512**	**53 026**	**(723)**	**(2,2)**	**4 973**	**18,1**	**(20 541)**	**(38,7)**
Navegante Metropolitano	10^3€	21 451	21 089	18 149	24 072	361	1,7	3 302	18,2	(2 622)	(10,9)
Navegante Lisboa	10^3€	7 800	8 890	6 595	12 423	(1 090)	(12,3)	1 206	18,3	(4 623)	(37,2)
Outros Navegantes	10^3€	1 958	1 903	1 808	1 870	55	2,9	149	8,3	88	4,7
Navegante urbano e rede	10^3€	1 009	1 064	960	8 916	(55)	(5,1)	49	5,1	(7 907)	(88,7)
Intermodais	10^3€	0	262	0	2 648	(262)	(100,0)	0	-	(2 648)	(100,0)
Combinados	10^3€	267	0	0	3 096	267	-	267	-	(2 829)	(91,4)
Total das receitas	**10^3€**	**51 626**	**50 057**	**40 921**	**104 192**	**1 569**	**3,1**	**10 705**	**26,2**	**(52 566)**	**(50,5)**
Comparticipações 4-18 / sub23 / social+	10^3€	3 574	3 458	3 467	2 502	116	3,4	108	3,1	1 073	42,9
Comparticipações Antigos Combatentes	10^3€	92	0	0	0	92	-	92	-	92	-
Total das receitas com comparticipações	**10^3€**	**55 293**	**53 515**	**44 387**	**106 694**	**1 777**	**3,3**	**10 905**	**24,6**	**(51 401)**	**(48,2)**
Pagamentos por Conta (AML) (1)	10^3€	7 848	8 903	8 700	4 014	(1 055)	(11,8)	(851)	(9,8)	3 834	95,5
Total das receitas com comparticipação	**10^3€**	**63 141**	**62 418**	**53 087**	**110 708**	**723**	**1,2**	**10 054**	**18,9**	**(47 567)**	**(43,0)**
Pagamentos por Conta (COVID) (2)	10^3€	36 718	21 451	19 520	0	15 267	71,2	17.198	88,1	36 718	-

(1) Compreende o valor de pagamentos por conta (AML). Foi estimado o valor de setembro a dezembro de 2021.

(2) Atribuição do PART "variável", o qual foi registado como subsídio à exploração. Foi estimado o valor de setembro a dezembro de 2021.

Gráfico 6 - Receitas de títulos de transporte



Relativamente à receita complementar, o ano de 2021 apresentou quebras de 15,2%, face a 2020, e de 54,0%, relativamente a 2019, em parte explicadas pela desaceleração económica nacional provocada pela situação pandémica, que prevaleceu em todo o ano de 2021 e, por outro lado, face à consequente diminuição da procura no consumo de serviços e produtos ML.

Observou-se um elevado decréscimo na componente relacionada com a subconcessão da Publimetro, dado que por via dos efeitos da pandemia, foi emitida uma nota de crédito, relativa ao acerto da contrapartida variável de 2020, no montante de 618.999,17 €. Assim, esta subconcessão registou uma perda de 1,2 milhões de euros, face a 2020 e de 1,3 milhões de euros, face a 2019.

Positivamente, destacam-se as receitas obtida com os Cartões Viva Viagem com um acréscimo de receita de 279 mil euros, face a 2020, no entanto, comparativamente a 2019 verificou-se uma quebra de 1,8 milhões de euros.

Quadro 25 - Receitas complementares

Un: €

Receitas Complementares (sem IVA)	2021	2020	PAO 2021	2019	Var. 2021/20		Desvio PAO		Var. 2021/19	
					Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	**1 766 911**	**1 311 622**	**1 905 807**	**4 010 814**	**455 289**	**34,7**	**(138 896)**	**(7,3)**	**(2243 904)**	**(55,9)**
Cartões Viva Viagem	**1 142 527**	**863 259**	**1 354 022**	**2 971 454**	**279 267**	**32,4**	**(211 495)**	**(15,6)**	**(1 828 927)**	**(61,5)**
Fee de Personalização	**262 819**	**157 201**	**220 038**	**383 159**	**105 618**	**67,2**	**42 782**	**19,4**	**(120 340)**	**(31,4)**
Taxa de Urgência	**290 498**	**240 526**	**253 546**	**509 375**	**49 971**	**20,8**	**36 952**	**-**	**(218 877)**	**(43,0)**
Comissões	**70 933**	**50 539**	**78 201**	**146 270**	**20 393**	**40,4**	**(7 269)**	**(9,3)**	**(75 337)**	**(51,5)**
- Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	34.657	26 770	41 401	77 741	7 887	29,5	(6 743)	(16,3)	(43 083)	(55,4)
- Comissão venda Zapping	36.275	23 769	36 801	67 871	12 506	52,6	(525)	(1,4)	(31 596)	(46,6)
- Comissão venda títulos sem quota ML	0	0	0	658	0	-	-	-	(658)	(100,0)
Outras receitas complementares tarifárias	**135**	**96**	**0**	**557**	**39**	**-**	**135**	**-**	**(422)**	**(75,8)**
Receitas Complementares não Tarifárias	**1 934 152**	**3 051 576**	**2 403 758**	**4 031 303**	**(1 117 425)**	**(36,6)**	**(469 606)**	**(19,5)**	**(2 097 151)**	**(52,0)**
Património	**369 392**	**395 629**	**350 280**	**420 288**	**(26 237)**	**(6,6)**	**19 112**	**5,5**	**(50 895)**	**(12,1)**
Aluguer de Espaços	25.457	50 832	27 255	74 278	(25 375)	(49,9)	(1 798)	(6,6)	(48 821)	(65,7)
Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações	343.935	344 797	323 025	346 010	(862)	(0,3)	20 910	6,5	(2 075)	(0,6)
Frota - Estações - Meios diversos	**46 898**	**41 527**	**44 462**	**88 951**	**5 371**	**12,9**	**2 436**	**5,5**	**(42 053)**	**(47,3)**
Filmagens	21.500	32 900	20 143	54 100	(11 400)	(34,7)	1 357	6,7	(32 600)	(60,3)
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, R	7.648	8 627	7 691	15 351	(979)	(11,3)	(43)	(0,6)	(7 703)	(50,2)
Serviço Especial	17.750	0	16 629	19 500	17 750	-	1 121	6,7	(1 750)	(9,0)
Outras Receitas (1)	**87.287**	**95 634**	**0**	**56 763**	**(8 347)**	**(8,7)**	**-**	**-**	**30 524**	**53,8**
Subconcessões	**1 430 574**	**2 518 786**	**2 009 015**	**3 465 301**	**(1 088 212)**	**(43,2)**	**(578 441)**	**(28,8)**	**(2 034 727)**	**(58,7)**
Metrocom	1.280.628	1 169 004	1 112 444	2 060 546	111 624	9,5	168 184	15,1	(779 918)	(37,9)
Publimetro - MOP	149.946	1 349 782	896 571	1 404 755	(1 199 836)	(88,9)	(746 625)	(83,3)	(1 254 809)	(89,3)
Total das receitas complementares	**3 701 063**	**4 363 198**	**4 309 565**	**8 042 117**	**(662 136)**	**(15,2)**	**(608 502)**	**(14,1)**	**(4 341 055)**	**(54,0)**

(1) Receita não gerida pela Direção de Clientes (DCL)

RESULTADOS

Em 2021, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa caracterizou-se pelos seguintes factos:

O **volume de negócios** totalizou 66,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 81 mil euros, evidenciando uma ligeira recuperação, face a 2020. Merece especial destaque o acréscimo de receita com os Títulos Individuais (+2,3 milhões de euros), apresentando os Passes um valor inferior ao ano transato (-0,7 milhões de euros); a venda de Cartões e Personalização Lisboa Viva apresenta uma variação positiva de 0,4 milhões de euros. Apesar do decréscimo de 963 mil euros no valor do PART fixo, regista-se um acréscimo de 116 mil euros, nas compensações financeiras relativas aos passes 4_18, sub23 e Social+. O aluguer de espaços comerciais regista um acréscimo de 111 mil euros, no entanto a exploração de publicidade regista um decréscimo de 1,2 milhões de euros.

O desvio positivo de 7,4 milhões de euros, face ao PAO 2021, reflete uma visão conservadora na estimativa da procura/receitas, no seguimento da pandemia, tendo o ML registado uma ligeira recuperação face ao ano de 2020.

O **EBITDA** regista um valor positivo de 16,1 milhões de euros. Expurgadas as rubricas *non-cash*, que totalizam 30,6 milhões de euros, obtemos um EBITDA corrigido no valor de -14,4 milhões de euros.

As rubricas *non-cash* expurgadas são as seguintes:

- Perdas imputadas de subsidiárias, assoc. e empr. conjuntos	- 4,60 M€
- Trabalhos para a própria entidade	5,83 M€
- Imparidades (reversões)	1,2 m€
- Provisões (reduções)	40,5 m€
- Aumentos de justo valor	24,01 M€
- Subsídios ao investimento	1,24 M€
- Ganhos em Inventários	1,46 m€
- Diferenças cambiais (favoráveis ao ML)	4,05 M€

Os rendimentos operacionais apresentam um acréscimo de 30,3 milhões de euros (26,9%) e os gastos operacionais apresentam um decréscimo de 4,8 milhões de euros (-3,3%), produzindo um resultado operacional positivo de 2,3 milhões de euros.

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, suportada na concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, para cobertura de défice operacional, pagamento de serviço da dívida e da despesa de investimento.

Quadro 26 – Resultados - Contas individuais

Resultados (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	66 890	66 809	59 450	81	0,1	7 440	(98,9)
Rendimento do Serviço Público*	63 141	62 418	53 087	723	1,2	10 054	(98,8)
Rendimentos Operacionais	143 012	112 674	129 302	30 337	26,9	13 709	(98,9)
Gastos Operacionais	140 672	145 424	143 812	(4 752)	(3,3)	(3 140)	(99,0)
EBITDA	16 148	(17 253)	514	33 400	(193,6)	15 634	(68,6)
EBITDA Corrigido **	(14 417)	(30 613)	(24 501)	16 196	(52,9)	10 084	(99,4)
Resultado Operacional	**2 339**	**(32 750)**	**(14 510)**	**35 089**	**(107,1)**	**16 849**	**(100,2)**
Resultado Financeiro	**(25 234)**	**(24 381)**	**(25 356)**	**(854)**	**3,5**	**122**	**(99,0)**
Resultado Líquido	**(22 901)**	**(57 131)**	**(39 866)**	**34 231**	**(59,9)**	**16 965**	**(99,4)**

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

* Exclui efeitos de equiv. patrimonial /subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento, diferenças cambiais e ganhos e perdas em inventários.

Em termos consolidados, o Volume de Negócios sofreu um ligeiro decréscimo, no valor de 94 mil euros; os Rendimentos Operacionais registam um acréscimo de 30,2 milhões de euros e os Gastos Operacionais decresceram em 4,8 milhões de euros, originando um Resultado Operacional positivo de 2,4 milhões de euros, o que se traduz numa melhoria de 35,1 milhões de euros.

O EBITDA corrigido apresenta uma melhoria de 24,5 milhões de euros.

O Resultado Líquido, embora se mantenha em terreno negativo (-22,9 M€) melhorou em 34,2 milhões de euros (+59,9%).

Quadro 27 - Contas consolidadas - 2021

Resultados (valores em milhares de euros)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	67.431	66.890	36	1.791	-	4.845
Rendimentos Operacionais	144.688	143.010	202	1.868	79	4.911
Gastos Operacionais	142.295	140.671	89	1.901	3	13
EBITDA	26.823	16.148	113	21	76	4.897
EBITDA corrigido *	(3.965)	(14.417)	(46)	32	76	4.897
Resultado Operacional	2.393	2.339	113	(33)	76	4.897
Resultado Líquido	(22.901)	(22.901)	75	(24)	76	4.879

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor.

Quadro 28 - Resultados - Contas consolidadas

Resultados (valores em milhares de euros)	Contas Consolidadas		Variação	
	2021	2020	Abs.	%
Volume de Negócios	67.431	67.525	(94)	(0,1)
Rendimentos Operacionais	144.688	114.441	30.246	26,4
Gastos Operacionais	142.295	147.129	(4.834)	(3,3)
EBITDA	26.823	(6.628)	33.451	(504,7)
EBITDA corrigido *	(3.965)	(28.426)	24.461	(86,1)
Resultado Operacional	2.393	(32.688)	35.081	(107,3)
Resultado Líquido	(22.901)	(57.134)	34.232	59,9

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Regista-se uma variação de 30,3 M€ e um desvio, em relação a 2020, de 13,7 M€ nos Rendimentos Operacionais.

Nas variações/desvios mais significativos, incluem-se:

Subsídios à exploração apresentam uma variação de 16,3 M€, com registo de recebimento de 0,1 M€ relativos ao Fundo Ambiental, 1,2 M€ relativos ao PRR e 36,7 M€ relativos ao PART "variável". Comparativamente com os valores estimados no PAO, o desvio atinge os 18,5 M€, maioritariamente justificado pelo recebimento do PART, que tinha uma estimativa de recebimento na ordem dos 19,5 M€.

Justo valor com variação de 7,9 M€, essencialmente pela variação favorável dos instrumentos financeiros (SWAP).

Outros rendimentos: variação de 4,3 M€, por via das diferenças de câmbio favoráveis; e desvio de -19,4 M€ essencialmente pela não concretização da venda do Parque de Materiais e Oficinas I (PMO I).

Quadro 29 - Rendimentos Operacionais - Contas individuais

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	51 626	50 057	40 921	1 569	3,1	10 705	26,2
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	11 515	12 361	12 166	(847)	(6,8)	(651)	(5,4)
Receita Serviço público	**63 141**	**62 418**	**53 087**	**723**	**1,2**	**10 054**	**18,9**
Subsídios à exploração	38 044	21 741	19 520	16 303	75,0	18 524	94,9
Receitas não tarifárias	3 749	4 390	6 363	(641)	(14,6)	(2 614)	(41,1)
Trabalhos p/ Própria Empresa	5 825	4 652	-	1 173	25,2	5 825	-
Imparidade de inventários (reversões)	-	300	-	(300)	(100,0)	0	-
Imparidades de dívidas a receber (reversões)	1	314	-	(313)	(99,6)	1	-
Provisões (reduções)	40	-	-	40	-	40	-
Justo valor (aumentos)	24 006	16 131	23 907	7 875	48,8	99	0,4
Outros rendimentos	7 018	2 728	26 425	4 290	157,3	(19 408)	(73,4)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	1 187	-	-	1 187	-	1 187	-
Outros rendimentos	**79 871**	**50 256**	**76 216**	**29 615**	**58,9**	**3 655**	**4,8**
Total dos Rendimentos Operacionais	**143 012**	**112 674**	**129 302**	**30 337**	**26,9**	**13 709**	**10,6**

Quadro 30 - Rendimentos operacionais - Contas consolidadas

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	Contas Consolidadas		Variação	
	2021	2020	Abs.	%
Vendas e serviços prestados	67 431	67 525	(94)	(0,1)
Subsídios à exploração	38 044	21 741	16.303	75,0
Ganhos / perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjunt	927	-	927	-
Trabalhos para a própria entidade	5 825	4 923	902	18,3
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	300	(300)	(100,0)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões	-	535	(535)	(100,0)
Provisões (aumentos / reduções)	40	240	(200)	(83,2)
Aumentos / reduções de justo valor	24 006	16 131	7.875	48,8
Outros rendimentos	7 227	3 046	4.181	137,3
Imparidade ativos depreciáveis/amortizáveis (perda	1 187	-	1.187	-
Total dos Rendimentos Operacionais	**144 688**	**114 441**	**30.246**	**26,4**

GASTOS OPERACIONAIS

Regista-se um decréscimo de 4,8 milhões de euros nos Gastos Operacionais, em relação a 2020, com especial incidência nos Fornecimentos e serviços externos (-3,4 M€), verificando-se uma redução nas rubricas: Trabalhos especializados (-1,6 M€) e Energia de alta tensão (-1,5M €) e no relativo aos Outros Gastos (-3,7 M€) variaram, essencialmente, as rubricas: Diferenças de câmbio (-4,9 M€) e Regularização IVA (+1,8 M€).

Quadro 31 - Gastos Operacionais - Contas Individuais

Gastos Operacionais (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Perdas imputadas subsidiárias	4 602	4 139	-	463	11,2	4 602	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 530	2 614	3 630	(84)	(3,2)	(1 100)	(30,3)
Fornecimentos e serviços externos	32 717	36 135	38 351	(3 418)	(9,5)	(5 634)	(14,7)
Gastos com o pessoal	82 774	80 232	85 805	2 542	3,2	(3 031)	(3,5)
Provisões (aumentos)	-	70	-	(70)	(100,0)	0	-
Outros gastos	3 053	6 738	1 002	(3 685)	(54,7)	2 051	204,6
Gastos de Depreciação e Amortização	14 996	15 179	15 023	(183)	(1,2)	(27)	(0,2)
Imparidades de Ativos depreciáveis (perdas)	-	318	-	(318)	(100,0)	0	-
Total dos Gastos Operacionais	**140 672**	**145 424**	**143 812**	**(4 752)**	**(3,3)**	**(3 140)**	**(2,2)**

Quadro 32 - Gastos operacionais - Contas consolidadas

Gastos Operacionais (valores em milhares de euros)	Contas Consolidadas		Variação	
	2021	2020	Abs.	%
Ganhos / perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjunt	-	332	(332)	(100,0)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cor	2 530	2 614	(84)	(3,2)
Fornecimentos e serviços externos	28 000	29 017	(1.018)	(3,5)
Gastos com o pessoal	82 981	82 336	645	0,8
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões	10	-	10	-
Outros gastos e perdas	3 156	6 771	(3.615)	(53,4)
Gastos / reversões de depreciação e de amortizaçãc	25 618	25 742	(124)	(0,5)
Imparidade ativos depreciáveis/amortizáveis (perda	-	318	(318)	(100,0)
Total dos Gastos Operacionais	**142 295**	**147 129**	**(4.834)**	**(3,3)**

Os gastos operacionais relacionados com COVID-19 ascenderam a 1 milhão de euros, apresentando um decréscimo de cerca de 12 mil euros, face a 2020.

Quadro 33 - Gastos operacionais (COVID19) - Contas Individuais

Gastos Operacionais (COVID-19) (valores em euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	59 335	80 377	-	(21 042)	(26,2)	59 335	-
Fornecimentos e serviços externos	886 061	891 346	771 846	(5 285)	(0,6)	114 215	14,8
Gastos com o pessoal	62 325	49 570	20 000	12 755	25,7	42 325	211,6
Outros gastos	1 301	-	-	1 301	-	1 301	-
Total	**1 009 022**	**1 021 293**	**791 846**	**(12 271)**	**(1,2)**	**217 176**	**27,4**

GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, em 2021, totalizaram 82,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,5 milhões de euros, decorrente de novas contratações e do impacto da aplicação do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT).

Comparando com o estimado no PAO 2021, verifica-se um desvio de -3 milhões de euros, devido essencialmente à elevada estimativa do valor de responsabilidades com pensões, e, adicionalmente, pelo atraso nos processos de contratação de novos trabalhadores previstos e aprovado pela tutela.

Quadro 34 - Gastos com pessoal - Contas individuais

Gastos com Pessoal (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2010/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Remunerações	59 416	57 103	60 149	2 313	4,1	(733)	(1,2)
Complemento de Pensões	12 054	12 310	12 845	(256)	(2,1)	(791)	(6,2)
Responsabilidades c/ Pensões	6 621	7 315	8 470	(694)	(9,5)	(1 849)	(21,8)
Outros gastos	4 682	3 503	4 340	1 179	33,7	342	7,9
TOTAL	**82 774**	**80 232**	**85 805**	**2 542**	**3,2**	**(3 031)**	**(3,5)**
Massa salarial	59 103	56 787	59 817	2 316	4,1	(715)	(1,2)

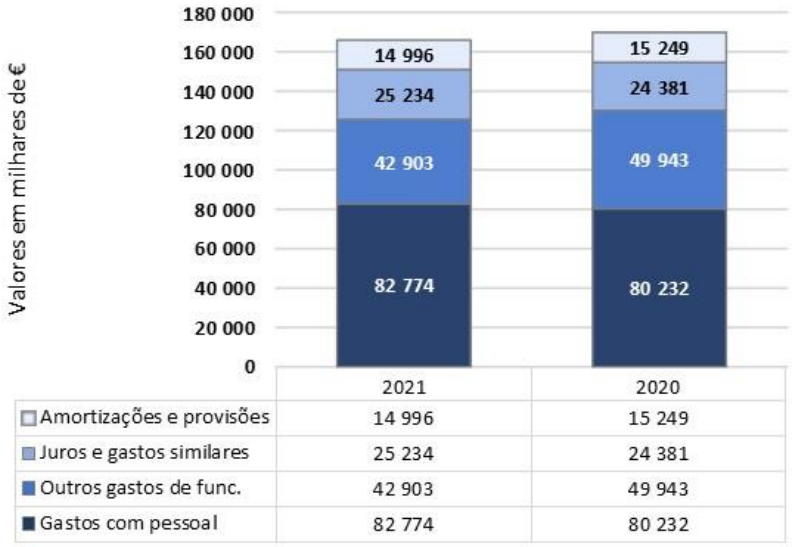
RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros totalizam 25,2 milhões de euros, representando uma variação de 854 mil euros e um desvio de 122 mil euros.

Quadro 35 - Resultados financeiros - Contas individuais

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	3 595	4 913	4 707	(1 318)	(26,8)	(1 112)	(23,6)
Juros a liquidar	21 639	19 468	20 649	2 172	11,2	990	4,8
Gastos financeiros de exploração	**25 234**	**24 381**	**25 356**	**854**	**3,5**	**(122)**	**(0,5)**

Gráfico 7 - Gastos totais - Contas individuais



Fluxos financeiros

Em 2021 os fluxos de caixa da atividade operacional geraram um défice operacional de 17,3 milhões de euros, o que representa uma redução de 58,1% face a 2020, traduzindo uma melhoria de 24,0 milhões de euros. O desvio face ao PAO é de 24,1 milhões de euros. Em ambos os casos, a diferença deve-se aos recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos', no valor de 31,1 milhões de euros e ao resgate de € 5,8 milhões depositados em excesso para cobertura de garantia referente a depósito colateral, no âmbito da operação TREM - Leasing operacional de material circulante. Este montante foi utilizado para fazer face ao comportamento sistematicamente deficitário do cash-flow operacional.

Os fluxos das atividades de investimento registaram um *superavit* de 3,6 milhões de euros, traduzindo-se numa melhoria de 46,0 milhões de euros face a 2020 e de 97,6 milhões de euros face ao PAO. Estas diferenças prendem-se com os subsídios ao investimento recebidos, no valor de 153,5 milhões de euros

Os fluxos das atividades de financiamento registam recebimentos de financiamentos no total de 119,2 milhões de euros, dividindo-se entre 18,3 milhões de euros de suprimentos e 100,9 milhões de euros em financiamentos. As realizações de capital totalizam 253,9 milhões de euros.

Foram amortizados financiamentos no valor de 139,9 milhões de euros e registados pagamentos de juros e gastos similares no valor de 142,0 milhões de euros.

O saldo de caixa, no final do período, foi de 124,8 milhões de euros.

Quadro 36 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros)	2021	2020	PAO 2021	Var. 2021/2020		Desvio. 2021/2020	
				Abs.	%	Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	(17 290)	(41 302)	(41 350)	24 012	(58,1)	24 059	(58,2)
Fluxo das Atividades Investimento	3 563	(42 431)	(94 074)	45 994	(108,4)	97 637	(103,8)
Fluxo das Atividades Financiamento	91 256	101 274	115 132	(10 018)	(9,9)	(23 876)	(20,7)
Variação de caixa e seus equivalentes	**77 529**	**17 542**	**(20 291)**	**59 987**	**(342,0)**	**97 820**	**(482,1)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**47 271**	**29 730**	**47 271**	**17 542**	**(59,0)**	**0**	**0,0**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**124 800**	**47 271**	**26 980**	**77 529**	**(164,0)**	**97 820**	**362,6**

O quadro seguinte apresenta a desagregação das atividades de financiamento. O desvio apresentado deve-se essencialmente à redução das necessidades de financiamento, nomeadamente, no que respeita ao pagamento de juros associados aos contratos SWAP, e pela execução de projetos de investimento não comparticipados por fundos comunitários e/ou nacionais abaixo do estimado.

Quadro 37 - Atividades de financiamento - Contas individuais

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros)	2021	PAO 2021	2020	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	253 905	274 298	320 681	(66 776)	(20,8)	(20 393)	(7,4)
Empréstimos Bancários - DGTF	119 188	127 990	203 813	(84 626)	(41,5)	(8 803)	(6,9)
Financiamento	**373 092**	**402 288**	**524 494**	**(151 402)**	**(28,9)**	**(29 196)**	**(7,3)**
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos Bancários	139 864	139 864	216 515	(76 651)	(35,4)	0	0,0
Juros e gastos similares	141 972	147 292	206 705	(64 733)	(31,3)	(5 320)	(3,6)
Pagamentos	**281 836**	**287 156**	**423 220**	**(141 384)**	**(33,4)**	**(5 320)**	**(1,9)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	**91 256**	**115 132**	**101 274**	**(10 018)**	**(9,9)**	**(23 876)**	**(20,7)**

Estrutura Patrimonial

Ativo

O ML manteve o critério indicado pela tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do Ativo totalizou 5.820 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 38 - Ativo total - Contas individuais

Ativo (valores em milhões de euros)	2021	PAO 2021	2020	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	5 401	5 449	5 391	10	0,2	(48)	(0,9)
Corrente	0	0	0	0	-	0	-
ILD	**5 401**	**5 449**	**5 391**	**10**	**0,2**	**(48)**	**(0,9)**
Não corrente	228	248	201	28	13,7	(20)	(7,9)
Corrente	192	137	105	87	82,6	55	40,0
ML	**420**	**385**	**306**	**114**	**37,3**	**35**	**9,1**
Ativo Total	**5 820**	**5 833**	**5 696**	**124**	**2,2**	**(13)**	**(0,2)**

O Ativo regista um acréscimo de 124 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

- ILD (10,0 milhões de euros):

Ativo não corrente	Variação	Desvio
- Ativos Fixos Tangíveis	13,2 M€	-48,0 M€
- Investimentos em Curso	45,4 M€	32,5 M€
- Estado Conta a Receber	1,4 M€	16,3 M€
- Recebimento Subsídio Investimento	- 48,8 M€	51,6 M€
- Reconhecimento de perda por imparidade	- 2,0 M€	-
- Justo valor instrumentos financeiros	0,9 M€	0,9 M€

- ML (114,0 milhões de euros):

Ativo não corrente	Variação	Desvio
- Ativos Fixos Tangíveis	19,9 M€	- 61,3 M€
- Propriedades de Investimentos	0,7 M€	4,3 M€
- Ativos intangíveis	- 0,1 M€	- 0,1 M€
- Participações financeiras - MEP	8,8 M€	39,1 M€
- Outros ativos financeiros	- 1,8 M€	- 1,9 M€
Ativo corrente	**Variação**	**Desvio**
- Inventários	- 1,1 M€	0,8 M€
- Clientes	0,3 M€	0,3 M€
- Estado e outros entes públicos	4,1 M€	4,1 M€
- Outros créditos a receber	5,4 M€	-49,0 M€
- Diferimentos	0,4 M€	0,6 M€
- Caixa e Depósitos bancários	77,5 M€	97,8 M€

Passivo e Capital Próprio

O Passivo e Capital Próprio apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 39 - Passivo e Capital Próprio - Contas individuais

Passivo e Capital Próprio (valores em milhões de euros)	2021	PAO 2021	2020	Var. 2021/2020		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	1 730	1 743	1 946	(216)	(11,1)	(13)	(0,7)
Corrente	1 169	1 070	1 056	113	10,7	99	9,2
ILD	**2 899**	**2 814**	**3 002**	**(103)**	**(3,4)**	**86**	**3,0**
Não corrente	436	479	510	(73)	(14,4)	(43)	(9,0)
Corrente	724	695	680	44	6,5	28	4,1
ML	**1 160**	**1 175**	**1 189**	**(29)**	**(2,5)**	**(15)**	**(1,3)**
Passivo total	**4 059**	**3 989**	**4 192**	**(132)**	**(3,2)**	**71**	**1,8**
Capitais próprios	1 761	1 845	1 505	256	17,0	(84)	(4,5)
Total do passivo e capitais próprios	**5 820**	**5 833**	**5 696**	**124**	**2,2**	**(13)**	**(0,2)**

O Passivo regista um decréscimo de 132,0 M€, com as seguintes variações/desvios:

- ILD (-103 milhões de euros):

Passivo não corrente	Variação	Desvio
- Provisões ILD	2,4 M€	2,3 M€
- Financiamentos obtidos ILD	- 96,8 M€	-30,8 M€
- Outros ativos financeiros ILD	- 121,3 M€	41,5 M€
Passivo Corrente		
- Fornecedores	0,2 M€	-0,5 M€
- Financiamentos obtidos	28,5 M€	28,5 M€
- Outras dívidas a pagar	83,8 M€	83,9 M€

- ML (-29 milhões de euros):

Passivo não corrente	Variação	Desvio
- Provisões	-38,6 M€	-54,1 M€

- Financiamentos obtidos	-6,8 M€	2,6 M€
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-3,8 M€	8,6 M€
- Outros ativos financeiros	-24,1 M€	-0,2 M€
Passivo Corrente		
- Fornecedores	-6,1 M€	-6,6 M€
- Estado e outros entes públicos	0,1 M€	0,1 M€
- Financiamentos obtidos	54,4 M€	24,1 M€
- Outras dívidas a pagar	-4,3 M€	-6,2 M€

O Capital Próprio regista um acréscimo de 256,0 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

Capital Próprio	Variação	Desvio
- Capital subscrito	253,9 M€	-54,9 M€
- Resultados transitados	-57,1 M€	-1,9 M€
- Ajustamentos/outras variações no CP	25,3 M€	-75,7 M€

Gestão de risco financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a consequente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 40 - *Rating* do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
22 de fevereiro de 2022	BBB	Estável

Passivo Remunerado

Em 2021, o ML contratou dívida no valor de 100,9 milhões de euros e amortizou dívida no valor de 139,9 milhões de euros, representando um decréscimo de 1,2% no passivo remunerado (-39M€).

Quadro 41 – Passivo Remunerado ML (2020-2021) – Contas individuais

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2021	2020	Var. 2021/2020	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910.000	910.000	0	0,0
BEI	0	80.963	(80 963)	-
Outros de longo prazo / Tesouro	539.388	562.025	(22 637)	(4,2)
Shuldschein	300.000	300.000	0	0,0
Dívida de médio e longo prazo	**1 749 388**	**1 852 988**	**(103 599)**	**(5,9)**
BEI	80.963	139.864	(58 901)	(99,4)
Outros de curto prazo / Tesouro	1.508.686	1.385.193	123 493	8,2
Dívida de curto prazo	**1 589 648**	**1 525 057**	**64 591**	**4,1**
Total	**3 339 037**	**3 378 045**	**(39 008)**	**(1,2)**

Adicionalmente, em termos consolidados, o efeito da liquidação do financiamento (LEP 2001) em setembro de 2021, relativo ao TREM II, traduz a amortização de 59,4 milhões de euros e a passagem de 56,1 milhões de euros para passivo corrente, refletindo uma redução de 2,9%, (98,4 milhões de euros), no passivo remunerado.

O total do Passivo Remunerado do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa está refletido no Balanço Consolidado nas rubricas "Financiamentos Obtidos" e "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração", no Passivo Corrente e no Passivo não Corrente, de acordo com a natureza do financiamento em causa.

Quadro 42 - Passivo Remunerado (2020-2021) – Contas consolidadas

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2021	2020	Var. 2021/2020	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910 000	910 000	0	0,0
BEI	0	80 963	(80 963)	-
Outros de longo prazo / Tesouro	539 388	618 125	(78 737)	(14,6)
Shuldschein	300 000	300 000	0	0,0
Dívida de médio e longo prazo	**1 749 388**	**1 909 088**	**(159 699)**	**(9,1)**
BEI	80 963	139 864	(58 901)	(72,8)
Outros de curto prazo / Tesouro	1 564 786	1 444 634	120 152	7,7
Dívida de curto prazo	**1 645 748**	**1 584 498**	**61 250**	**3,7**
Total	**3 395 137**	**3 493 585**	**(98 449)**	**(2,9)**

Investimento

Em 2021, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de 87,4 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML.

Quadro 43 – Despesa de Investimento 2021

Despesa de investimento 2021 (Unid.: €)	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimentos a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	**52 820 071**	**58 567 393**	**58 567 393**
Plano Nacional de Acessibilidades	1 056 929	1 182 862	1 182 862
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	41 002 811	45 898 936	45 898 936
Remodelação da Linha A	259 382	274 493	274 493
Remodelação da Linha B	335 518	352 145	352 145
Remodelação da Linha C	4 961 654	5 487 917	5 487 917
Remodelação e ampliação Areeiro	318 800	320 268	320 268
Remodelação e ampliação Arroios	4 353 931	4 880 205	4 880 205
Outros	288 923	288 923	288 923
Remodelação da Linha D	155 233	164 462	164 462
Remodelação Olivais	2 482	2 482	2 482
Outros	152 751	152 751	152 751
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	1 266 076	1 413 171	1 413 171
Remodelação da Rede Global	3 782 469	3 793 408	3 793 408
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Sinalização)	3 295 050	3 295 050	3 295 050
Outros	487 419	487 419	487 419
ML	**34 539 182**	**34 608 092**	**34 608 092**
Edifícios e outras Construções	365 253	394 165	394 165
Relocalização do Posto de Comando Central	0	0	0
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	301 127	330 039	330 039
Outros	64 126	64 126	64 126
Equipamento Básico	33 524 309	33 524 309	33 524 309
Veículo esmerilador	2 398 241	2 398 241	2 398 241
CITV	596 042	596 042	596 042
Reabilitação Mat. Circulante ML 95-97-99	1 177 462	1 177 462	1 177 462
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulan	20 226 473	20 226 473	20 226 473
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização)	7 893 867	7 893 867	7 893 867
Remodelação Sistema Central de Bilhética	619 784	619 784	619 784
Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso	0	0	0
Outros	612 441	612 441	612 441
Ferramentas e Utensilios	67 418	67 418	67 418
Equipamento Administrativo	582 201	622 199	622 199
COVID-19	937	937	937
Outros	581 264	621 262	621 262
Metrocom	**0**	**0**	**0**
Ferconsult	**0**	**0**	**0**
Investimento total	**87 359 253**	**93 175 485**	**93 175 485**

Comparando com o período homólogo, regista-se um acréscimo de 65,5 M€ (+74,9%), salientando-se alguns projetos tais como: Rato / Cais do Sodré, com uma execução de 41,0 M€, Projeto de Modernização com 31,4 M€, Remodelação e ampliação da estação Arroios com 4,4 M€, aquisição de Veículo esmerilador com 2,4 M€, Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas com 1,3 M€, revisão geral de portas ML95, ML97 e ML99 com 1,2 M€, e PNPA com 1,1 M€, com principal incidência no projeto de acessibilidades das estações Entre Campos e Cidade-Universitária, com financiamento do Fundo Ambiental.

Quadro 44 – Evolução do Investimento 2019-2021

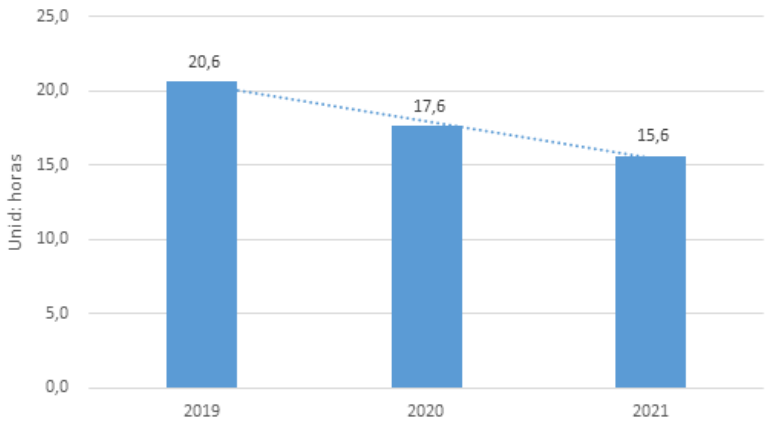
Investimento (Unid.: €)	2021	2020	2019	Var. 2021/20	
				V.Abs	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	87 359 253	21 888 243	13 928 719	65 471 009	74,94%
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	93 175 485	26 522 065	17 000 354	66 653 420	71,54%
Despesa de investimento (DI) (inclui custos financeiros)	93 175 485	26 522 065	17 000 354	66 653 420	71,54%

2. Capital intelectual

O ano de 2021 ficou marcado pela transição para um modelo digital de formação e pelo reforço da ligação com as universidades no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas. Destaque ainda para a atividade da Academia ML com a colaboração no desenvolvimento de projetos que visam potenciar uma cultura de inovação na Empresa.

No entanto, o reforço da digitalização da formação, em resposta às novas medidas de proteção e prevenção da pandemia, refletiu-se numa nova diminuição das horas de formação por efetivo médio (-11%), ainda que tenha sido possível aumentar 9% o número de ações realizadas relativamente ao ano anterior. Esta variação deriva do modelo de formação em formato digital ser de menor duração.

Gráfico 8 – Formação



As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às seguintes linhas de orientação e tendências:

- O Cliente como foco central;
- Reforço das competências de gestão e liderança;
- Promoção de uma cultura de inovação e de sustentabilidade ambiental;
- Desenvolvimento de competências de gestão de projetos, contribuindo para promover uma cultura e práticas de projeto;
- Envolvimento, motivação e qualificação dos colaboradores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores, com prioridade a áreas e a populações estratégicas;
- Ajustamento progressivo das horas de formação realizadas à obrigatoriedade legal.
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito destas políticas e linhas de orientação, relevo para o *Follow Up* Programa de Liderança Estratégica, destinado aos Quadros Dirigentes, e para a iniciativa #MetroGo visando divulgar, testar e envolver os colaboradores na metodologia de inovação.

3. Capital humano

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. Partimos do pressuposto que são as nossas pessoas que permitem que sejamos o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que orientamos as políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

Reconhecemos a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, 2021 continuou a ser fortemente marcado pela pandemia de COVID-19, destacando-se:

- Acordo com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização da tabela salarial, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- Reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para a contratação de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção, e para a contratação de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente nas áreas de Engenharia, Capital Humano e Tecnologias de Informação;
- A transição de parte significativa da formação para o formato *online* foi realizada mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevo ainda para a atividade da Academia ML, suportando a realização da iniciativa de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- Reforço dos projetos para melhoria das condições de trabalho, destacando-se nesta área, nos momentos de agravamento da pandemia de Covid-19, as medidas de prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores;
- A continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- Consolidação da adoção, promoção e divulgação de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Colaboradores

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2021, foram autorizadas dez novas contratações, essencialmente para as estações e técnicos superiores. Considerando ainda as contratações por concretizar decorrentes das autorizações anteriores, apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, foi possível dar continuidade à contratação de novos trabalhadores, especialmente para a área de manutenção, assegurando o efetivo necessário ao cumprimento dos Planos de Manutenção e ao rejuvenescimento de quadros, reforçando do *know-how* instalado, em diversas áreas.

Quadro 45 - Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Efetivo por tipo de contrato (Unid: n.º)	2021	2020	Var 2021/2020
Contratos a Termo	2	1	1
Contrato sem termo	1519	1516	3
TOTAL	**1521**	**1517**	**4**

Quadro 46 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género

	2021			2020		
	Mulheres	Homens	TOTAL	Mulheres	Homens	Total
Efetivo global (Unid: n.º)	388	1133	1521	385	1132	1517
Peso do efetivo global (Unid: %)	25%	75%	100%	25%	75%	100%
Idade média (Unid: anos)	48,7	49,7	49,4	47,3	48,5	48,2
Antiguidade média (Unid: anos)	19,8	22,9	22,1	18,6	21,7	20,9
TOTAL						

Quadro 47 - N.º total de recursos humanos

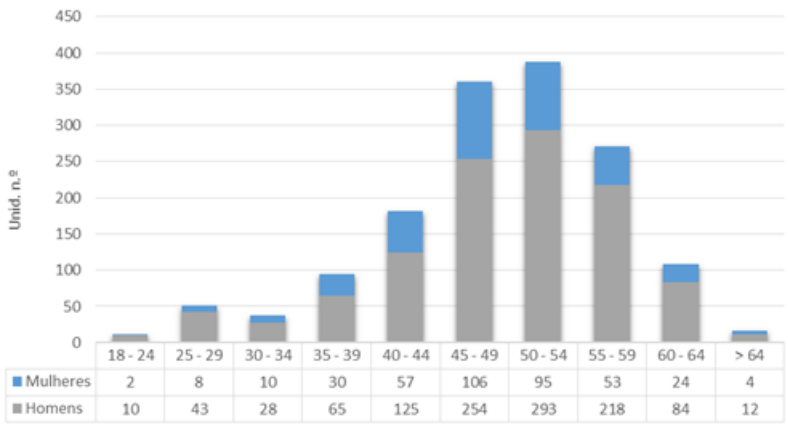
Un.: N.º efetivo

Nº total de RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	2021	2020	PAO 2021	Var 2021/2020	Desvio PAO 2021
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	6	6	6	0	0
Nº Cargos de Direção sem O.S.	21	20	21	1	0
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção	1.500	1.497	1.544	3	-44
TOTAL	**1.527**	**1.523**	**1.571**	**4**	**-44**

O efetivo global do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, a 31 de Dezembro de 2021, era de 1521 colaboradores, dos quais 388 eram mulheres e 1133 homens, a que corresponde uma representação de 25% de mulheres e 75% de homens. A estrutura do efetivo é composta maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais. Esta representação reflete-se igualmente nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a situar-se nos 33,3%.

O efetivo caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (49,4 anos), verificando-se que 47% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verificamos que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (49,7) quando comparados com as mulheres (48,7). Em áreas core para o negócio do grupo de empresas do ML, o envelhecimento dos colaboradores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores que ultrapassam mesmo os 50 anos no caso da Operação.

Gráfico 9 – Efetivo por género e por faixa etária

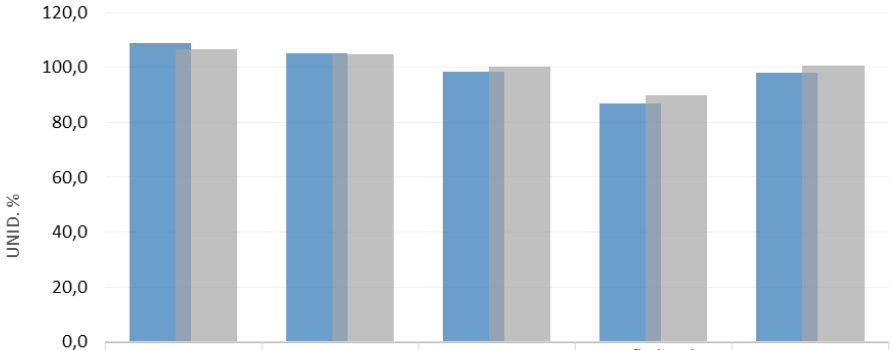


À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (22,1 anos), elevando a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 repôs a totalidade dos direitos adquiridos, ao decretar no art.º 23º a aplicação do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva.

Assim, em 2021 consolidou-se a retoma da prática da avaliação de desempenho, sendo processados a totalidade dos efeitos em matéria de progressão na carreira e de prémios de desempenho.

Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens



	Quadros superiores	Quadros médios	Quadros intermédios	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados
2021	108,9	105,1	98,3	86,9	98,2
2020	106,6	104,8	100,3	89,7	100,8

Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, destacam-se os rácios dos profissionais altamente qualificados, profissionais qualificados e quadros intermédios em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação, quadros superiores e quadros médios, os rácios indicam um salário superior para os homens. Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

Segurança e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram desenvolvidas, de forma continuada, medidas e ações para melhorar as condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, destacando-se nesta área as medidas adotadas para prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores no âmbito da controlo da pandemia de Covid-19, bem como os programas para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada. Em 2021 a atividade do Serviço de Saúde foi novamente fortemente impactada pela pandemia, nomeadamente na execução das medidas de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores, no entanto, com um esforço adicional foi possível realizar 96,11% dos exames periódicos previstos.

No âmbito da prevenção, o grupo de empresas ML deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho com a realização do Ciclo de Webinars Segurança para Todos e do programa de formação em Gestão de Resíduos na área da manutenção e iniciou a formação nos novos regulamentos de segurança.

No âmbito da análise das condições de trabalho, destacamos a realização de um novo estudo sobre os riscos psicossociais presentes nos ambientes de trabalho, atualizando e aprofundando aqueles riscos por categoria profissional.

Quadro 48 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Acidentalidade (Unid. N.º)	2021	2020	Var. 2021/2020 V.Abs	%
Acidentes de trabalho	75	60	15	25%
Dias perdidos	3 364	2 409	955	40%
Taxa de absentismo (Unid.: %)	7,48	8,05	-	-7 p.p.

Em 2021, a nível da acidentalidade laboral verificou-se um aumento significativo do número de acidentes de trabalho comparativamente ao ano anterior (25%) e de dias perdidos (39,6%). Estes valores, apesar das medidas de organização do trabalho adotadas para proteção da saúde dos trabalhadores no âmbito da pandemia, refletem já o retomar da atividade operacional.

Quadro 49 – Acidentalidade por género

Acidentalidade (Unid. N.º)	2021 Mulheres	2021 Homens	Total 2021	2020 Mulheres	2020 Homens	Total 2020
Acidentes de trabalho	11	64	75	6	54	60
Dias perdidos	272	2 519	2 791	168	2 241	2 409

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do grupo de empresas do ML e a ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.
No que concerne à taxa de absentismo, não obstante ter-se verificado uma redução de 0,57 p.p. em relação a 2020, o cumprimento do plano de oferta e o guarnecimento das estações foram fortemente impactados, nomeadamente por motivo de isolamentos e isolamentos profiláticos de maquinistas e pessoal afeto às estações.

Quadro 50 - Taxa de absentismo

Absentismo	2019	2020	2021	Var. 2021/20 V.Abs.	%
Taxa de absentismo (Unid. %)	8,13	8,05	7,48	-	-0,57 p.p.

Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador, representando 51% das horas de ausência em 2021, embora tenha diminuído o seu peso relativamente ao ano anterior.

4. Capital social

Clientes

Durante o ano de 2021, o ML, em consonância com as orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Tutela, reintroduziu o conjunto de medidas de reforço das condições de segurança aplicadas no ano de 2020 dirigidas aos seus clientes, bem como aos seus trabalhadores a prestar funções nas estações.

Os níveis acentuados de quebra da procura verificada ao longo do ano, ainda assim, permitiram, sem depreciar significativamente os níveis de serviço percecionados pelos nossos clientes, reduzir o número de postos habitualmente guarnecidos com trabalhadores do ML. Sem embargo dessa redução, mantiveram-se sempre em funcionamento, nos horários habituais e todos os dias do ano, os serviços habitualmente prestados em Postos de venda, Espaços Cliente, Espaços Navegante e Espaços de Produção dos cartões Lisboa Viva Urgente.

Por condições de segurança sanitária permaneceram encerrados, durante o ano de 2021, apenas o "Espaço Bebé" situado na estação Alameda e as Instalações sanitárias, abertas anteriormente ao público.

Ao nível dos Recursos Humanos no ano de 2021 foram reintroduzidas as rotações profiláticas implementadas em 2020 nos horários dos trabalhadores, possibilitando em determinadas alturas mais críticas do ano, manter, em sistema rotativo, equipas em espelho (equipas em casa/equipas a desempenhar funções presenciais).

O acompanhamento dos casos positivos verificados nas estações e as ações imediatas de desinfeção dos postos de trabalho mantiveram-se em prática no ano de 2021 e foram fatores determinantes para o cumprimento em pleno dos níveis de serviço programados ao longo de todo o horário habitual em exploração.

Ao longo de 2021, para proteção dos trabalhadores e clientes foram implementadas/mantidas as seguintes medidas e ações:

- Manutenção de sistemas de controlo da afluência às estações com maior procura (Entre Campos, Cais do Sodré e Jardim Zoológico) com o apoio da PSP e vigilantes, de modo a identificarem e dissuadirem a criação de situações de aglomerações nos cais ou do incorreto uso de máscara;
- Manutenção da sinalética de distanciamento e encaminhamento nas estações, bem como de difusão de mensagens de proteção individual nas estações, visando o cumprimento de distâncias de segurança no acesso às maquinas de venda, na utilização de escadas rolantes ou de distribuição dos passageiros nos cais de embarque e respetivos bancos;
- Aplicação mensal, através de nebulização, de produto Zoono, nas zonas de maior contacto pelos nossos clientes (corrimãos, maquinas de venda, MB, canais de acesso, botões de elevador, pontos de ajuda e outros pontos de risco). Trata-se de uma solução de desinfeção com ação mecânica, criada para garantir uma proteção duradoura (até 30 dias) contra cargas microbianas de largo espectro (bactérias, vírus e fungos), com reflexos diretos ao nível da saúde, por via da redução drástica de propagações indesejadas;
- Reforço diário de limpeza e desinfeção dos pontos de maior contacto dos clientes com os equipamentos existentes nas estações;
- Disponibilização em todas as estações de dispensadores de álcool gel para utilização dos nossos clientes;
- Manutenção de salas de isolamento por estação para confinamento temporário de casos suspeitos, se necessário;
- Disponibilização a todos os trabalhadores com contacto direto com o público de material de proteção individual: viseiras, máscaras, luvas, toalhetes e gel desinfetante;
- Implementação de metodologia de controlo diário da temperatura dos trabalhadores;
- Revalidação da certificação SGS "COVID-19", com a atribuição do selo "Viaje com confiança", validado pela SGS Portugal. A SGS reconheceu a eficácia da higienização e da limpeza das estações e do material circulante do Metro tendo revalidado a certificação iniciada em 2020, confirmando que somos um operador de transporte higienizado e seguro, e que todos podem viajar com confiança;
- Oferta de transporte gratuito para a Vacinação -Tendo como finalidade contribuir para a concretização do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, o Metro apoia a população de Lisboa que se desloca para o Centro ao Centro de Vacinação da FIL (Parque das Nações) para ser vacinada através da cedência de um cartão viva viagem

carregado com duas viagens metro (ida e volta). Este apoio resultou da colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

Pese embora a generalidade da atividade da área de Clientes nas estações se tenha orientado para minimizar os impactos da pandemia e consequente restabelecimento dos níveis de segurança habitualmente percecionados pelos nossos clientes, em 2021 foi ainda possível o desenvolvimento de projetos, entre os quais se destacam:

- No âmbito do plano de promoção das acessibilidades das estações, a substituição das escadas mecânicas da estação Rato e da estação Avenida, aumentando significativamente o grau de disponibilidade das mesmas;
- Conclusão do processo de remoção, em larga escala de *tags* e *graffitis* iniciado em 2020, nas estações (interior e exterior) e posterior aplicação de produtos anti graffiti, para proteção das superfícies, mantendo-se a rotina diária da sua eliminação em 2021;
- Instalação do primeiro módulo fotovoltaico para iluminação autónoma do pilar de sinalização de estação, na entrada da estação Laranjeiras localizada na Estrada da Luz. O módulo fotovoltaico é o primeiro de quatro, estando, igualmente, prevista, logo que reunidas as condições técnicas, a instalação de novos equipamentos nas estações de Telheiras, Campo Grande e Baixa Chiado;
- Considerando estudos técnicos que confirmam que a inversão periódica do sentido de rotação dos equipamentos mecânicos (escadas e tapetes rolantes) prolonga a vida dos mesmos, deu-se início à alternância de sentido destes equipamentos, de forma periódica, nas estações de Metro com equipamentos mecânicos. Para o efeito foi necessário reforçar a informação nos locais, comunicando a inversão periódica dos sentidos, e enviada informação a algumas associações que prestam apoio aos cidadãos cegos e ambliopes;
- Procedeu-se ao reforço da oferta, em setembro 2021, para dar resposta ao aumento da procura de clientes na rede, atendendo ao início do novo ano letivo e ao regresso ao trabalho presencial, foi implementado o aumento da oferta de serviço, ajustando à procura expetável;
- Realização do estudo de Satisfação do Cliente que decorreu de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4415/2020. A Satisfação Global obtida através das várias componentes de serviço foi pontuada com 7,78 pontos, numa escala de 0 a 10, evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes (+3,46%), tendo sido este resultado o mais elevado de sempre;
- Decorreram estudos de Cliente Mistério através de auditorias ao serviço prestado, de acordo com os critérios de qualidade definidos na norma EN 13816 – Qualidade de Serviço no Transporte Público de Passageiros. Face ao enquadramento vivido (Covid-19), foram realizadas auditorias específicas e relacionadas com as condições de higiene e segurança em estações/comboios (limpeza). Os dados apresentados foram, de modo geral, positivos com uma taxa de cumprimento correspondente a 91,2%.

Apoio ao Cliente e Marketing

Atendendo ao contexto de pandemia, algumas das iniciativas desenvolvidas tiveram como objetivo melhorar as condições do serviço de atendimento e de apoio ao Cliente, nomeadamente:

- A remodelação do Posto de Vendas da estação do Rossio;
- O reforço da presença policial nas estações, em articulação com as equipas de fiscalização do Metro, coadjuvadas por vigilantes;
- Disponibilização de um serviço *online* que permite a adesão e a renovação dos perfis 4_18 ou Sub23 no cartão Lisboa VIVA, com o preenchimento de um formulário disponível no site do Metro. Com esta medida o ML pretendeu melhorar o atendimento aos jovens estudantes e descongestionar a afluência aos Espaços Cliente;
- Abertura de postos temporários de atendimento Lisboa viva Urgente. A adoção desta medida pretende contribuir para a redução de filas de espera nos postos de atendimento, procurando prestar um serviço mais rápido e eficaz aos seus clientes;
- Lançamento do navegante antigo combatente, medida implementada pela TML que visa atribuir benefício aos antigos combatentes, detentores do cartão de Antigo Combatente, e a/o viúva/o do antigo combatente.

Combate à fraude

Não obstante os condicionalismos da pandemia com os consequentes reflexos na atividade da fiscalização, foram implementadas um conjunto de medidas no âmbito do combate à fraude, das quais se destacam as seguintes:

- A entrada em funcionamento da plataforma de envio para o IMT dos Autos de Notícia elaborados no âmbito da atividade de fiscalização com o posterior envio dos mesmos para a Autoridade Tributária para a abertura e instrução dos processos contraordenacionais para a cobrança coerciva das coimas não pagas;
- O lançamento de uma campanha de informação aos clientes, com cartazes nos comboios e informação no *site*, alertando para a importância da aquisição e validação dos títulos de transporte e para as consequências do incumprimento, com o envio do processo para a Autoridade Tributária;
- A integração de Vigilantes nas equipas de Fiscais.

Estas medidas, ainda que com os condicionalismos referidos, e com a atividade de fiscalização exercida por um efetivo muito reduzido de Fiscais, traduziram-se em resultados muito positivos, como se pode constatar pelo quadro anexo

Quadro 51 - Atividade de fiscalização

		Un.	2019	2020	2021
Abordagens		n.º	132.747	70.640	121.850
Coimas Aplicadas		n.º	8.064	3.871	3.719
Coimas pagas ao ML		n.º	2.240	1.146	1.145
Coimas pagas ao ML	**a)**	%	30,25	29,6	38,85
Valor pago ao ML	**b)**	€	146.400	68.670	86.670

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas
b) Deste valor apenas 30% cabem ao ML; os restantes 70% são distribuídos do seguinte modo: 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes

Outros indicadores de atividade

Do exercício de 2021, há ainda a destacar alguns indicadores de atividade, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 52 - Outros indicadores de atividade

Indicadores de Atividade	Un.	2021	2020	2019
Índice de Satisfação do Cliente		7,78	7,52	7,35
Absentismo Operacional (média mensal)	%	7,2%	7,4%	8,2%
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	%	71,1%	76,3%	74,8%
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	%	82,5%	79,8%	80,5%
Número de chamadas atendidas	un.	32 384	34 911	70 665
Número de chamadas recebidas	un.	39 252	43 728	87 779
Site ML - n.º visitas (páginas visitadas)	un.	1 839 473	1 042 858	4 169 715
Site ML - n.º visualizações/campanha (média mensal)	un.	758	702	3 395
Reclamações	un.	3 253	1 593	4 813
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	%	95,0%	94,0%	86,9%
Fiscalização - n.º abordagens	un.	121 850	70 640	132 747
Fiscalização - Coimas	un.	3 719	3 871	8 064

Comunicação da marca

No âmbito do contexto de pandemia e considerando as medidas adotadas pela Empresa, foi constante a comunicação com o Cliente, sempre com o objetivo de promover a utilização do Metro com confiança e em segurança. A divulgação da informação materializou-se através do Site e redes sociais, bem como na produção de informação na rede:

- Criação de nova página no *site* Metro sobre as medidas COVID implementadas pela empresa (https://www.metrolisboa.pt/covid-19/);
- Lançamento de campanhas de comunicação sensibilizando para o uso e para a manutenção do distanciamento de segurança nos átrios, elevadores e comboios, bem como para o cumprimento das regras de utilização do Metro.

Campanhas informativas sobre produtos comerciais/serviços:

- Reforço de comunicação - Kiosks Viva (estação Alameda), que permitem a emissão do cartão navegante personalizado na hora;
- Reforço de comunicação - sistema de gestão de senhas & App Proximo® - com destaque para a possibilidade de tirar senhas eletrónicas através da App Proximo®;
- Coimas – comunicação sobre a obrigatoriedade de adquirir e validar o título de transporte;
- Postos temporários de atendimento Lisboa viva Urgente;
- Novas tarifas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021.

Plano de Contingência "Vaga de frio"

Em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, devido à vaga de frio extremo, o Metropolitano de Lisboa apoiou a comunidade das pessoas em situação de sem-abrigo mantendo abertas as estações Santa Apolónia, Oriente e Rossio, de modo a permitir o acolhimento às pessoas em condição de sem-abrigo, nas noites com temperaturas mais baixas.

Campanha de comunicação "A linha que nos une"

Lançamento de uma campanha de comunicação com o objetivo de recuperar e reforçar a confiança dos clientes na utilização do Metro. Com o início de uma nova fase de desconfinamento (abril 2021), esta campanha teve como finalidade transmitir confiança aos clientes que deixaram de utilizar o Metro ou àqueles com receio em fazê-lo em resultado de um clima de desconfiança em relação à utilização dos transportes públicos, no contexto da situação pandémica verificada.

A campanha de comunicação, sob a assinatura "A linha que nos une, é o teu Metro de confiança" demonstrou que o Metro é um operador de transporte higienizado e seguro. A mensagem remete para os procedimentos de contingência adotados pela Empresa no que respeita à metodologia e frequência das ações de higienização e limpeza das estações e do material circulante, procurando garantir as condições de higiene e segurança adequadas para defesa da saúde pública, dos seus trabalhadores e dos seus clientes. Para além dos meios próprios do Metro (site, cartazes no interior dos comboios e junto às entradas das estações), a campanha também este presente em anúncios nas plataformas digitais sociais como o Facebook, Instagram, Google e Youtube e na plataforma digital Spotify.

Lançamento do estado das linhas no Twitter

Com esta funcionalidade disponível na página oficial do Metro no Twitter, os clientes podem assim aceder em tempo real às notificações sobre o estado da circulação em todas as linhas. Sempre que existirem perturbações essa informação é divulgada automaticamente no *feed* de publicações da página do Metropolitano.

Esta nova funcionalidade tem como principal objetivo reforçar, facilitar e reforçar a comunicação com o cliente, fomentando a presença da empresa junto dos seus clientes e da comunidade em geral.

Exposição "Metro em segurança e com saúde"

No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade foi realizada uma exposição fotográfica na estação Marquês de Pombal (linha Amarela) intitulada "Metro em segurança e com saúde", através da qual se procurou demonstrar as medidas adotadas pela Empresa para garantir as melhores condições de higiene e segurança aos clientes e trabalhadores, apesar da pandemia que vivemos.

Exposição fotográfica "A Ferro e Fogo"

Em parceria com a Câmara Municipal da Amadora, decorreu na estação Amadora-Este a exposição fotográfica "A Ferro e Fogo", alusiva a duas unidades fabris dos ramos da metalomecânica pesada e da metalúrgica, Sorefame e Cometna, que se fixaram na Venda Nova entre 1943 e 1946. Estas empresas tiveram projeção a nível internacional e participaram na construção, entre muitos outros, de grandes empreendimentos ferroviários, nomeadamente, e no caso da Sorefame, de material circulante para o Metro.

Esta mostra surge no âmbito do projeto cultural de dinamização das estações que o Metro desenvolve há vários anos, acolhendo projetos das diversas áreas da cultura, através de parcerias estabelecidas com múltiplas entidades.

Há música ao fundo do túnel

No âmbito da iniciativa "Há música ao fundo do túnel", promovida pelo Ministério da Saúde (DGS) e pelo seu Programa Nacional para a Saúde Mental, o Metro acolheu um ciclo de concertos que decorreram nas estações Marquês de Pombal, Alameda e Cais do Sodré.

Esta ação teve como objetivo alertar a população para a importância de cuidarem de si e de promoverem o seu bem-estar e a saúde mental, sendo a música o veículo escolhido para consciencializar as pessoas sobre esses temas.

Campanha de Natal do Metro

"Este Natal, conto com o Metro para me levar!" foi o mote da Campanha de comunicação do Metro para o Natal, que teve como principal objetivo incentivar a utilização do metro durante esta época festiva. Com este propósito, foram desenvolvidas três mensagens relacionadas com comportamentos típicos da época natalícia, nomeadamente a realização das compras de Natal, os encontros e convívios entre amigos, ou simplesmente para ver as tradicionais luzes de Natal em Lisboa. A campanha decorreu nos meios próprios do Metro (*offline* e meios digitais).

Segurança das instalações

No exercício do ano de 2021, o Metropolitano de Lisboa retomou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, que permitiu a execução de exercícios semanais nas estações e de simulacros na rede.

Iniciou-se a renovação do plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na vertente da vigilância e tendo em conta as novas realidades securitárias, foram implementados novos serviços com um maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços concretizaram-se com rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com vista a melhorar os níveis de segurança dos nossos clientes.

Ao nível securitário foi possível estreitar junto da Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma melhor coordenação nas ações de segurança e de Fiscalização. Iniciou-se igualmente o projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra na estação marquês de Pombal.

Através da implementação das metodologias adequadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a 100% do requisito legal SCIE, que respeita à manutenção anual dos Extintores e da rede húmida de carreteis.

De realçar também o desenvolvimento dos trabalhos de instalação de novo sistema de supervisão da infraestrutura da rede e da renovação do CITV (circuito interno de televisão), com a instalação de novo sistema de gestão do sistema de videovigilância da rede (CITV) e instalação de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel.

Deu-se também continuação ao programa a 4 anos de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Nas renovações das estações, e em novas construções, introduziu-se a utilização de sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação. Esta instalação já foi possível na renovação e alargamento da estação Arroios.

Comunicação institucional

Ao longo do ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa marcou presença em diversos eventos/conferências do setor, na sua maioria em formato digital face ao contexto pandémico que se verificou, partilhando e apreendendo as novas tendências do mercado.

A nível externo, foram, igualmente, organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, tais como assinaturas de contratos, reabertura de átrios, lançamento de novos produtos no que concerne a inovação do sistema de transportes, equipamentos e bilhética, entre outros.

De assinalar, igualmente, a manutenção do microsite sobre a expansão e modernização da rede do Metropolitano de Lisboa. Nesta matéria, foram atualizados os respetivos conteúdos tendo em conta a evolução das diferentes frentes de obra bem como os projetos e estudos em análise. Foram atualizados os planos de comunicação referentes a situação de condicionamentos face às obras, bem como relativamente às ocupações temporárias de imóveis. Este plano de comunicação específico para a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, levou a um incremento dos contactos institucionais com órgãos autárquicos e com outros stakeholders, contactos esses quer continuarão a ser desenvolvidos ao longo de 2022, até o término das obras em curso e projetadas, como é o caso do prolongamento da linha Vermelha de S. Sebastião a Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas que envolve as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas e as respetivas Juntas de Freguesia das zonas de influência das futuras estações/paragens.

O Metropolitano de Lisboa procedeu igualmente ao refrescamento da sua página na WEB institucional (Empresa), conferindo uma apresentação gráfica e de conteúdos mais apelativa na ótica do utilizador. Reformulou, igualmente, o site da Ferconsult, S.A., empresa detida a 100% pelo Metropolitano de Lisboa.

A nível interno, a empresa organizou diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 73.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa se assinalaram em outubro de 2021 face à situação pandémica verificada e, ainda, reuniões periódicas de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

Ainda a nível interno, foi igualmente instituído o procedimento de atendimento ao cliente e público em geral a seguir no que concerne aos contactos externos rececionados no Metropolitano de Lisboa relativamente a pedidos de esclarecimentos, informação e reclamações relativas à modernização e expansão da rede, essencial para manter a reputação e a boa imagem desta empresa.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano de Lisboa, em diversos programas televisivos de informação e reportagens que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa foi alvo de 5.654 notícias, presentes em 352 órgãos de comunicação social e que deram origem a um AVE no valor de 87.288.258 euros e a um ROI de 48.918.488 euros.

O número de artigos positivos/informativos representou 78% da totalidade das notícias no período em análise. A televisão foi o segundo meio com maior número de reportagens. O meio com mais notícias foi o canal televisivo ”TVI”. Do total de notícias, 61% foram publicadas em meios online, 28% em meios audiovisuais e 11% em meios de imprensa escrita. Relativamente à classe das fontes, destacam-se os meios de informação geral com 92% do total de notícias.

Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais

Em 2021, os constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 mantiveram-se durante todo o ano, o que levou à manutenção das restrições de deslocações ao estrangeiro, determinadas pelo Conselho de Administração em 2020. Apesar disso, a empresa manteve uma energética participação nas suas atividades internacionais, tanto ao nível das entidades em que o Metropolitano de Lisboa se encontra filiado, como através da participação em eventos diversos do setor dos transportes que se realizaram, em 2021, sobretudo em formato virtual.

Neste contexto, em 2021, o Metropolitano de Lisboa manteve ativa a sua participação no *Policy Board* da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, na qualidade de Embaixador nacional naquele órgão, posição a que Portugal tem direito em função do montante de quotizações atualmente pagas pelos membros portugueses da UITP. Com o acordo da Transtejo, S.A. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa E.M., S.A. a representação naquele órgão continuará a ser assumida pelo Metropolitano de Lisboa durante o mandato 2021/2023.

Durante o ano, manteve-se igualmente a participação do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga Costa, no Comité União Europeia da UITP, na qualidade de membro efetivo do órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias.

Importa, ainda, realçar a renovação no cargo em 2021, para um novo mandato até 2023, do Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, Eng.º António Valente, no cargo de Presidente do Comité de Segurança da UITP, cargo que exerce desde 2019, com representação nos principais órgãos de gestão da UITP.

Ao longo do ano a empresa participou, também, em várias reuniões virtuais dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para as reuniões do Policy Board (abril e novembro), da Assembleia Geral (junho), Assembleia de Metros (novembro) e do PresCom da Associação (janeiro), todas realizadas em formato virtual.

Para além das reuniões de órgãos estatuários, o Metropolitano de Lisboa manteve uma participação ativa através reuniões de trabalho dos diferentes órgãos em que se encontra representado e, também, em diferentes *workshops* e *webinars* que a Associação foi organizando ao longo do ano sobre os mais variados temas relacionados com o setor dos transportes públicos.

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa participou, de igual forma, nas principais reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a presença assegurada pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação, entre as quais, o Comité de Direção e a Assembleia Geral, realizadas virtualmente durante o mês de novembro. Sublinha-se a participação do Metropolitano de Lisboa na 26.ª reunião dos Comités Técnicos da ALAMYS, de 28 a 30 de junho (em formato virtual), este ano subordinada ao tema "*A un año de la Pandemia: Cambois y Avances del transportes Metroferroviario*".

O Metropolitano de Lisboa participou, ainda, durante 2021, em atividades relevantes de *benchmarking* de metros, tendo estado representado nas reuniões gerais do Grupo de Benchmarking de Metros NOVA/CoMET, que se realizaram em formato virtual, nos meses de janeiro, março, abril, julho, outubro e novembro.

No que se refere à participação do Metropolitano de Lisboa em eventos de outras entidades, destaca-se a intervenção do Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, na qualidade de orador, no "Portugal Railway Summit 2021", organizado pela Plataforma Ferroviária Portuguesa (PFP) no âmbito do Ano Europeu da Ferrovia que se comemorou em 2021, com uma intervenção intitulada "Investments planned by Metropolitano de Lisboa and its prospects for the future of railway".

Outros eventos virtuais contaram com a presença da Empresa, tais como, as Cimeiras "Leading the Digital Decade" (fevereiro) e "Digital Day 2021" (março), ambas organizadas pela Comissão Europeia; os *Webinars* "The Company and its Evolving Role in Society" e "Urban Future with a Purpose" (março), organizados pela Delloitte; o Fórum "Budapest Smart Ticketing and Digital Services" (maio); a Conferência "Global Mass Transit - Ticketing and Fare Collection in the EU" (junho) e a Cimeira "Transport Innovation Summit 2021" (novembro).

No que se refere a deslocações físicas, assinala-se a participação no XIV Encontro COTEC Europa, que se realizou em Málaga, durante o mês de novembro e, ainda, diversas visitas técnicas no âmbito do projeto de modernização do sistema de sinalização e aquisição de novo material circulante para a expansão da rede entre a estação Rato e Cais do Sodré, nomeadamente à fábrica STADLER em Valência (maio, novembro e dezembro) e aos Metro de Sófia e de Berlim (novembro).

Outro aspeto de relevo no âmbito das Relações Internacionais, durante o ano de 2021, foi a adesão do Metropolitano de Lisboa à Calypso Network Association (CNA), uma organização belga sem fins lucrativos, que reúne mais de 100 membros internacionais ligados ao sector dos transportes e mobilidade, para o intercâmbio de ideias e experiências com o objetivo de desenvolver sistemas abertos que atendam às necessidades contínuas da bilhética sem contacto.

Em 2021, em virtude das restrições aplicadas às deslocações internacionais na maioria dos países, o Metropolitano de Lisboa não acolheu visitas de delegações estrangeiras às suas instalações e obras.

Responsabilidade social

O ano de 2021 foi de continuidade no compromisso com as partes interessadas, quer junto dos colaboradores suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer reforçando a intervenção junto da comunidade e no contributo para causas solidárias.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o ML desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O "COMPANHEIRO" – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficinal;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo. Neste ano, o evento decorreu em três estações da rede metro, tendo sido distribuídos 300 almoços de natal, às pessoas em situação de sem abrigo.
- Desenvolvimento do programa #Together, inspirado na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Português e pelo Metropolitano no âmbito desta agenda, a Educação, a Igualdade de Género, a Redução das Desigualdades, e a Sustentabilidade. Este programa traduziu-se no apoio efetivo à Academia do Johnson, ao Lar Madre Teresa de Saldanha e à Refood.
- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da iniciativa "Corrida por Bens", onde a troco de dorsais gratuitos, foi possível recolher bens para ajuda à Fundação Obra do Ardina e ao Banco do Bebé – Associação de Ajuda ao Recém-Nascido;
- Campanhas de angariação de vestuário no âmbito da iniciativa "Vista esta Causa", a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar ao Banco de Roupa d'O Companheiro 788 kg de roupa e brinquedos;
- Parceiro estratégico do movimento "Giving Tuesday", permitindo doar ao CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo, bens alimentares para apoio à preparação de refeições quentes que são servidas às pessoas nas ruas durante todos os dias do ano;
- Apoio ao ASE – Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica no âmbito da Iniciativa "Caixinha dos Desejos", com o apadrinhamento dos desejos e confortando o Natal dos seus residentes.

Igualdade e não discriminação

O grupo de empresas Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

  (https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) o ML integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;
- Enquanto membro da "Union Internationale des Transports Publics" (UITP), o Metropolitano aderiu à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/"Women in Transport-EU Platform for Change", identificando boas práticas de Igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma coordenada pela UITP "Women un Trasport-EU Plataform for Change";
- No âmbito da IGEN, o Metropolitano integra, desde 27 de março de 2014 o "Fórum Organizações para a Igualdade", renovando anualmente o Acordo de Adesão como compromisso pela diversidade, conciliação e comunicação garantindo a igualdade de oportunidades dos colaboradores.
- Enquanto membro do iGen-Fórum Organizações para a Igualdade, o Metropolitano associou-se à CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego na divulgação de campanha nacionais de sensibilização em matérias como a violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de colaboradores;
- Ainda no âmbito da Igualdade, o Metropolitano incluiu no Manual de Acolhimento um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios de género no trabalho;

O Metropolitano participou ainda em ações de sensibilização sobre Assédio Moral, Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, Agenda 2030 – uma agenda de inovação na gestão pública e sustentabilidade.

5. Capital natural

A adequação do serviço de transporte às necessidades de procura e ao cumprimento de ocupação de 2/3 para segurança sanitária do cliente ML, revelou-se indispensável à manutenção da atividade económica, permitindo a mobilidade a todos os trabalhadores dos serviços essenciais quando a cidade de Lisboa esteve confinada.

O Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e contribuindo na minimização dos impactes ambientais. Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios

de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo grupo de empresas ML, sendo estes:

Positivos:

- Valorização de resíduos promovendo a economia circular.

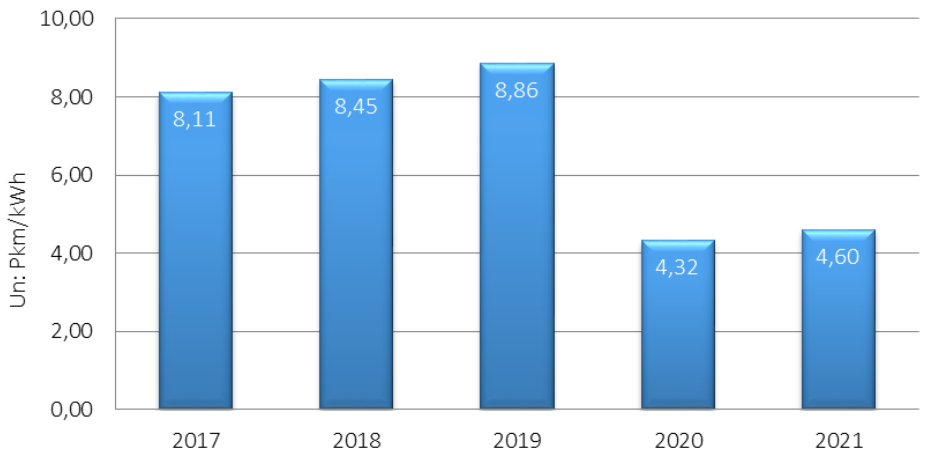
Negativos:

- Consumo de energia elétrica nos edifícios e estações no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de gás natural.

Durante o ano de 2021 encetaram-se esforços no sentido de implementar soluções mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente em termos dos sistemas de iluminação e de ventilação.

Os passageiros x km transportados por unidade de energia em 2021 registaram uma ligeira subida de 6,5%, contrariando a tendência verificada no ano anterior, fruto da pandemia.

Gráfico 11 – Eficiência energética



Em 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com "Lisboa – Capital Verde", o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.

Durante os dois últimos anos de vigência do PISA 2030, das ações previstas, foram concluídas com sucesso as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Informação multimodal no *site* do Metro.

Das restantes ações ainda estão por iniciar os projetos "Adoção do uso de água reutilizada para lavagem e rega nas novas estações e no PMO III" e "Instalação nas estações e edifícios de equipamentos de monitorização da qualidade do ar e

partilha dos dados com a CML", estando este último dependente da disponibilidade da CML para avançar. Apresentam-se de seguida os trabalhos realizados nas ações ao longo de 2021:

AÇÕES / PROJETOS	TRABALHOS REALIZADOS
Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED	*A iluminação integral a LED está completa em 19 das 56 estações de metro (o correspondente a 33,9%).*
Instalação de central fotovoltaica no PMO II	*Foram concluídos os estudos prévios nas componentes: fotovoltaica e infraestrutura, estando em preparação a contração dos projetos de execução.*
Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria	*Redução da intensidade carbónica de 6,7%.*
Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento do Metro	*Projeto revisto e procedimento em preparação para lançamento público.*
Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos	*Em estudo a identificação dos veículos elétricos e a situação dos veículos híbridos.*
Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos	*Em estudo a distribuição adequada de marcação de lugares reservados para os veículos elétricos.*
Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo	*Em preparação uma comunicação definindo que procedimentos deverão adotar critérios ambientais na fase de contratação (10,8%).*
Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos	*Em resultado das medidas implementadas na sequência da pandemia, em 2021 a redução do consumo de papel só atingiu os 1,8% face ao ano anterior. No entanto, quando comparado com 2019 a variação atinge os -42,3%.*
Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas	*A divulgação é feita, trimestralmente, pelo Portal da empresa e no Site ML.*

VII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 53 - Objetivos de gestão

	ANO 2021		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios
	REAL	PAO		
Princípios Financeiros de Referência				
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios)	96,7%	101,1%	-4,4 p.p.	Pág.ª 86
PRC (1) - manutenção ou redução de gastos com pessoal	81.682.434	85.804.757	95,2%	Pág.ª 86
PRC (2) - manutenção ou redução de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	3.797	38.758	9,8%	Pág.ª 86
PRC (3) - manutenção ou redução de encargos com a frota automóvel	305.212	375.611	81,3%	Pág.ª 86
PRC (4) - manutenção ou redução de encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1.440.154	3.524.183	40,9%	Pág.ª 86
Investimento [1]				
Investimento ILD	52.820.071 €	77.791.250 €	67,9%	Pág.ª 78
Investimento ML	34.539.870 €	39.782.326 €	86,8%	Pág.ª 78
Total de Investimento	**87.359.940 €**	**117.573.576 €**	**74,3%**	
Endividamento				
Variação do endividamento	3,37%	2,07%	1,30 p.p.	Pág.ª 80

[1] Os valores de investimento ILD e ML são líquidos de TPE e de Encargos financeiros.

INVESTIMENTO

Quadro 54 – Investimento

Despesa de investimento 2021 (Unid.: €)	Executado 2021	PAO 2021	Desvio	
			Abs.	%
ILD	**52 820 071**	**77 791 250**	**-24 971 179**	**-32,1%**
Plano Nacional de Acessibilidades	1 056 929	1 567 552	-510 623	-32,6%
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	41 002 811	57 025 906	-16 023 095	-28,1%
Remodelação da Linha A	259 382	1 840 849	-1 581 468	-85,9%
Remodelação da Linha B	335 518	483 087	-147 570	-30,5%
Remodelação da Linha C	4 961 654	7 069 725	-2 108 071	-29,8%
Remodelação e ampliação Areeiro	318 800	314 670	4 130	1,3%
Remodelação e ampliação Arroios	4 353 931	5 054 118	-700 187	-13,9%
Outros	288 923	1 700 937	-1 412 014	-83,0%
Remodelação da Linha D	155 233	979 284	-824 052	-84,1%
Remodelação Olivais	2 482	107 669	-105 187	-97,7%
Outros	152 751	871 616	-718 865	-82,5%
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	1 266 076	2 157 967	-891 891	-41,3%
Remodelação da Rede Global	3 782 469	6 666 879	-2 884 411	-43,3%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Sinalização)	3 295 050	5 857 534	-2 562 484	-43,7%
Outros	487 419	809 346	-321 927	-39,8%
ML	**34 539 182**	**39 782 326**	**-5 243 145**	**-13,2%**
Edifícios e outras Construções	365 253	1 768 279	-1 403 027	-79,3%
Relocalização do Posto de Comando Central	0	110 000	-110 000	-100,0%
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	301 127	663 279	-362 153	-54,6%
Outros	64 126	995 000	-930 874	-93,6%
Equipamento Básico	33 524 309	36 491 443	-2 967 133	-8,1%
Veículo esmerilador	2 398 241	2 406 667	-8 426	-0,4%
CITV	596 042	967 970	-371 928	-38,4%
Reabilitação Mat. Circulante ML 95-97-99	1 177 462	1 858 065	-680 603	-36,6%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante)	20 226 473	23 149 268	-2 922 795	-12,6%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização)	7 893 867	2 406 318	5 487 549	228,0%
Remodelação Sistema Central de Bilhética	619 784	400 000	219 784	54,9%
Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso	0	2 900 000	-2 900 000	-100,0%
Outros	612 441	2 403 155	-1 790 715	-74,5%
Ferramentas e Utensilios	67 418	259 149	-191 731	-74,0%
Equipamento Administrativo	582 201	1 263 455	-681 254	-53,9%
COVID-19	937	10 000	-9 063	-90,6%
Outros	581 264	1 253 455	-672 191	-53,6%
Investimento total	**87 359 253**	**117 573 576**	**-30 214 324**	**-25,7%**

Principais desvios na execução de Investimento:

1. Prolongamento Rato/Cais do Sodré, -16,0 M€;
   - A não consignação do lote 2 em consequência do prazo adicional imposto pela APA para aceitar o RECAPE;
   - Atraso na consignação do lote 3 em resultado de algumas indecisões condicionadas pelas eleições autárquicas que ocorreram neste período;
   - O enquadramento legal e as intervenções legais e regulamentares de entidades externas (por exemplo da DGPC, APA, CCDR, CML), continuam a incutir um grau de imprevisibilidade no desenvolvimento dos trabalhos;
   - Todo o empreendimento se tem desenvolvido, até esta data, no contexto da pandemia de COVID-19 que se agravou no 3º trimestre de 2021. Tal, tem condicionado a disponibilidade dos meios humanos e provocado diversos atrasos na entrega de materiais em sequência da disrupção das cadeias de fornecimentos, além de ter impacto significativo nos custos.
2. Remodelação da estação Arroios e projeto de remodelação da estação do Cais do Sodré, -1,2 M€;
3. Renovação de equipamentos nas estações Anjos, Alvalade, Intendente e Roma, -0,8 M€;
4. Remodelação dos sistemas de ventilação e bombagem entre a estação Alameda e S.Sebastião (Linha Vermelha), -0,8 M€;
5. Processo em contencioso do projeto de expansão da Linha Azul de Amadora Este à Reboleira: -0,7 M€;
6. Remodelação de equipamentos e Substituição de travessas de pinho do PMO II, -0,9 M€;

7. Renovação geral de portas ML 90, -0,9 M€;
8. Reabilitação da infra-estrutura de rede de dados, ampliação da rede telefónica e aquisição de equipamento oficinal, -1 M€.

Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)

Quadro 55 - Grau de execução do orçamento financeiro

Rubrica		Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R06.03	01-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	17.100.000 €	3.963.263 €	23,2%	Da dotação inscrita de € 17,1M na SGMAAC apenas foram transferidos € 3,9M, relativos a compensações financeiras pela venda de títulos com tarifa social (4_18, sub_23, social +).
R06.03	07-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA	4.520.000 €	4.520.000 €	100,0%	
R06.05	01-ADMINISTRAÇÃO LOCAL	31.088.008 €	31.088.003 €	100,0%	
R06.09	01-UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	10.000.000 €	123.159 €	1,2%	A dotação inscrita correspondeu à previsão de antecipação de fundos dos projetos considerados no PRR. Foram executados estudos preliminares da expansão da Linha Vermelha até Alcântara e do Metro Ligeiro de Superfície (MLS).
R07.02	02-SERVIÇOS	69.985.383 €	69.247.991 €	98,9%	
R08.01	01-OUTRAS	17.059.162 €	6.666.489 €	39,1%	O grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de restituição de imposto.
R09.03	03-EDIFÍCIOS	645.076 €	645.076 €	100,0%	
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	799.150 €	799.150 €	100,0%	
R10.03	01-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	800.000 €	800.000 €	100,0%	
R10.03	08-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA	36.844.200 €	37.494.200 €	101,8%	
R10.09	09-UNIÃO EUROPEIA	38.683.399 €	38.683.399 €	100,0%	Crédito Especial de €15.930.062,83, na sequência de pagamento de despesa a uma taxa de cofinanciamento majorada até 100% (Deliberação n.º 3/2021 de 25 de outubro, da Comissão Especializada Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).
R11.03	12-ATIVOS FINANC-TIT. MLP-ENT. INTERNACIONAIS	5.809.762 €	5.809.761 €	100,0%	
R12.06	06-APOIO FINANCEIRO	119.187.522 €	119.187.522 €	100,0%	Reajuste dos valores de dotação e financiamento dado que no orçamento aprovado apenas constavam fundos a título de dotação.
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	266.769.467 €	253.904.909 €	95,2%	
R15.01	01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	33.399 €	33.399 €	100,0%	
R16.01	01- SALDO GERÊNCIA	47.271.470 €	47.271.470 €	100,0%	
R17.02	00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	71.896.841 €	-	Registo dos adiantamentos PRR, a transitarem para 2022, conforme orientações do Guia de Operações Final do Ano - PRR de 20 dezembro 2021/DGO.

Rubrica		Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	65.248.439 €	54.685.974 €	83,8%	A quebra na receita própria, em consequência da situação pandémica, criou dificuldades de tesouraria, tendo sido necessário o reforço do apoio DGTF, através de crédito especial, conforme Despacho 309/2021/SEO (6,4M€).
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.497.415 €	4.397.404 €	97,8%	
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	28.778.669 €	26.203.448 €	91,1%	
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	3.980.744 €	2.349.620 €	59,0%	O desvio deve-se essencialmente à redução de venda de títulos ocasionais, que permitiu reduzir a necessidade de aquisição deste tipo de bens.
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	57.768.903 €	44.569.951 €	77,2%	A quebra na receita própria, em consequência da situação pandémica, criou dificuldades de tesouraria, tendo sido necessário o reforço do apoio DGTF, através de crédito especial, conforme Despacho 309/2021/SEO (11,9M€).
D03.01	01- JUROS DIVIDA PÚBLICA	147.230.741 €	141.913.895 €	96,4%	
D03.05	05-OUTROS JUROS	0 €		-	
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	61.231 €	58.400 €	95,4%	
D06.02	02-DIVERSAS	4.596.654 €	2.538.213 €	55,2%	O grau de execução de receita não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de pagamento de imposto.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	47.412.229 €	35.226.996 €	74,3%	O desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização de investimentos não cofinanciados, não só devido às dificuldades de tesouria que caracterizaram o ano de 2021 mas também pela demora na aprovação de Portarias de Extensão de Encargos e processos de contratação pública demorados.
D07.01	10 - EQUIPAMENTO BÁSICO	52.777.778 €	52.777.778 €	100,0%	
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PUBLICO	111.233.197 €	62.749.138 €	56,4%	O desvio deve-se principalmente pela execução do projeto RA/CS não ter acompanhado as previsões iniciais. Os principais motivos estão relacionados com o atraso na cosignação do Lote 2 e no processo de adjudicação da empreitada relativa ao Lote 4, que ainda se encontra em análise e avaliação de proposta pelo Jurí.
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	139.863.959 €	139.863.958 €	100,0%	

2. Gestão do risco financeiro

Quadro 56 - Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	141.972.295	206.705.313	218.372.006	498.051.303	163.652.365
Taxa Média de Financiamento (%)	3,93	5,61	5,44	4,99	4,80

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 57 - Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020	Variação 2021/2020	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento (Corrente e Não Corrente)	3.406.668.453	3.427.344.889	-20.676.436	-0,6
Capital Social	3.667.903.891	3.413.998.982	253.904.909	7,4
Novos Investimentos no ano 2020	2.398.241	51.114.446	-48.716.205	-95,3
Variação do endividamento	**3,37%**			

Não foi possível ao ML cumprir o limite da variação do endividamento (2,0%) devido, essencialmente, à não concretização da conversão de passivo ILD (dívida corrente DGTF), por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2021), cujo valor previa a redução do financiamento remunerado em 97,8 M€. Com a redução referida, a variação do endividamento seria de 1,94%.

4. Prazo médio de pagamentos

Quadro 58 - Prazo médio de pagamentos

PMP	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Prazo (dias)	36	41	-5	-12,2

Quadro 59 - Dívidas vencidas

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	503.474	4.719	5.788	20.967	3.350
Aquisições de Capital	546.770	15.782	37.329	0	26.691
Total	**1.050.244**	**20.500**	**43.117**	**20.967**	**30.041**

Nota: Valores após 90 dias não reconciliáveis. Em processo de análise em 2022.

5. Recomendações do acionista

As contas de 2020 aguardam aprovação da tutela.

6. Remunerações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro 60 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2019-2022	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D		1
2019-2022	Vogal 1	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D		1
2019-2022	Vogal 2	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D		1

Quadro 61 - Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 60 de 09/01/2017
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 48 de 30/01/2017
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrado	Público	Ata AG n.º 60 de 09/01/2017
	METROCOM	Administrado	Público	Ata AG n.º 51 de 14/05/2018
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	FERCONSULT	Administrado	Público	Ata AG n.º 67 de 29/03/2019
	METROCOM	Administrado	Público	Ata AG n.º 52 de 11/03/2019
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 30 de 12/04/2019
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 28 de 12/04/2019

Quadro 62 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4.864,34	1.945,74
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	B	3.891,47	1.556,59

Quadro 63 - Remuneração anual

Membro do CA	Remuneração Anual - 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	91.449,64	0,00	91.449,64	3.488,94	87.960,70
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	73.159,66	0,00	73.159,66	2.778,04	70.381,62
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	73.159,66	0,00	73.159,66	3.657,94	69.501,72
			237.768,96	**9.924,92**	**227.844,04**

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.
Valor resultante dos acertos efetuados pela passagem da classificação da Empresa de A para B.

Quadro 64 - Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual *			Identificar	Valor *
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	2.442,60	SNS	16.016,97	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	1.045,43
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.266,65	CGA	12.536,12	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	840,43
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	10,35	2.339,10	SNS	16.759,94	583,44	0,00	Seguro acid. trabalho	831,65
		7.048,35		**45.313,03**	**1.750,32**	**0,00**		**2.717,51**

Quadro 65 - Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2021								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	45.353,00 €	AOV	2017	2022	496,17 €	6.619,14 €	3
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00 €	AOV	2017	2022	946,68 €	11.070,72 €	3
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	S	41.401,00 €	AOV	2017	2022	465,30 €	6.195,89 €	3

Nota: O valor de renda mensal indicado é o contratualmente em vigor em 31/12/2021.

Quadro 66 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (∑)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	* 70,00	0,00	50,20		0,00	120,20
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	185,98	147,00	125,10		0,00	458,08
						578,28

* Custos de cancelamento da deslocação a Madrid (RAIL Live Conference)

CONSELHO FISCAL

Quadro 67 - Identificação do Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 68 - Remuneração anual do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19.068,13	0,00	19.068,13
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14.301,19	0,00	14.301,19
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14.301,19	0,00	14.301,19
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00
			47.670,51

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Quadro 69 - Identificação do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por:	74	20161409	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	15/10/2019	15/10/2019	6	6
		Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240					
	ROC Suplente	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por:	23	20161381					
		Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

Quadro 70 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	27.360,00	0,00	**27.360,00**		0,00	0,00	**0,00**

AUDITOR EXTERNO

Quadro 71 - Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	08/02/2021	3 anos	5	5
Dr. António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566				

Quadro 72 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	30.479,40	0,00	**30.479,40**	-	0,00	0,00	**0,00**

7. Estatuto do gestor público

Em 2021:

a. Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;

b. Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;

c. Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 73 - Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	80,00	268,92	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	211,81	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	80,00	284,21	
		764,94	

d. Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Quadro 74 - Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens e Parques	Total	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	462,11 €	2.082,06 €	1.086,51 €	3.168,57 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	369,69 €	2.690,48 €	2.176,79 €	4.867,27 €	Plafond excedido: 430,99€ *
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	369,69 €	1.093,87 €	186,91 €	1.280,78 €	
				9.316,62 €	

** Valor regularizado.*

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, RJSPE, e do artigo 11.º do EGP, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O Metropolitano de Lisboa está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou no seu *site* o "Relatório sobre Remunerações por Género 2018", visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi também uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste Relatório o Metropolitano de Lisboa concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

Ainda em 2021, nos termos do nº 1, do artigo 7º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, em articulação com o Despacho Normativo nº 23-A/2021, o Metropolitano remeteu à CITE – Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2022.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

O Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 6.ª edição (2020), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009.

Anualmente, é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRCIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2021, tal como anteriormente referido, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRCIC referente a 2020, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela, superintendência e controlo, nos termos da Lei.

O PPRCIC e o respetivo Relatório de Execução estão disponíveis na página da Internet da Empresa.[3]

11. Contratação pública

Em 2021, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 66.º da LOE 2021, conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, referente ao pedido de parecer prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A. e, ainda, à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Foi desenvolvida, no sistema de informação da Empresa, uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Adicionalmente, foi celebrado em 2021 um contrato com valor superior a 5.000.000€ que em cumprimento do CCP e do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), foram sujeitos a visto prévio desta entidade:

- Aquisição de máquina Pesada de Esmerilagem de Carril de Rolamento para o Metropolitano de Lisboa E.P.E., obteve o visto prévio do Tribunal de Contas, com a referência 999/2021;

[3] Cfr. https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/

12. Sistema nacional de compras públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Quadro 75 - Eficiência operacional

Un.: €

PRC	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020 Δ Absol.	2021/2020 Var. %	2021/2019 Δ Absol.	2021/2019 Var. %
(0) EBITDA (corrigido)	-14 416 821	-24 500 683	-30 613 090	-225 028	16 196 269	-53%	-14 191 794	6307%
(1) CMVMC	2 530 223	3 630 256	2 613 840	3 596 083	-83 617	-3,2%	-1 065 860	-30%
(2) FSE	32 717 165	38 351 245	36 134 918	36 878 739	-3 417 754	-9,5%	-4 161 575	-11%
(3) Gastos com o pessoal	82 773 918	85 804 757	80 231 596	80 056 942	2 542 322	3,2%	2 716 976	3%
i. Indemnizações pagas por rescisão	0	100 000	0	0	0	-	0	-
ii. Valorizações remuneratórias	0	0	438 678	0	-438 678	-100%	0	-
iii. Impacto da aplicação dos IRCT	1 091 484	1 160 066	1 137 320	1 173 821	-45 836	-4,0%	-82 337	-7%
iv. Integração de trabalhadores da Ferconsult [a)]	1 830 040	2 035 306						
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	79 852 395	82 509 385	78 655 599	78 883 121	1 196 795	1,5%	969 273	1%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais [b)]	1 009 022	771 846	1 021 293	0	-12 271	-1%	1 009 022	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)-(3.iv)	**115 182 245**	**124 979 106**	**116 383 065**	**119 357 944**	**-1 200 820**	**-1,0%**	**-2 974 879**	**-2,5%**
(7) Volume de negócios (VN)	66 889 972	59 449 951	66 808 955	118 794 598	81 018	0,1%	-51 904 626	-44%
Subsídios à exploração	38 044 153	31 686 340	0	0	38 044 153	-	38 044 153	-
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 [b)]	54 114 816	64 110 217	48 663 010	0	5 451 807	11,2%	54 114 816	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7+8)	**121 004 788**	**123 560 168**	**115 471 964**	**118 794 598**	**5 532 824**	**4,8%**	**2 210 190**	**1,9%**
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	**95,2%**	**101,1%**	**100,8%**	**100,5%**	**-5,6 p.p.**	**-**	**-5,3 p.p.**	**-**
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	1 821	33 500	7 473	40 013	-5 652	-75,6%	-38 192	-95%
ii. Gastos com Ajudas de custo (Gastos c/ Pessoal)	1 977	5 258	2 068	6 857	-91	-4,4%	-4 880	-71%
iii. Gastos associados à frota automóvel [c)]	305 212	375 611	263 774	292 344	41 438	15,7%	12 868	4%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	**309 009**	**414 369**	**273 314**	**339 213**	**35 695**	**13,1%**	**-30 204**	**-8,9%**
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	**1 440 154**	**2 660 283**	**3 089 203**	**1 614 032**	**-1 649 048**	**-53,4%**	**-173 877**	**-10,8%**
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 522	1 618	1 519	1 458	3	0%	64	4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	6	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	21	21	17	17	4	24%	4	24%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1 495	1 591	1 496	1 435	-1	0%	60	4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	71	76	88	84	-17	-19%	-13	-16%
N.º de viaturas	47	47	47	39	0	0%	8	21%

(a) De forma a ser comparável com o real de 2019, é retirado o efeito do aumento de gastos com pessoal com a integração dos trabalhores da Ferconsult no ML

b) [Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)].

c) Os gastos com as viaturas incluiem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Quadro 76 – Detalhe da perda de Receita tarifária atribuível à COVID-19

RECEITA TARIFÁRIA	Estimativa PAO 2021	Real 2021	Desvio	
			Valor	%
Passageiros títulos ocasionais (n.º)	38 076 287	14 862 541	-23 213 746	-61%
Receita de títulos ocasionais (€)	49 567 647 €	19 141 087 €	- 30 426 561 €	-61%
Receita média de títulos ocasionais por passageiro (€)	1,30 €	1,29 €	- 0,01 €	-1,1%
Passageiros Passes (n.º)	152 099 221	62 313 523	-89 785 698	-59%
Receita de passes (€)	54 259 485 €	32 485 054 €	- 21 774 431 €	-40%
Receita média de passes por passageiro (€)	0,36 €	0,52 €	0,16 €	46,1%
Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19 (Deduzida de compensação PART)		- 52 200 991,58 €		

Quadro 77 – Detalhe da perda de Receita não tarifária atribuível à COVID-19

Un.: €

RECEITA NÃO TARIFÁRIA	Estimativa PAO 2021	Real 2021	Desvio	
			Valor	%
Cartões Viva Viagem	2 031 746	1 433 137	-598 609	-29%
Personalização LV	482 856	262 819	-220 037	-46%
Espaços Comerciais	1 506 428	1 280 628	-225 800	-15%
Publicidade	1 019 324	149 946	-869 378	-85%
Perda de receita tarifária atribuível à pandemia COVID-19		-1 913 824,43 €		

O rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios cumpre o estabelecido para a eficiência operacional, atingindo 96,7%, com redução de custos na maioria das rubricas, com exceção dos Gastos com Pessoal, que sofreu um acréscimo de 2,5 M€ e que se detalha na pág. 54;

Os gastos com COVID19 encontram-se detalhados no Quadro 28 - Gastos operacionais (COVID19) - Contas Individuais, pág.ª 54;

Os Subsídios à Exploração, no ano em análise, encontram-se autonomizados e estão detalhados na pág.ª 51;

Os Gastos com Deslocações e Alojamento registam forte decréscimo (-75,6%) devido às restrições provocadas pela pandemia COVID-19, fazendo-se também refletir nos gastos com Ajudas de Custo (-4,4%).

Os gastos associados à frota automóvel apresentam um incremento de 41 mil euros, por via da incorporação dos veículos pertencentes à Ferconsult no ativo do ML. O desvio é de -70,4 mil euros, face ao orçamentado.

As variações identificadas são:

- Combustível (inclui energia) 8,1 mil euros; Conservação e Reparação 18,8 mil euros; Rendas 6,9 mil euros; Seguros 3,8 mil euros e Portagens/Parques 3,9 mil euros.

Desvios identificados:

- Combustível (inclui energia) 2,1 mil euros; Rendas -81,7 mil euros; Seguros -4,8 mil euros; Impostos -3,6 mil euros e Portagens/Parques 18,0 mil euros (verificou-se um lapso no processo orçamental).

Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria: variação de -1,6 milhões de euros e desvio de -2,1 milhões de euros, causados por atrasos nos processos de concurso/contratação.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Em 2021, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

15. Princípio da unidade de tesouraria do estado

Quadro 78 - Disponibilidades no IGCP

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	48.508.312	51.462.532	32.121.807	124.752.521
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	**48.508.312**	**51.462.532**	**32.121.807**	**124.752.521**

Quadro 79 - Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Wilmington Trust	24.966.310	24.966.310	24.966.310	24.966.310
Wells Fargo	29.096.203	23.395.629	23.395.629	23.395.629
Banco Português de Investimento	227.184	1.056.382	2.262.171	19.210
Banco Santander Totta	3.881	328	1.182	4.165
Caixa Banco Investimento	4.062	4.062	4.062	4.062
Millennium BCP	2.194	20.894	0	0
Caixa Geral de Depósitos	95.599	94.777	51.572	252
Total	**54.395.433**	**49.538.383**	**50.680.927**	**48.389.628**
Juros auferidos	0	0	0	0

O documento 1702/2020 emitido pelo IGCP exceciona o ML do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente nos valores inerentes às operações de financiamento contratualizados com a banca.

16. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos

- Dívida pública financeira.
- Património financeiro público.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

Vide ponto 9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, pág.ª 84.

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Vide páginas 242 a 258.

19. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE

Quadro 80 - Informação divulgada no *site* do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	nov/2020	
Caraterização da Empresa	S	jan/2020	
Função de tutela e acionista	S	jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	jan/2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	jan/2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
Esforço Financeiro Público	S	jan/2020	
Ficha Síntese	S	jan/2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	jul/2021	
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	nov/2018	
- Outras transações	S	nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	nov/2018	
Económico	S	nov/2018	
Social	S	nov/2018	
Ambiental	S	nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	nov/2018	
- Código de ética	S	nov/2018	

Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais

Quadro 81 - Quadro resumo - Cumprimento de orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de gestão			
Objetivo de gestão definidos para 2021			Pág.ª 77
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	N	Grau de execução: 74,3%	Pág.ª 78
Nível de endividamento	N	Variação do endividamento: 3,37%	Pág.ª 80
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	S	Receita: 103,8% Despesa: 85,5%	Pág.ª 79
Gestão do Risco Financeiro	S	3,93%	Pág.ª 80
Limites de Crescimento do Endividamento	S	3,37%	Pág.ª 80
Evolução do PMP a fornecedores	S	-5 dias	Pág.ª 80
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("*Arrears*")	S	114.625€	Pág.ª 80
Recomendações do acionista na última prestação de contas	N.A.	-	Pág.ª 80
Reservas emitidas na última CLC	N	4 Reservas	Pág.ª 210
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios gestão	S	-	Pág.ª 83
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021	S	9.924,92€	Pág.ª 81
Fiscalização (CF) - reduções remuneratórias vigentes em 2021	N.A.	-	Pág.ª 82
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021	N.A.	-	Pág.ª 83
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Pág.ª 83
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Pág.ª 83
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Pág.ª 83
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Plafond excedido em 430,99€. Valor regularizado.	Pág.ª 84
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Pág.ª 84
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Link	Pág.ª 84
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	Link	Pág.ª 85
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S	-	Pág.ª 85
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	-	Pág.ª 85
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Contratos: 1; Valor: 7.994.137€	Pág.ª 85
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Pág.ª 86
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Pág.ª 86
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art. 49.º do DLEO 2019)	S		Pág.ª87
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	70,5%	Pág.ª 88
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	52.240.774€	Pág.ª 88
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	-	Pág.ª 88
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	-	Pág.ª 88
Elaboração do plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	-	Pág.ª 88
Apresentação da demonstração não financeira	S	-	Pág.ª 88

VIII. SÍNTESE DE RESULTADOS

1. Efeitos e impactos da pandemia COVID-19

O despoletar da pandemia de Covid-19 em março de 2020 impactou, forçosamente, a sociedade portuguesa, o tecido empresarial e o Metropolitano não foi exceção. Com efeito, em 2021 foi dada continuidade à implementação das medidas de mitigação dos efeitos gerados pela Covid-19, fortalecendo e ajustando, quando necessário, os planos de contingência, medidas e protocolos adotados em 2020.

Durante o ano de 2021, o Metropolitano pautou-se por um espírito de antecipação de cenários mais adversos, acautelando-se com a aquisição de produtos específicos de combate à Covid-19, visando reduzir os riscos quer junto dos seus trabalhadores, quer junto dos seus clientes. Invariavelmente, os danos causados pela pandemia, seja a nível da saúde física e mental, seja a nível económico, existiram e continuam a impactar a maneira como a sociedade se comporta. A trajetória descendente no número de passageiros transportados manteve-se e atingiu os 50%, face a 2019. Também a variação negativa no volume de negócios cifrou-se nos 43,8%, ilustrando assim os efeitos produzidos no presente exercício pela pandemia na operação da empresa.

2. Eventos subsequentes

5ª Vaga da Pandemia Covid-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, consequentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.

Subida de Preços

Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das *commodities*. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito *spillover* no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.

3. Perspetivas futuras

Desenvolvimento da Operação

No ano em análise, muitos foram os desafios colocados ao Metropolitano, sem que, no entanto, o ML se tenha desviado dos objetivos estratégicos traçados, e da sua missão de prestação de um serviço público de efetiva qualidade. Assim, para além do forte empenho na prestação do serviço diário, o ML continuará fortemente empenhado na prossecução dos seus projetos de investimento, nomeadamente, os projetos de modernização e expansão da rede, levando o Metropolitano a cada vez mais pessoas, e afirmando-se como verdadeiro prestador de serviço público e agente ativo numa mobilidade mais sustentável. Verdadeiramente, o ML pretende estar na vanguarda da mobilidade urbana e com uma postura inovadora e de melhoria contínua.

O prolongamento Rato/Cais do Sodré, eixo basilar na formação da futura linha circular, contará em 2022 com a adjudicação do lote 4 relativo aos acabamentos, revestimentos e telecomunicações do projeto. O anel circular projetado permitirá uma oferta e uma distribuição dos clientes na rede do Metropolitano de Lisboa mais equilibrada.

Aliado ao projeto da linha circular, a modernização do sistema de sinalização impõe-se como um projeto essencial à melhoria do serviço de transporte público, que permitirá reduzir tempos de espera, aumentar a segurança e consequentemente a disponibilidade de material circulante em operação.

Parte integrante dos investimentos estruturantes do ML, já contratados, será também o prolongamento entre S. Sebastião e Alcântara financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Efetivamente, esta extensão de 4,1 km servirá a zona ocidental da cidade, uma zona dinâmica, com forte atividade e geração de viagens. Adicionalmente, o projeto do Metro Ligeiro de Superfície entre Loures e Odivelas, também com financiamento do PRR, desempenhará um papel essencial como instrumento alternativo e de conexão ao centro de Lisboa. Este projeto visa regenerar áreas urbanas, consolidar polos do sistema urbano existentes, aumentando a oferta de Transporte Público para assegurar uma maior coesão territorial.

A Linha Intermodal Sustentável (LIOS) que assenta na intermodalidade como alicerce para chegar a zonas com carência de oferta de transportes seguirá em 2022 com os estudos relativos ao traçado.

Em linha com o objetivo traçado de dotar 100% das estações equipadas com acessos mecânicos acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, o ML prosseguirá com as empreitadas previstas no seu plano de acessibilidades, sublinhando a importância da sua execução com vista ao alcance célere da plena acessibilidade.

Em paralelo continuará a sua política de investimentos de recuperação e substituição de ativos em fim de vida, sejam equipamentos oficinais (Nova esmeriladora, novo Torno,), sejam de equipamentos de conforto das estações (Escadas e elevadores), sejam de recuperação material circulante (Renovação Portas e Sistemas embarcados), sejam dos mais variados sistemas da infraestrutura existente.

Por ultimo referir a expectativa da necessária recuperação dos Recursos Humanos do ML, pela admissão dos recursos necessários para fazer face aos atuais e futuros desafios nomeadamente para as áreas operacionais e de manutenção.

Retoma da Procura

Contrastando com a redução conjuntural da utilização de transportes públicos gerada pela pandemia Covid-19, a crescente consciencialização dos cidadãos face às alterações climáticas aliada aos projetos de expansão de rede do ML, que inclui investimentos no quadro da transição climática, cuja natureza se cimenta na mobilidade sustentável e tem o seu eixo na descarbonização, terá um papel determinante na retoma da procura de transportes públicos de passageiros a curto prazo, como também na fidelização de clientes a longo prazo.

Acrescem ainda as pressões inflacionistas e de subida generalizada dos preços de bens e serviços, nomeadamente o preço dos combustíveis fósseis, que poderão ter um papel de transferência para o transporte coletivo como alternativa para os cidadãos se deslocarem, em detrimento do transporte individual.

Estes fatores podem ser essenciais na análise dos dados de procura do primeiro trimestre de 2022, onde o ML assistiu a uma forte recuperação, registando-se uma variação homóloga de 146% nos passageiros transportados, superior também em 16% ao previsto no PAO 2022.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2021, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 22.901.284 euros, e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 22.900.570 euros, tendo os mesmos sido objeto de proposta por parte do Conselho de Administração no sentido de serem integralmente transferidos para resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração deverá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 11:32:45 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:05:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022

IX. Anexos

i. Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2021, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;

2. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;

3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;

4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 11:37:02 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:06:28 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022

ii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2021, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:22:29 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:07:24 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Lisboa, 31 de maio de 2022

iii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2021, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Assinado por : **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: BI04833126
Data: 2022.05.31 15:15:50+01'00'

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Assinado por : **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: 10415151
Data: 2022.05.31 15:32:19+01'00'

Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Assinado por : **MARGARIDA CARLA CAMPOS FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700

Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Lisboa, 31 de maio de 2022

iv. Demonstrações Financeiras e seus Anexos

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.400.543.332	5.390.701.851
Ativos fixos tangíveis	6	118.351.247	98.448.584
Propriedades de investimento	7	13.353.294	12.621.462
Ativos intangíveis	8	1.721.469	1.830.425
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	42.655.774	33.832.449
Outros ativos financeiros	10	52.218.573	54.065.280
Total do ativo não corrente		**5.628.843.688**	**5.591.500.051**
Ativo corrente			
Inventários	11	9.771.398	10.836.101
Clientes	12	2.059.472	1.718.818
Estado e outros entes públicos	13	7.891.979	3.815.038
Outros créditos a receber	14	16.308.269	10.929.504
Diferimentos	15	30.809.340	30.388.665
Caixa e depósitos bancários	16	124.800.233	47.271.470
Total do ativo corrente		**191.640.691**	**104.959.596**
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.400.543.332	5.390.701.851
Total do ativo afeto à operação		419.941.048	305.757.796
TOTAL DO ATIVO		**5.820.484.379**	**5.696.459.647**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3.667.903.891	3.413.998.982
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados	17	(1.940.806.395)	(1.883.675.004)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	18.104.175	(7.181.254)
		1.783.959.221	**1.561.900.274**
Resultado líquido do período		(22.900.570)	(57.131.391)
Total do capital próprio		**1.761.058.651**	**1.504.768.883**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.730.374.092	1.946.015.681
Provisões	18	1.701.241	40.313.289
Financiamentos obtidos	19	144.565.037	151.382.336
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	270.784.682	274.600.485
Outros passivos financeiros	21	19.263.628	43.363.932
Total do passivo não corrente		**2.166.688.680**	**2.455.675.724**
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.169.078.940	1.056.477.888
Fornecedores	22	1.177.892	7.230.978
Estado e outros entes públicos	13	3.254.811	3.150.333
Financiamentos obtidos	19	659.648.495	605.259.449
Outras dívidas a pagar	23	59.576.911	63.896.392
Total do passivo corrente		**1.892.737.048**	**1.736.015.040**
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.899.453.031	3.002.493.569
Total do passivo afeto à operação		1.159.972.697	1.189.197.195
Total do passivo		**4.059.425.728**	**4.191.690.764**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**5.820.484.379**	**5.696.459.647**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:23:49 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:08:27 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:10 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	24	66.889.972	66.808.955
Subsídios à exploração	25	38.044.153	21.740.836
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	(4.601.985)	(4.138.648)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	5.825.053	4.652.146
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(2.530.223)	(2.613.840)
Fornecimentos e serviços externos	27	(32.717.165)	(36.134.918)
Gastos com o pessoal	28	(82.773.918)	(80.231.596)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	-	299.936
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12 e 14	1.213	313.925
Provisões (aumentos / reduções)	18	40.500	(70.000)
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 21	24.005.699	16.130.888
Outros rendimentos	29	7.017.606	2.727.645
Outros gastos	30	(3.053.133)	(6.737.947)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**16.147.772**	**(17.252.620)**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 8	(14.995.928)	(15.179.029)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 8	1.187.407	(318.005)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2.339.251**	**(32.749.653)**
Juros e gastos similares suportados	31	(25.234.460)	(24.380.720)
Resultado antes de impostos		**(22.895.209)**	**(57.130.373)**
Imposto sobre o rendimento do período	32	(5.361)	(1.018)
Resultado líquido do período		**(22.900.570)**	**(57.131.391)**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:27:02 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:09:20 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 17:58:38 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unid. monetária (Euro)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2020		3.093.575.218	21.597	1.501.878	(1.866.801.728)	37.234.076	2.306.279	(16.873.277)	**1.250.964.043**	**1.250.964.043**
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019	17				(16.873.277)			16.873.277	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(8.244.433)		**(8.244.433)**	**(8.244.433)**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	29						(1.243.100)		**(1.243.100)**	**(1.243.100)**
		-	-	-	**(16.873.277)**	-	**(9.487.533)**	**16.873.277**	**(9.487.533)**	**(9.487.533)**
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020								(57.131.391)	**(57.131.391)**	**(57.131.391)**
Resultado integral								(66.618.924)	**(66.618.924)**	**(66.618.924)**
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	17	320.423.764							**320.423.764**	**320.423.764**
		320.423.764	-	-	-	-	-	-	**320.423.764**	**320.423.764**
Posição em 31 de dezembro de 2020		**3.413.998.982**	**21.597**	**1.501.878**	**(1.883.675.004)**	**37.234.076**	**(7.181.254)**	**(57.131.391)**	**1.504.768.883**	**1.504.768.883**
Posição em 1 de janeiro de 2021		3.413.998.982	21.597	1.501.878	(1.883.675.004)	37.234.076	(7.181.254)	(57.131.391)	**1.504.768.883**	**1.504.768.883**
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020	17				(57.131.391)			57.131.391	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(1.612.620)		**(1.612.620)**	**(1.612.620)**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17						26.898.049		**26.898.049**	**26.898.049**
		-	-	-	**(57.131.391)**	-	**25.285.429**	**57.131.391**	**25.285.429**	**25.285.429**
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021								(22.900.570)	**(22.900.570)**	**(22.900.570)**
Resultado integral								2.384.859	**2.384.859**	**2.384.859**
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	17	253.904.909							**253.904.909**	**253.904.909**
		253.904.909	-	-	-	-	-	-	**253.904.909**	**253.904.909**
Posição em 31 de dezembro de 2021		**3.667.903.891**	**21.597**	**1.501.878**	**(1.940.806.395)**	**37.234.076**	**18.104.175**	**(22.900.570)**	**1.761.058.651**	**1.761.058.651**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:28:24 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:10:55 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:00:06 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		80.429.312	66.669.577
Pagamentos a fornecedores		(46.919.571)	(47.940.571)
Pagamentos ao pessoal		(85.286.826)	(82.455.389)
Caixa gerada pelas operações		**(51.777.085)**	**(63.726.382)**
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		31.088.003	20.299.084
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.444.924	-
Outros recebimentos / pagamentos		1.953.907	2.125.526
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		**(17.290.251)**	**(41.301.773)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		799.150	257.345
Subsídios ao investimento		153.517.599	31.474.692
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(150.753.911)	(73.905.447)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		**3.562.837**	**(42.173.409)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		119.187.522	203.813.049
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		253.904.909	320.423.764
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(139.863.958)	(216.514.597)
Juros e gastos similares		(141.972.295)	(206.705.313)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		**91.256.178**	**101.016.903**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**77.528.764**	**17.541.721**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**47.271.470**	**29.729.749**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	**124.800.233**	**47.271.470**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:29:42 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:11:48 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:00:38 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. No entanto, os resultados de 2021 continuaram muito aquém do verificado no período homólogo de 2019, com decréscimos de mais de 50% na procura e de 44% no volume de negócios.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de maio de 2022, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo art.º 164º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. COMPARABILIDADE

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica

e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

- De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

4.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 4

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

4.4. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

4.6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4-20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

4.7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

4.8. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.9. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo 'Outros ativos financeiros'; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo 'Outros passivos financeiros', os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	2021		2020	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Outros ativos financeiros	10	52 218 573	-	54 065 280	-
		52 218 573	**-**	**54 065 280**	**-**
Corrente					
Clientes	12	-	2 059 472	-	1 718 818
Estado e outros entes públicos	13	-	7 891 979	-	3 815 038
Outros créditos a receber	14	-	16 308 269	-	10 929 504
Caixa e depósitos bancários	16	-	124 800 233	-	47 271 470
		-	**151 059 953**	**-**	**63 734 831**
		52 218 573	**151 059 953**	**54 065 280**	**63 734 831**

Passivos financeiros	Notas	2021		2020	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Financiamentos obtidos	19	-	144 565 037	-	151 382 336
Outros passivos financeiros	21	19 263 628	-	43 363 932	-
		19 263 628	**144 565 037**	**43 363 932**	**151 382 336**
Corrente					
Fornecedores	22	-	1 177 892	-	7 230 978
Estado e outros entes públicos	13	-	3 254 811	-	3 150 333
Financiamentos obtidos	19	-	659 648 495	-	605 259 449
Outras dívidas a pagar	23	-	59 576 911	-	63 896 392
		-	**723 658 109**	**-**	**679 537 152**
		19 263 628	**868 223 146**	**43 363 932**	**830 919 489**

4.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

4.13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2021. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

4.16. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Em abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um "passe único metropolitano", comum a todos os operadores de transporte que operavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML), determinando, consequentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os passes "municipal" e "metropolitano" são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no período em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

4.18. CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.19. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média 2021	Cotação final 31/12/2021	Cotação média 2020	Cotação final 31/12/2020
Estados Unidos da América	USD	1,18	1,13	1,14	1,23
Reino Unido	GBP	0,86	0,84	0,89	0,90

Fonte: Banco de Portugal

4.20. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos concedidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2021, resultaria respetivamente num aumento de 59.157.597,1 euros e numa diminuição de 97.378.979,2 euros no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

4.22. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;

b) Perdas por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;

c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;

d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

4.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 214 911 914	3 156 568 295
Propriedades de investimento	5.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	5.3	7 356 629	7 276 591
Outros ativos financeiros	5.4	14 556 063	13 650 808
Clientes	5.5	-	2 041 708
Conta a receber do Estado	5.6	3 212 263 064	3 210 869 766
Subsídios	5.7	(1 050 348 548)	(1 001 509 526)
		5 400 543 332	**5 390 701 851**
Total do ativo		**5 400 543 332**	**5 390 701 851**
Passivo não corrente			
Provisões	5.8	8 590 197	6 190 197
Financiamentos obtidos	5.9	1 604 823 112	1 701 605 301
Outros passivos financeiros	5.4	116 960 782	238 220 183
		1 730 374 092	**1 946 015 681**
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.9	997 631 809	969 097 803
Fornecedores	5.10	3 514 041	3 222 914
Outras dívidas a pagar	5.11	167 933 090	84 157 171
		1 169 078 940	**1 056 477 888**
Total do passivo		**2 899 453 031**	**3 002 493 569**
Total ILD líquido		**2 501 090 300**	**2 388 208 282**

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 933	**3 157 348 327**
Aquisições	-	446 671	428 790	40 062 186	22 483 741	**63 421 389**
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	9 546 232	2 613 137	(12 241 918)	(4 945 219)	**(5 027 768)**
Abates	-	-	(12 308)	-	-	**(12 308)**
Saldo final	**13 511 055**	**2 672 787 632**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 215 729 639**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	780 032	-	-	-	**780 032**
Aumentos	-	37 693	-	-	-	**37 693**
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**817 725**	-	-	-	**817 725**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	**13 511 055**	**2 671 969 906**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 214 911 914**

	31 de dezembro de 2020					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	**3 136 886 699**
Aquisições	-	727 141	718 908	17 390 120	1 504 010	**20 340 179**
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	8 765 829	8 240 692	(16 830 492)	(54 580)	**121 448**
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**13 511 055**	**2 662 794 728**	**459 111 558**	**19 222 052**	**2 708 933**	**3 157 348 327**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	**597 082**
Aumentos	-	185 650	-	-	-	
Reversões	-	(2 700)	-	-	-	**(2 700)**
Saldo final	-	**780 032**	-	-	-	**780 032**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	**13 511 055**	**2 662 014 696**	**459 111 558**	**19 222 052**	**2 708 933**	**3 156 568 295**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 40.062.186 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular e à ampliação e remodelação da estação de Arroios, 29.710.204 euros e 4.847.066 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 22.483.741 euros, referem-se a adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular e da implementação do sistema *Communications-Based Train Control* (CBTC) na Linha Azul, 19.190.961 euros e 3.292.780 euros, respetivamente; as transferências ocorridas na mesma rubrica, 4.945.219 euros, referem-se essencialmente aos mesmos projetos, 3.082.268 euros e 1.843.956 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 12.241.918 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção de ampliação e remodelação da estação de Arroios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.738.784 euros e 3.907.206 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 543 032
	1 804 209			**1 804 209**	**7 545 202**	**1 804 209**			**1 804 209**	**7 543 032**

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2021			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	118 221	**7 276 591**
Aquisições	-	-	80 038	**80 038**
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**
Total do ativo intangível (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**

	31 de dezembro de 2020			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	16 188	**7 174 558**
Aquisições	-	-	106 237	**106 237**
Transferências	-	-	(4 204)	**(4 204)**
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**118 221**	**7 276 591**
Total do ativo intangível (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**118 221**	**7 276 591**

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/06/2022	12 545 916	5 913 283	50 000	420 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	14 506 063	13 230 808
					14 556 063	**13 650 808**

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	40 000 000	14 666 667	353 604	1 155 422
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	4 280 559	11 826 567	10 869 952	58 263 897
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	14 904 060	21 409 134
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	45 711 032	79 202 910
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	45 122 134	78 188 820
					116 960 782	**238 220 183**

5.5. CLIENTES

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2021, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, tendo sido registada uma perda por imparidade pela totalidade do montante referido.

5.6. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto de selo	2 787 190 643	2 668 112 090
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	102 404 719	224 569 375
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	10 954 197	8 554 197
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	817 725	780 032
Perdas por imparidade em dívidas a receber	2 041 708	-
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 212 263 064	**3 210 869 766**

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD's seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação de terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.7. SUBSÍDIOS

	31-dez-2021	31-dez-2020
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(184 639 717)	(183 839 717)
Fundo Coesão	(418 469 502)	(379 786 103)
Fundo Ambiental	(13 209 536)	(3 853 912)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 050 348 548)	**(1 001 509 526)**

5.8. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

5.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
			-	**910 000 000**	**910 000 000**		-	**910 000 000**	**910 000 000**
Empréstimos bancários:									
ML I/3	BEI	124 699 474	-	-	-	124 699 474	21 204 453	-	21 204 453
ML I/3B	BEI	74 819 685	10 630 313	-	10 630 313	74 819 685	23 504 930	10 630 313	34 135 243
ML II/C	BEI	54 867 769	1 828 926	-	1 828 926	54 867 769	3 657 851	1 828 926	5 486 777
ML V/B	BEI	80 000 000	-	-	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000
ML V/C	BEI	68 503 276	68 503 276	-	68 503 276	80 000 000	11 496 724	68 503 276	80 000 000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	11 438 803	5 719 401	17 158 204	17 158 204	8 579 102	8 579 102	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	131 004 199	131 004 199	262 008 399	262 008 399	87 336 133	174 672 266	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	36 109 351	72 218 702	108 328 053	108 328 053	18 054 675	90 273 377	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	22 853 007	114 265 034	137 118 041	137 118 041	-	137 118 041	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	-	71 615 776	71 615 776				
			997 631 809	**394 823 112**	**1 392 454 921**		**969 097 803**	**491 605 301**	**1 460 703 104**
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			-	**300 000 000**	**300 000 000**		-	**300 000 000**	**300 000 000**
Total de empréstimos obtidos			**997 631 809**	**1 604 823 112**	**2 602 454 921**		**969 097 803**	**1 701 605 301**	**2 670 703 104**

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027" foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 254/2022-SET, de 8 de março, com diferimento para 31 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2023	99 371 412
2024	399 371 412
2025	206 511 711
2026 e seguintes	899 568 577
	1 604 823 112

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2021 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁROS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/3 B"), alterado em 10 de março de 2006	10 630 313,44	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML II/C")	1 828 925,57	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/C"), alterado em 10 de março de 2006	68 503 276,05	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 . Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 . JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	**1 290 962 515**									

5.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20.967.185	216.344.779	498.489.746	129.208	22.787.881	21.476.942	2.942.975	29.973	783.168.689
Aquisições	-	65.502	333.252	-	296.232	42.218	11.519.799	30.518.581	42.775.585
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	230.822	19.787.348	-	45.079	(17.305.193)	(2.758.056)	(8.462.954)	(8.462.954)
Abates	-	-	(1.883.069)	-	(104.017)	(9.618)	-	-	(1.996.705)
Saldo final	**20.967.185**	**216.641.104**	**516.727.276**	**129.208**	**23.025.175**	**4.204.349**	**11.704.718**	**22.085.600**	**815.484.614**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(208.146.100)	(438.394.283)	(129.208)	(21.724.515)	(16.325.998)	-	-	(684.720.106)
Depreciações do período	-	(706.962)	(12.942.173)		(419.523)	(67.277)	-	-	(14.135.936)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(13.042.161)	-	-	13.042.161	-	-	-
Abates	-	-	1.609.305	-	103.800	9.568	-	-	1.722.674
Saldo final	**-**	**(208.853.063)**	**(462.769.313)**	**(129.208)**	**(22.040.238)**	**(3.341.546)**	**-**	**-**	**(697.133.367)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	20.967.185	**7.788.041**	**53.957.963**	**-**	**984.937**	**862.803**	**11.704.718**	**22.085.600**	**118.351.247**

	31 de dezembro de 2020								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20.967.185	215.329.854	497.212.042	129.208	24.723.036	24.458.741	1.559.888	29.973	784.409.927
Aquisições	-	37.760	445.043	-	373.017	74.677	4.191.610	-	5.122.108
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências		977.165	1.809.081	-	(2.282.811)	(3.056.476)	(2.808.523)	-	(5.361.564)
Abates	-	-	(976.421)	-	(25.361)	-	-	-	(1.001.782)
Saldo final	**20.967.185**	**216.344.779**	**498.489.746**	**129.208**	**22.787.881**	**21.476.942**	**2.942.975**	**29.973**	**783.168.689**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(207.420.149)	(426.361.129)	(129.208)	(21.914.840)	(15.943.282)	-	-	(671.768.609)
Depreciações do período	-	(725.951)	(12.810.445)	-	(538.751)	(382.716)	-	-	(14.457.864)
Alienações	-		-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	705.464	-	-	-	705.464
Abates	-	-	777.291	-	23.612	-	-	-	800.903
Saldo final	**-**	**(208.146.100)**	**(438.394.283)**	**(129.208)**	**(21.724.515)**	**(16.325.998)**	**-**	**-**	**(684.720.106)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130.518)	-	-	-	-	-	-	(130.518)
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	130.518	-	-	-	-	-	-	130.518
Saldo final	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	20.967.185	**8.198.679**	**60.095.462**	**-**	**1.063.366**	**5.150.944**	**2.942.975**	**29.973**	**98.448.584**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 11.519.799 euros, referem-se essencialmente à implementação do sistema CBTC nos Parques de Material e Oficinas (PMO) e em 70 Unidades Triplas (UT's) da atual frota, 6.360.817 euros e 2.102.138 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 30.518.581 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 novas UT's e à implementação do sistema CBTC nos PMO's, 16.802.999 euros e 7.893.867 euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado um movimento de reclassificação de sobressalentes na sub-rubrica de "Equipamento básico", por contrapartida de "Outros ativos fixos tangíveis", no valor de 17.305.903 euros, e respetivas depreciações, no valor de 13.042.161 euros. O valor remanescente de transferências ocorridas em "Equipamento básico", 2.482.155 euros, e abates, no valor de 1.883.069 euros, referem-se essencialmente a processos de intervenção de meio de vida útil do material circulante de exploração, nomeadamente reformulação do sistema de portas e bancos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 68.910 euros e 710.479 euros, respetivamente.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 094 744	9 986 185	2 385 820	9 722 739	10 155 500	22 094 744	9 544 255	3 573 227	8 977 262	9 339 900
Praça General Humberto Delgado	22 309 373	18 678 818	-	3 630 555	93 297 798	22 309 373	18 665 173	-	3 644 200	93 270 968
	44 404 117	**28 665 003**	**2 385 820**	**13 353 294**	**103 453 298**	**44 404 117**	**28 209 428**	**3 573 227**	**12 621 462**	**102 610 868**

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	579 860	143 620	441 930	(5 689)	593 215	148 921	441 482	2 811
Praça General Humberto Delgado	-	358 644	13 645	(372 289)	-	213 046	13 694	(226 740)
	579 860	**502 264**	**455 575**	**(377 979)**	**593 215**	**361 967**	**455 176**	**(223 929)**

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo						
Saldo inicial	2 799 477	2 400	2 801 877	-	-	-
Aquisições	213 251	82 210	295 461	493 575	2 400	495 975
Transferências	84 610	(84 610)	-	2 305 902	-	2 305 902
Saldo final	**3 097 339**	**-**	**3 097 339**	**2 799 477**	**2 400**	**2 801 877**
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	(971 452)	-	(971 452)	-	-	-
Amortizações do período	(404 417)	-	(404 417)	(265 988)	-	(265 988)
Transferências	-	-	-	(705 464)	-	(705 464)
Saldo final	**(1 375 870)**	**-**	**(1 375 870)**	**(971 452)**	**-**	**(971 452)**
	1 721 469	**-**	**1 721 469**	**1 828 025**	**2 400**	**1 830 425**

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2021					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	645 036	1 664 403	(1 019 367)	74 663	100%	– (a)
Metrocom	3 850 398	629 112	3 221 287	(24 241)	100%	**3 221 287**
TREM	40 557	49 725 549	(49 684 992)	70 323	90%	**26 981 675** (b)
TREM II	1 338 969	108 605 997	(107 267 028)	4 879 240	90%	**12 362 602** (c)
Associadas						
Publimetro	3 642 687	3 670 874	(28 186)	559 048	40%	– (a)
Empreendimentos conjuntos						
OTLIS (em liquidação)	6 225 526	510 430	5 715 096	5 433 696	14,29%	**90 211** (d)
Ensitrans	183 593	195 573	(11 980)	(11 980)	5%	– (a)
						42 655 774

	31 de dezembro de 2020					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	1 823 036	2 917 066	(1 094 030)	285 758	100%	– (a)
Metrocom	3 983 304	737 776	3 245 528	22 531	100%	**3 245 528**
TREM	43 111	49 798 426	(49 755 315)	594 082	90%	**30 244 685** (b)
TREM II	3 400 274	115 546 542	(112 146 268)	5 547 453	90%	–
Associadas						
Publimetro	3 027 078	3 614 312	(587 234)	(633 109)	40%	– (a)
Empreendimentos conjuntos						
OTLIS	3 989 890	1 594 236	2 395 655	510 430	14,29%	**342 236**
Ensitrans	185 919	550 523	(364 604)	(364 604)	5%	– (a)
						33 832 449

Notas:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM com as politicas contabilísticas do Grupo, nomedamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 52,8 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, da última prestação do contrato de mútuo (1ª tranche) celebrado pelo ACE com uma entidade bancária, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as politicas contabilísticas do Grupo, nomedamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(d) Proporção no capital próprio da OTLIS em 31/12/2021 ajustada da aplicação de resultados de 2020 e da contrapartida paga pela TML pela transmissão global do património da OTLIS.

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2021	31-dez-2020
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	**29 096 203**	**31 593 901**
Variação justo valor	11 791	172 245
Diferenças cambiais	2 427 681	(2 669 943)
Saldo final	**31 535 674**	**29 096 203**
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	**24 966 310**	**26 501 456**
Desembolso	(5 809 761)	-
Variação justo valor	(106 395)	704 444
Diferenças cambiais	1 627 257	(2 239 590)
Saldo final	**20 677 410**	**24 966 310**
Fundo Compensação Trabalho	**5 489**	**2 767**
Total	**52 218 573**	**54 065 280**

Em resultado das descidas do "rating" atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust. Relativamente a este último, o ML solicitou em junho de 2021, junto do Stichting CBL Finance IV, o desembolso do valor depositado em excesso (5,8 M€), àquela data, para cobertura da garantia no âmbito da operação TREM II - Leasing operacional de material circulante – ML 90.

11. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8 468 130	-	8 468 130	9 144 951	-	9 144 951
Ferramentas	35 390	-	35 390	48 844	-	48 844
Produtos de limpeza	83 518	-	83 518	24 358	-	24 358
Material de escritório	57 916	-	57 916	65 896	-	65 896
Combustíveis	14 996	-	14 996	27 934	-	27 934
Títulos transporte	766 954	-	766 954	1 014 608	-	1 014 608
Outros materiais	308 281	-	308 281	476 523	-	476 523
Artigos promocionais/publicações	36 213	-	36 213	32 988	-	32 988
	9 771 398	**-**	**9 771 398**	**10 836 101**	**-**	**10 836 101**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2021	2020
Saldo inicial	10 836 101	8 037 681
Compras	1 614 634	2 370 960
Regularizações	(149 114)	3 041 300
Saldo final	9 771 398	10 836 101
	2 530 223	**2 613 840**

12. CLIENTES

	31-dez-2021	31-dez-2020
Publimetro	1 275 503	1 640 838
Ar Telecom	463 383	463 383
Câmara Municipal de Loures	218 562	-
Associação de Turismo de Lisboa	217 534	32 793
Câmara Municipal de Lisboa	105 095	-
Outros	558 252	347 425
	2 838 329	**2 484 439**
Perdas por imparidade	(778 856)	(765 621)
	2 059 472	**1 718 818**

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial	**(765 621)**	**(829 451)**
Aumentos	(13 666)	(41 740)
Reversões	-	101 267
Utilizações	431	4 303
Saldo final	**(778 856)**	**(765 621)**

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	2 809 000	250	2 816 356	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	21 667	1 141 311	18 516	1 153 069
Imposto sobre o valor acrescentado	5 061 311	86 727	980 167	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 523 892	-	1 495 085
Outros impostos	-	502 632	-	502 054
	7 891 979	**3 254 811**	**3 815 038**	**3 150 333**

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2021	31-dez-2020
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	52 777 778	-
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50 000 000	50 000 000
Acréscimo de rendimentos	12 608 172	4 796 467
Receitas de tráfego	1 265 279	2 721 705
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	790 120	779 357
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	530 407	333 296
Pessoal	502 432	675 969
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	125 159	325 165
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	-	573 272
Outros	880 717	1 133 169
	119 480 063	**61 338 400**
Perdas por imparidade	(103 171 794)	(50 408 896)
	16 308 269	**10 929 504**

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial	**(50 408 896)**	**(3 443 768)**
Aumentos	(52 781 129)	(50 004 583)
Reversões	18 230	258 981
Utilizações	-	2 780 474
Saldo final	**(103 171 794)**	**(50 408 896)**

O saldo de 52,8 milhões de euros a receber da subsidiária TREM II refere-se à transferência por parte do ML, na qualidade de fiador, do montante equivalente à última prestação do contrato de mútuo que esta tinha celebrado em setembro de 2001 com vista à aquisição de 19 carruagens. No entanto, e considerando a reduzida expectativa de realização daquela conta a receber, pelo facto do TREM II se encontrar sem atividade operacional, foi registada uma perda por imparidade relativamente à totalidade do montante a receber, estando a mesma incluída na demonstração de resultados na rubrica 'Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos'.

O valor de 12.608.172 euros registado como acréscimo de rendimentos compreende, no que se refere ao PART:

(i) o montante de 1.622.440 euros (IVA não incluído) referente ao acerto da parte variável de 2020;
(ii) o montante de 7.901.943 euros (IVA não incluído) que corresponde à estimativa para os meses de setembro a dezembro de 2021, ambos ainda por receber.

Relativamente à estimativa do programa PART para os meses de setembro a dezembro de 2021, a mesma é composta por duas componentes:

(i) PART fixo que representa a compensação tarifária atribuída aos operadores aderentes da área metropolitana de Lisboa com um valor 2.680.316 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 24.
(ii) PART variável atribuído no âmbito do apoio à reposição da oferta e que decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia Covid-19, com um valor de 5.221.627 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 25.

Ambos os cálculos acima evidenciados foram validados pela TML, têm por base o disposto no Decreto-Lei n.º14-C/2020, de 7 de abril, e correspondem a uma compensação atribuída aos operadores com a finalidade de dar suporte financeiro para que estes prossigam com as diretivas do governo em termos de mobilidade, situação que os qualifica para o reconhecimento no corrente exercício, independentemente de parte do seu pagamento vir a ocorrer em períodos subsequentes.

15. DIFERIMENTOS

	31-dez-2021	31-dez-2020
Trabalhos por conta de terceiros	30 372 966	30 372 966
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Encargos contratos leasing	27 787	102 777
Outros	1 043 171	547 506
	31 443 924	**31 023 249**
Perdas por imparidade	(634 584)	(634 584)
	30 809 340	**30 388 665**

A sub-rubrica de 'Trabalhos por conta de terceiros' inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.

- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Oficio n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.

- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da "construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória".

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2021	31-dez-2020
Caixa	19 827	18 291
Depósitos à ordem	124 780 406	47 253 179
Caixa e depósitos bancários	**124 800 233**	**47 271 470**

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.667.903.891 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 253.904.909 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2020, no montante de 57.131.391euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se a: (i) reconhecimento de 28.141.149 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «*Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase*»; (ii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 29).

18. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	710 500	30 000	(70 500)	-	670 000
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 094 030	-	(74 663)	-	1 019 367
TREM	-	-	-	-	-
TREM II	38 257 379	-	(38 257 379)	-	-
Publimetro	233 150	-	(221 875)	-	11 275
Ensitrans	18 230	599	-	(18 230)	599
	40 313 289	**30 599**	**(38 624 417)**	**(18 230)**	**1 701 241**

	31 de dezembro de 2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	640 500	70 000	-	-	710 500
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 379 788	-	(285 758)	-	1 094 030
TREM	17 016 064	-	(17 016 064)	-	-
TREM II	36 767 795	1 489 584	-	-	38 257 379
Publimetro	-	233 150	-	-	233 150
Ensitrans	2 878	18 230	-	(2 878)	18 230
	55 807 026	**1 810 964**	**(17 301 822)**	**(2 878)**	**40 313 289**

A reversão da provisão constituída para fazer face às responsabilidades pelo potencial efeito do capital próprio negativo da subsidiária TREM II deve-se aos ajustamentos efetuados no registo da participação financeira pelo método da equivalência patrimonial, os quais se encontram divulgados na Nota 9.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários							
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	-
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	10 284 044	5 142 022	15 426 066	7 713 033	7 713 033
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	79 982 767	79 982 767	159 965 533	53 321 844	106 643 689
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	7 852 242	15 704 485	23 556 727	3 926 121	19 630 606
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008	2 899 168	14 495 840	17 395 008	-	17 395 008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF 2021 (parte)	29 239 923	-	29 239 923	-	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	-
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18 331 823	18 331 823	-	-	-	-
			659 648 495	**144 565 037**		**605 259 449**	**151 382 336**

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

Ano	Montante
2023	40 930 543
2024	40 930 543
2025 e seguintes	62 703 951
	144 565 037

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 967 e 1.336, respetivamente (978 e 1.363 em 31 de dezembro de 2020).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Trabalhadores ativos	110 919 404	110 797 640
Reformados	159 865 278	163 802 846
	270 784 682	**274 600 485**

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1% para 1,1%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2021 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,10%	1,00%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,10%	1,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Responsabilidades totais no início do período	274 600 485	271 350 648
Custos dos serviços correntes	3 915 954	3 787 688
Custo dos juros	2 705 336	3 527 558
Benefícios pagos no exercício	(12 049 714)	(12 309 842)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	1 612 620	8 244 433
Reponsabilidades totais no fim do período	**270 784 682**	**274 600 485**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2021, nos montantes de 3.915.954 euros e 2.705.336 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	**(43 802 617)**	**(35 558 185)**
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(1 612 620)	(8 244 433)
Saldo final	**(45 415 238)**	**(43 802 617)**

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas atuariais resultaram essencialmente da alteração da tábua de mortalidade para a população masculina, ainda que mitigada pela subida da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
26#METLIS BSN Set2022	BSN	23/09/2022	99 240 295	56 099 878	19 263 628	43 363 932
					19 263 628	**43 363 932**

22. FORNECEDORES

	31-dez-2021	31-dez-2020
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	435 111	-
GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	213 540	-
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	193 753	-
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	70 006	10
Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.	68 584	-
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	57 549	130 835
ISS Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	12 608	311 381
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.	9 192	3 392 967
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	2 066	81 893
2045 Empresa de Segurança, S.A.	915	970 432
IP Património, S.A.	-	148 845
SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E.	-	142 696
Schmitt - Elevadores, Lda.	-	98 038
TST - Transportes Sul do Tejo, S.A.	-	97 654
Exide Technologies, Lda.	-	92 250
Siemens Mobility Unipessoal, Lda.	-	89 569
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	-	80 039
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	-	70 416
Outros	114 568	1 523 954
	1 177 892	**7 230 978**

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acréscimo de gastos - Juros a liquidar	28 445 860	27 257 350
Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	10 130 175	10 220 080
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	5 512 000	-
Fornecedores de investimentos	4 496 286	5 263 649
Rendimentos a reconhecer - Protocolos	2 917 597	-
Subsídios - Fundo Ambiental	2 441 792	14 125 183
Títulos de transporte	1 655 677	206 641
Adiantamentos de clientes	-	239 510
Outros	3 977 523	6 583 979
	59 576 911	**63 896 392**

24. RÉDITO

	2021	2020
Vendas	47 919	27 282
Prestação de serviços		
Bilhetes	19 141 087	16 848 492
Passes	32 485 054	33 208 552
Cartões	1 433 137	1 103 881
Personalização Lisboa Viva	262 819	157 201
Compensação tarifária AML	7 940 398	8 903 066
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 574 453	3 458 364
Espaços comerciais	1 280 628	1 169 004
Exploração publicidade	149 946	1 349 782
Outros	574 532	583 329
	66 889 972	**66 808 955**

O rédito reconhecido em 2021 decorrente da compensação tarifária da AML inclui o montante de 2.680.316 euros referente aos pagamentos por conta (PART "fixo") dos meses de setembro a dezembro de 2021, cujo recebimento se encontra pendente da aprovação de uma candidatura submetida no passado dia 31 de janeiro pela Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML) ao Fundo Ambiental, conforme divulgado na Nota 14. O Conselho de Administração está convicto que o referido montante, assente em cálculos validados pela TML, é devido nos termos da legislação em vigor e será recebido assim que forem disponibilizadas à AML/TML as verbas necessárias para realizar os pagamentos em falta. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2021	2020
AML – Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	36 718 196	21 451 009
PRR – Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	1 135 080	-
Fundo Ambiental – Prolongamento Rato/Cais do Sodré	94 252	70 050
PRR – Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	68 125	-
Fundo Ambiental – Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	28 500	132 977
Município Lisboa – Projeto VoxPop – Pessoas, Processos & Tecnologia	-	86 800
	38 044 153	**21 740 836**

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 36.718.196 euros, decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19. Neste montante, estão incluídos 5.221.627 euros referentes aos pagamentos por conta (PART "variável") dos meses de setembro a dezembro de 2021, os quais estão pendentes de recebimento, conforme divulgado na Nota 24 e um acerto de 460.223 euros referente à parte variável do PART de 2020, no montante de 1.622.440 euros, conforme divulgado na Nota 14. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

26. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2021	2020
Subsidiárias		
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	74 663	285 758
Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	(24 241)	22 531
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(3 263 010)	(2 739 251)
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(2 157 797)	(1 489 584)
Associadas		
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	221 875	(272 790)
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	547 124	72 919
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(599)	(18 230)
	(4 601 985)	**(4 138 648)**

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2021	2020
Eletricidade	(7 067 753)	(8 538 914)
Rendas e alugueres	(5 194 304)	(6 523 042)
Conservação e reparação	(5 041 692)	(4 593 344)
Limpeza, higiene e conforto	(4 881 108)	(4 277 191)
Vigilância e segurança	(6 100 436)	(6 145 316)
Trabalhos especializados	(1 440 154)	(3 089 203)
Outros	(2 991 718)	(2 967 909)
	(32 717 165)	**(36 134 918)**

28. GASTOS COM O PESSOAL

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	(276 174)	(275 419)
Remunerações do pessoal	(59 139 857)	(56 827 711)
Benefícios pós-emprego	(6 625 935)	(7 315 831)
Encargos sobre remunerações	(13 675 211)	(12 916 436)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(770 821)	(809 610)
Gastos de ação social	(1 049 103)	(943 682)
Seguros de saúde	(889 393)	(862 092)
Outros gastos com o pessoal	(347 426)	(280 816)
	(82 773 918)	**(80 231 596)**

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa no exercício de 2021 foi de 1.513 (1.467 em 2020). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2021 era de 1.516 (1.513 em 2020).

29. OUTROS RENDIMENTOS

	2021	2020
Diferenças de câmbio favoráveis	4 054 938	1 111
Subsídios ao investimento	1 243 100	1 243 100
Correções relativas a periodos anteriores	800 597	595 084
Rendas de imóveis	600 479	593 215
Cedência de energia	84 299	171 201
Excesso estimativa para impostos	-	353
Outros	234 193	123 580
	7 017 606	**2 727 645**

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos PMO's II e III e na série intercalar de 17 UT's, série complementar 95 de 20 UT's e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

	2021	2020
Correções relativas a periodos anteriores	(1 964 966)	(659 504)
Impostos	(491 884)	(521 092)
Perdas em investimentos não financeiros	(368 888)	(200 878)
Quotizações	(103 029)	(138 344)
Perdas em inventários	(56 621)	(222 543)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(4 909 534)
Outros	(67 744)	(86 052)
	(3 053 133)	**(6 737 947)**

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2021	2020
Juros swaps	(23 840 096)	(22 427 142)
Juros financiamentos obtidos	(1 195 836)	(1 689 330)
Outros juros	(198 528)	(264 248)
	(25 234 460)	**(24 380 720)**

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte:

	2021		2020	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	3 496 721	2028	3 496 721	2028
Gerados em 2017	39 093 595	2024	39 093 595	2024
Gerados em 2018	21 012 509	2025	21 012 509	2025
Gerados em 2019	12 972 374	2026	12 972 374	2026
Gerados em 2020	41 815 801	2027	-	-
	118 390 999		**76 575 198**	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	**(22 895 209)**	**(57 130 373)**
Diferenças permanentes	6 487 056	4 325 843
Resultado tributável	**(16 408 154)**	**(52 804 530)**
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria coletável	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Coleta	-	-
Tributações autónomas	(5 361)	(1 018)
Imposto sobre o rendimento	**(5 361)**	**(1 018)**
Taxa efetiva de imposto	-	-

33. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha um contrato de locação operacional celebrado com o TREM II, A.C.E., cujas responsabilidades, não reconhecidas no balanço, ascendiam a 56.099.875 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Até 1 ano	56 099 875	59 440 693
Entre 1 e 5 anos	-	56 099 875
	56 099 875	**115 540 568**

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2021	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2 115 705 938	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	530 407	14 732	-	(1 418)
Metrocom	-	-	1 294 544	(3 670)
TREM	-	275 951	-	-
TREM II	-	285 305	-	(4 845 003)
Associadas				
Publimetro	1 275 503	-	852 416	-
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS (em liquidação)	-	-	555 161	(17 435)
Ensitrans	-	-	-	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(285 252)

2020	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	1 996 518 416	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	333 296	18 563	17 265	(1 475 295)
Metrocom	-	320	1 262 208	(3 407)
TREM	-	275 951	-	(678 282)
TREM II	-	274 658	-	(5 518 768)
Associadas				
Publimetro	1 640 838	-	1 754 189	-
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS	145 410	70 849	3 326 261	(89 629)
Ensitrans	-	-	-	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(293 156)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2021 e 2020 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

35. GARANTIAS PRESTADAS

			2021	2020
Entidade	**Data Início**	**Beneficiário**	**Montante**	**Montante**
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2°JUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4°BAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS	-	1 583
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	760 610	760 610
			1 316 795	**1 318 377**

36. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 18.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 27.360 euros.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

5ª Vaga da Pandemia Covid-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, consequentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.

Subida de Preços

Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das commodities. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito spillover no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:31:56 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:13:17 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:02:14 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.400.543.332	5.390.701.851
Ativos fixos tangíveis	6	212.414.861	202.822.908
Ativos sob direito de uso	7	240.899	181.232
Propriedades de investimento	8	13.353.294	12.621.462
Ativos intangíveis	9	1.721.469	1.830.771
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	90.211	342.236
Outros ativos financeiros	11	52.218.573	54.065.280
Ativos por impostos diferidos		8.996	-
Total do ativo não corrente		**5.680.591.634**	**5.662.565.741**
Ativo corrente			
Inventários	12	9.771.398	10.836.101
Clientes	13	2.398.124	3.181.426
Estado e outros entes públicos	14	8.600.729	4.748.628
Outros créditos a receber	15	47.398.324	41.047.678
Caixa e depósitos bancários	16	128.371.394	51.625.304
Total do ativo corrente		**196.539.968**	**111.439.137**
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.400.543.332	5.390.701.851
Total do ativo afeto à operação		476.588.271	383.303.026
TOTAL DO ATIVO		**5.877.131.602**	**5.774.004.878**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3.667.903.891	3.413.998.982
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.940.806.395)	(1.883.675.004)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(12.533.620)	(10.921.000)
		1.753.321.427	**1.558.160.529**
Resultado líquido do período		(22.901.284)	(57.133.727)
Total do capital próprio		**1.730.420.142**	**1.501.026.801**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.730.374.092	1.946.015.681
Provisões	18	959.382	1.398.069
Financiamentos obtidos	19	144.565.037	207.482.211
Passivos de locação	7	98.312	2.661
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	270.784.682	274.600.485
Outros passivos financeiros	21	48.789.088	45.860.577
Total do passivo não corrente		**2.195.570.592**	**2.475.359.685**
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.169.078.940	1.056.477.888
Fornecedores	22	1.935.236	9.046.753
Estado e outros entes públicos	14	3.411.610	3.550.718
Financiamentos obtidos	19	715.748.370	664.700.142
Passivos de locação	7	143.301	180.908
Outras dividas a pagar	23	60.823.411	63.661.984
Total do passivo corrente		**1.951.140.868**	**1.797.618.392**
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.899.453.031	3.002.493.569
Total do passivo afeto à operação		1.247.258.429	1.270.484.507
Total do passivo		**4.146.711.460**	**4.272.978.076**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**5.877.131.602**	**5.774.004.878**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:33:53 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:14:16 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:03:53 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	24	67.430.724	67.524.950
Subsídios à exploração	25	38.044.153	21.740.836
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	927.081	(331.929)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	5.825.053	4.923.254
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.530.223)	(2.613.840)
Fornecimentos e serviços externos	27	(27.999.647)	(29.017.161)
Gastos com o pessoal	28	(82.981.182)	(82.335.816)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	-	299.936
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	(9.902)	535.309
Provisões (aumentos / reduções)	18	40.500	240.363
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 21	24.005.699	16.130.888
Outros rendimentos	29	7.227.154	3.045.838
Outros gastos	30	(3.156.314)	(6.770.851)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**26.823.095**	**(6.628.223)**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 9	(25.617.836)	(25.741.819)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 9	1.187.407	(318.005)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2.392.665**	**(32.688.047)**
Juros e gastos similares suportados	31	(25.259.247)	(24.408.480)
Resultado antes de impostos		**(22.866.582)**	**(57.096.527)**
Imposto sobre o rendimento do período	32	(34.703)	(37.200)
Resultado líquido do período		**(22.901.284)**	**(57.133.727)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(22.901.284)	(57.133.727)
Interesses que não controlam		-	-
		(22.901.284)	**(57.133.727)**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:35:42 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:15:17 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:05:17 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2020		3.093.575.218	21.597	1.501.878	(1.871.784.573)	37.234.076	2.306.278	(16.879.256)	**1.245.975.218**	**1.245.975.218**
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019					(16.879.256)			16.879.256	**-**	**-**
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(8.244.433)		**(8.244.433)**	**(8.244.433)**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					4.988.825		(4.982.845)		**5.979**	**5.979**
		-	**-**	**-**	**(11.890.431)**	**-**	**(13.227.278)**	**16.879.256**	**(8.238.453)**	**(8.238.453)**
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020								(57.133.727)	**(57.133.727)**	**(57.133.727)**
Resultado integral					(11.890.431)		(13.227.278)	(40.254.471)	**(65.372.181)**	**(65.372.181)**
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		320.423.764							**320.423.764**	**320.423.764**
		320.423.764	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**320.423.764**	**320.423.764**
Posição em 31 de dezembro de 2020		**3.413.998.982**	**21.597**	**1.501.878**	**(1.883.675.004)**	**37.234.076**	**(10.921.000)**	**(57.133.727)**	**1.501.026.801**	**1.501.026.801**
Posição em 1 de janeiro de 2021		3.413.998.982	21.597	1.501.878	(1.883.675.004)	37.234.076	(10.921.000)	(57.133.727)	**1.501.026.801**	**1.501.026.801**
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020					(57.133.727)			57.133.727	**-**	**-**
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(1.612.620)		**(1.612.620)**	**(1.612.620)**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				2.336				**2.336**	**2.336**
		-	**-**	**-**	**(57.131.391)**	**-**	**(1.612.620)**	**57.133.727**	**(1.610.284)**	**(1.610.284)**
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021								(22.901.284)	**(22.901.284)**	**(22.901.284)**
Resultado integral					(57.131.391)		(1.612.620)	34.232.443	**(24.511.569)**	**(24.511.569)**
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		253.904.909							**253.904.909**	**253.904.909**
		253.904.909	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**253.904.909**	**253.904.909**
Posição em 31 de dezembro de 2021		**3.667.903.891**	**21.597**	**1.501.878**	**(1.940.806.395)**	**37.234.076**	**(12.533.620)**	**(22.901.284)**	**1.730.420.142**	**1.730.420.142**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:36:55 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:16:16 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:11:01 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2021	2020
Resultado líquido do período		(22.901.284)	(57.133.727)
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	20	(1.612.620)	(8.244.433)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	2.336	5.979
		(1.610.284)	(8.238.453)
Total do rendimento integral do período		(24.511.569)	(65.372.181)
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(24.511.569)	(65.372.181)
Interesses que não controlam		-	-
		(24.511.569)	(65.372.181)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:38:04 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:17:14 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:11:41 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		81.855.785	67.079.254
Pagamentos a fornecedores		(47.646.380)	(46.620.972)
Pagamentos ao pessoal		(85.645.404)	(84.161.972)
Caixa gerada pelas operações		(51.435.999)	(63.703.691)
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		31.088.003	20.299.084
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.932.782	(298.564)
Outros recebimentos / pagamentos		1.735.197	1.716.797
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		(16.680.017)	(41.986.375)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		799.150	257.345
Subsídios ao investimento		153.517.599	31.474.692
Juros e rendimentos similares		20.053	71.272
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(151.069.301)	(73.923.477)
Ativos intangíveis		-	(700)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		3.267.501	(42.120.868)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		119.187.522	203.813.049
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		253.904.909	320.423.764
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(199.304.651)	(274.682.375)
Juros e gastos similares		(83.625.243)	(149.935.057)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		90.162.537	99.619.382
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		76.750.022	15.512.138
Efeito das diferenças de câmbio		(3.932)	
Caixa e seus equivalentes no início do período		51.625.304	36.113.165
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	128.371.394	51.625.304

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:39:25 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:18:17 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:12:30 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa ("Grupo") formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

O Grupo promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. No entanto, os resultados de 2021 continuaram muito aquém do verificado no período homólogo de 2019, com decréscimos de mais de 50% na procura e de 44% no volume de negócios.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em XX de maio de 2022, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. No entanto, é expetativa do Conselho de Administração que as referidas demonstrações financeiras sejam aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC").

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo

com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2097/2020	IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da exceção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações)	junho 2020	1-jan-2021
Regulamento n.º 25/2021	IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações - Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações)	agosto 2020	1-jan-2021
Regulamento nº 1421/2021	IFRS 16 Locações: Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 (alterações)	março 2021	1-jan-2021

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacte significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou em 2021 uma nova norma e um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1080/2021	IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações) IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações) IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações) Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	maio 2020	1-jan-2022
Regulamento n.º 2036/2021	IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 2017 e junho 2020	1-jan-2023

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 as seguintes alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações)	janeiro e julho 2020	1-jan-2023
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1-jan-2023
IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1-jan-2023
IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (alterações)	maio 2021	1-jan-2023
IFRS 17 Contratos de Seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa (alterações)	dezembro 2021	1-jan-2023

A Administração está a avaliar o impacte da adoção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre

empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2021	2020
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2021	2020
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	Lisboa	14,29%	14,29%

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento;

- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o Sistema de Normalização C, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.5. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de um pagamento.

Contabilização nos locatários:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo 'Outros ativos financeiros'; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo 'Outros passivos financeiros', os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2021		2020	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Outros ativos financeiros	11	52 218 573	-	54 065 280	-
		52 218 573	**-**	**54 065 280**	**-**
Correntes:					
Clientes	13		2 398 124		3 181 426
Estado e outros entes públicos	14		8 600 729		4 748 628
Outros créditos a receber	15		47 398 324		41 047 678
Caixa e depósitos bancários	16		128 371 394		51 625 304
		-	**186 768 571**	**-**	**100 603 036**
		52 218 573	**186 768 571**	**54 065 280**	**100 603 036**

Passivos Financeiros	Notas	2021		2020	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	19		144 565 037	-	207 482 211
Outros passivos financeiros	21	19 263 628	1 384 310	43 363 932	2 496 645
		19 263 628	**145 949 347**	**43 363 932**	**209 978 856**
Correntes:					
Fornecedores	22		1 935 236	-	9 046 753
Estado e outros entes públicos	14		3 411 610	-	3 550 718
Financiamentos obtidos	19		715 748 370	-	664 700 142
Outros dividas a pagar	23		60 823 411	-	63 661 984
		-	**781 918 627**	**-**	**740 959 596**
		19 263 628	**927 867 974**	**43 363 932**	**950 938 453**

3.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Em abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um "passe único metropolitano", comum a todos os operadores de transporte que operavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML), determinando, consequentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os passes "municipal" e "metropolitano" são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no período em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo apenas tem registado um ativo por imposto diferido relacionado com a expetativa de recuperação do prejuízo fiscal registado em 2021 na subsidiária Metrocom. No restante, não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais

reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média 2021	Cotação final 31/12/2021	Cotação média 2020	Cotação final 31/12/2020
Estados Unidos da América	USD	1,18	1,13	1,14	1,23
Reino Unido	GBP	0,86	0,84	0,89	0,90
Brasil	BRL	6,38	6,31	5,89	6,37
Argélia	DZD	159,66	157,84	144,83	161,33

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

3.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio
A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez
As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro
As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2021, resultaria respetivamente num aumento de 59.157.597,1 euros e numa diminuição de 97.378.979,2 euros no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

3.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
b) Perdas por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.
d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.24. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 - Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio 'Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas'.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria 'Outros segmentos'.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	65 609 288	1 821 436	67 430 724
Subsídios à exploração	38 044 153	-	38 044 153
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	768 401	158 681	927 081
Trabalhos para a própria entidade	5 825 053	-	5 825 053
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 530 223)	-	(2 530 223)
Fornecimentos e serviços externos	(27 663 987)	(335 660)	(27 999 647)
Gastos com o pessoal	(82 773 918)	(207 264)	(82 981 182)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	1 213	(11 115)	(9 902)
Provisões (aumentos / reduções)	40 500	-	40 500
Aumentos / reduções de justo valor	24 005 699	-	24 005 699
Outros rendimentos	7 003 746	223 407	7 227 154
Outros gastos	(3 053 133)	(103 181)	(3 156 314)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 925 931)	8 925 931	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	16 350 859	10 472 236	26 823 095
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(15 193 196)	(10 424 640)	(25 617 836)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 187 407	-	1 187 407
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 345 070	47 596	2 392 665
Juros e gastos similares suportados	(25 240 994)	(18 254)	(25 259 247)
Resultado antes de impostos	(22 895 924)	29 342	(22 866 582)
Imposto sobre o rendimento do período	(5 361)	(29 342)	(34 703)
Resultado líquido do período	(22 901 284)	(0)	(22 901 284)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(22 901 284)	-	(22 901 284)
Interesses que não controlam		-	
	(22 901 284)	-	(22 901 284)

EXERCÍCIO 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	65 638 235	1 886 715	**67 524 950**
Subsídios à exploração	21 740 836	-	**21 740 836**
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(218 102)	(113 827)	**(331 929)**
Trabalhos para a própria entidade	4 652 146	271 108	**4 923 254**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 613 840)	-	**(2 613 840)**
Fornecimentos e serviços externos	(28 374 426)	(642 735)	**(29 017 161)**
Gastos com o pessoal	(80 228 679)	(2 107 137)	**(82 335 816)**
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	299 936	-	**299 936**
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	313 925	221 384	**535 309**
Provisões (aumentos / reduções)	(70 000)	310 363	**240 363**
Aumentos / reduções de justo valor	16 130 888	-	**16 130 888**
Outros rendimentos	2 647 311	398 527	**3 045 838**
Outros gastos	(6 737 947)	(32 904)	**(6 770 851)**
Resultados operacionais intersegmentos	(10 236 853)	10 236 853	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**(17 056 570)**	**10 428 346**	**(6 628 223)**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(15 367 161)	(10 374 658)	**(25 741 819)**
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(318 005)	-	**(318 005)**
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**(32 741 735)**	**53 688**	**(32 688 047)**
Juros e gastos similares suportados	(24 385 140)	(23 340)	**(24 408 480)**
Resultado antes de impostos	**(57 126 875)**	**30 348**	**(57 096 527)**
Imposto sobre o rendimento do período	(1 018)	(36 182)	**(37 200)**
Resultado líquido do período	**(57 127 893)**	**(5 835)**	**(57 133 727)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	**(57 127 893)**	**(5 835)**	**(57 133 727)**
Interesses que não controlam			
	(57 127 893)	**(5 835)**	**(57 133 727)**

31 DE DEZEMBRO DE 2021	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 777 629 308	99 502 294	**5 877 131 602**
Passivos do segmento	4 059 456 296	59 114 014	**4 118 570 311**

31 DE DEZEMBRO DE 2020	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 662 817 371	111 187 507	**5 774 004 878**
Passivos do segmento	4 153 048 633	119 929 443	**4 272 978 076**

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 214 911 914	3 156 568 295
Propriedades de investimento	5.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	5.3	7 356 629	7 276 591
Outros ativos financeiros	5.4	14 556 063	13 650 808
Clientes	5.5	-	2 041 708
Conta a receber do Estado	5.6	3 212 263 064	3 210 869 766
Subsídios	5.7	(1 050 348 548)	(1 001 509 526)
		5 400 543 332	**5 390 701 852**
Total do ativo		**5 400 543 332**	**5 390 701 852**
Passivo não corrente			
Provisões	5.8	8 590 197	6 190 197
Financiamentos obtidos	5.9	1 604 823 112	1 701 605 301
Outros passivos financeiros	5.4	116 960 782	238 220 183
		1 730 374 092	**1 946 015 681**
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.9	997 631 809	969 097 803
Fornecedores	5.10	3 514 041	3 222 914
Outras dívidas a pagar	5.11	167 933 090	84 157 171
		1 169 078 940	**1 056 477 888**
Total do passivo		**2 899 453 031**	**3 002 493 569**
Total ILD líquido		**2 501 090 300**	**2 388 208 282**

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 934	**3 157 348 327**
Aquisições	-	446 671	428 790	40 062 186	22 483 741	**63 421 389**
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	9 546 232	2 613 137	(12 241 918)	(4 945 219)	**(5 027 768)**
Abates	-	-	(12 308)	-	-	**(12 308)**
Saldo final	**13 511 055**	**2 672 787 632**	**462 141 178**	**47 042 319**	**20 247 456**	**3 215 729 639**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	780 032	-	-	-	**780 032**
Aumentos	-	37 693	-	-	-	**37 693**
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**817 725**	-	-	-	**817 725**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	**13 511 055**	**2 671 969 906**	**462 141 178**	**47 042 319**	**20 247 456**	**3 214 911 914**

	31 de dezembro de 2020					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	**3 136 886 699**
Aquisições	-	727 141	718 908	17 390 120	1 504 010	**20 340 179**
Alienações	-					-
Transferências	-	8 765 829	8 240 692	(16 830 492)	(54 580)	**121 448**
Abates	-					-
Saldo final	**13 511 055**	**2 662 794 728**	**459 111 558**	**19 222 052**	**2 708 934**	**3 157 348 327**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	**597 082**
Aumentos		185 650				
Reversões	-	(2 700)			-	**(2 700)**
Saldo final	-	**780 032**	-	-	-	**780 032**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	**13 511 055**	**2 662 014 696**	**459 111 558**	**19 222 052**	**2 708 934**	**3 156 568 295**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 40.062.186 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular e à ampliação e remodelação da estação de Arroios, 29.710.204 euros e 4.847.066 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 22.483.741 euros, referem-se a adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular e da implementação do sistema *Communications-Based Train Control* (CBTC) na Linha Azul, 19.190.961 euros e 3.292.780 euros, respetivamente; as transferências ocorridas na mesma rubrica, 4.945.219 euros, referem-se essencialmente aos mesmos projetos, 3.082.268 euros e 1.843.956 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 12.241.918 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção de ampliação e remodelação da estação de Arroios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.738.784 euros e 3.907.206 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 543 032
	1 804 209			**1 804 209**	**7 545 202**	**1 804 209**			**1 804 209**	**7 543 032**

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2021			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	118 221	**7 276 591**
Aquisições	-	-	80 038	**80 038**
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**
Total do ativo intangível bruto (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**

	31 de dezembro de 2020			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	16 188	**7 174 558**
Aquisições	-	-	106 237	**106 237**
Transferências	-	-	(4 204)	**(4 204)**
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**118 221**	**7 276 591**
Total do ativo intangível bruto (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**118 221**	**7 276 591**

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os swaps de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de swap é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/06/2022	12 545 916	5 913 283	50 000	420 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	14 506 063	13 230 808
					14 556 063	**13 650 808**

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	40 000 000	14 666 667	353 604	1 155 422
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	4 280 559	11 826 567	10 869 952	58 263 897
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	14 904 060	21 409 134
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	45 711 032	79 202 910
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	45 122 134	78 188 820
					116 960 782	**238 220 183**

5.5. CLIENTES

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2021, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, tendo sido registada uma perda por imparidade pela totalidade do montante referido.

5.6. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto de selo	2 787 190 643	2 668 112 090
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	102 404 719	224 569 375
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	10 954 197	8 554 197
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	817 725	780 032
Perdas por imparidade em dívidas a receber	2 041 708	-
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 212 263 064	**3 210 869 766**

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD's seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.7. SUBSÍDIOS

	31-dez-2021	31-dez-2020
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(184 639 717)	(183 839 717)
Fundo Coesão	(418 469 502)	(379 786 103)
Fundo Ambiental	(13 209 536)	(3 853 912)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 050 348 548)	**(1 001 509 526)**

5.8. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

5.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000		110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000		400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000		400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
				910 000 000	**910 000 000**		-	**910 000 000**	**910 000 000**
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI								
ML B	BEI								
ML I/2	BEI	-	-	-	-	-	-	-	-
ML II	BEI	-	-	-	-	-	-	-	-
ML III	BEI	-	-	-	-	54 867 769			-
ML II/B	BEI	-	-	-	-	99 759 579			-
ML II/C	BEI	54 867 769	1 828 926		1 828 926	54 867 769	3 657 851	1 828 926	5 486 777
ML I/3	BEI	124 699 474			-	124 699 474	21 204 453		21 204 453
ML I/3B	BEI	74 819 685	10 630 313		10 630 313	74 819 685	23 504 930	10 630 313	34 135 243
ML V/A	BEI	-	-	-	-	150 000 000			-
ML V/B	BEI	80 000 000	-	-	-	80 000 000	80 000 000		80 000 000
ML V/C	BEI	68 503 276	68 503 276		68 503 276	80 000 000	11 496 724	68 503 276	80 000 000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782		253 978 782	507 957 564	253 978 782		253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908		178 310 908	237 747 877	178 310 908		178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244		282 974 244	282 974 244	282 974 244		282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	11 438 803	5 719 401	17 158 204	17 158 204	8 579 102	8 579 102	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	131 004 199	131 004 199	262 008 399	262 008 399	87 336 133	174 672 266	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	36 109 351	72 218 702	108 328 053	108 328 053	18 054 675	90 273 377	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	22 853 007	114 265 034	137 118 041	137 118 041		137 118 041	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776		71 615 776	71 615 776				
			997 631 809	**394 823 112**	**1 392 454 921**		**969 097 803**	**491 605 301**	**1 460 703 104**
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			-	**300 000 000**	**300 000 000**		-	**300 000 000**	**300 000 000**
Total de empréstimos obtidos			**997 631 809**	**1 604 823 112**	**2 602 454 921**		**969 097 803**	**1 701 605 301**	**2 670 703 104**

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027" foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 254/2022-SET, de 8 de março, com diferimento para 31 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2023	99 371 412
2024	399 371 412
2025	206 511 711
2026 e seguintes	899 568 577
	1 604 823 112

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2021 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁROS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/3 B"), alterado em 10 de Março de 2006	10 630 313,44	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML II/C")	1 828 925,57	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	68 503 276,05	15 de junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 . Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 290 962 515									

5.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 366 552	809 600 857	129 208	22 829 011	21 476 942	3 423 755	29 973	**1 094 823 483**
Aquisições	-	659 866	333 252	-	296 232	42 218	11 519 799	30 518 581	**43 369 949**
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	230 822	19 787 348	-	45 079	(17 305 193)	(3 238 836)	(8 462 954)	**(8 943 735)**
Abates	-	-	(1 883 069)	-	(104 017)	(9 618)	-	-	**(1 996 705)**
Saldo final	**20 967 185**	**217 257 240**	**827 838 387**	**129 208**	**23 066 304**	**4 204 349**	**11 704 718**	**22 085 600**	**1 127 252 992**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(208 164 118)	(645 616 505)	(129 208)	(21 764 744)	(16 325 998)	-	-	**(892 000 574)**
Depreciações do período	-	(759 986)	(23 312 543)	-	(420 423)	(67 277)	-	-	**(24 560 230)**
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(13 042 161)	-	-	13 042 161	-	-	-
Abates	-	-	1 609 305	-	103 800	9 568	-	-	**1 722 674**
Saldo final	**-**	**(208 924 104)**	**(680 361 905)**	**(129 208)**	**(22 081 367)**	**(3 341 546)**	**-**	**-**	**(914 838 131)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	20 967 185	**8 333 136**	**147 476 482**	**-**	**984 937**	**862 803**	**11 704 718**	**22 085 600**	**212 414 861**

	31 de dezembro de 2020								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 218 059	808 781 953	129 208	25 553 157	24 515 259	1 559 888	29 973	**1 098 754 681**
Aquisições	-	37 760	445 043	-	373 017	74 677	4 672 390	-	**5 602 888**
Alienações	-	(1 866 432)	(458 800)	-	(788 982)	(56 518)	-	-	**(3 170 732)**
Transferências	-	977 165	1 809 081	-	(2 282 811)	(3 056 476)	(2 808 523)	-	**(5 361 564)**
Abates	-	-	(976 421)	-	(25 371)	-	-	-	**(1 001 792)**
Saldo final	**20 967 185**	**216 366 552**	**809 600 857**	**129 208**	**22 829 011**	**21 476 942**	**3 423 755**	**29 973**	**1 094 823 483**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 302 964)	(623 671 781)	(129 208)	(22 742 540)	(15 999 296)	-	-	**(871 845 790)**
Depreciações do período	-	(727 587)	(23 180 816)	-	(540 065)	(383 009)	-	-	**(24 831 477)**
Alienações	-	1 866 432	458 800	-	788 773	56 307	-	-	**3 170 312**
Transferências	-	-	-	-	705 464	-	-	-	**705 464**
Abates	-	-	777 291	-	23 625	-	-	-	**800 916**
Saldo final	**-**	**(208 164 118)**	**(645 616 505)**	**(129 208)**	**(21 764 744)**	**(16 325 998)**	**-**	**-**	**(892 000 574)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	**(130 518)**
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	130 518	-	-	-	-	-	-	**130 518**
Saldo final	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	20 967 185	**8 202 434**	**163 984 351**	**-**	**1 064 267**	**5 150 944**	**3 423 755**	**29 973**	**202 822 908**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 11.519.799 euros, referem-se essencialmente à implementação do sistema CBTC nos Parques de Material e Oficinas (PMO) e em 70 Unidades Triplas (UT's) da atual frota, 6.360.817 euros e 2.102.138 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 30.518.581 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 14 novas UT's e à implementação do sistema CBTC nos PMO's, 16.802.999 euros e 7.893.867 euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado um movimento de reclassificação de sobressalentes na sub-rubrica de "Equipamento básico", por contrapartida de "Outros ativos fixos tangíveis", no valor de 17.305.903 euros, e respetivas depreciações, no valor de 13.042.161 euros. O valor remanescente de transferências ocorridas em "Equipamento básico", 2.482.155 euros, e abates, no valor de 1.883.069 euros, referem-se essencialmente a processos de intervenção de meio de vida útil do material circulante de exploração, nomeadamente reformulação do sistema de portas e bancos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 68.910 euros e 710.479 euros, respetivamente.

7. LOCAÇÕES

7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
Ativos				
Saldo inicial	551 821	**551 821**	417 265	**417 265**
Aquisições / Adições	256 935	**256 935**	134 556	**134 556**
Alienações	(14 915)	**(14 915)**	-	-
Saldo final	**793 841**	**793 841**	**551 821**	**551 821**
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	(370 589)	**(370 589)**	(182 456)	**(182 456)**
Depreciações do período	(197 268)	**(197 268)**	(188 132)	**(188 132)**
Alienações	14 915	**14 915**	-	-
Saldo final	**(552 942)**	**(552 942)**	**(370 589)**	**(370 589)**
	240 899	**240 899**	**181 232**	**181 232**

7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

	31-dez-2021	31-dez-2020
Locações não corrente		
Viaturas	98 312	2 661
Locações corrente		
Viaturas	143 301	180 908
Total	**241 613**	**183 569**

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Futuros pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até 1 ano	147 105	143 301	182 897	180 908
Entre 1 e 5 anos	101 042	98 312	5 091	2 661
Total	**248 147**	**241 613**	**187 988**	**183 569**
Efeito financeiro do desconto	(6 534)	-	(4 419)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	**241 613**	**241 613**	**183 569**	**183 569**

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 094 744	9 986 185	2 385 820	9 722 739	10 155 500	22 094 744	9 544 255	3 573 227	8 977 262	9 339 900
Praça General Humberto Delgado	22 309 373	18 678 818	-	3 630 555	93 297 798	22 309 373	18 665 173	-	3 644 200	93 270 968
	44 404 117	**28 665 003**	**2 385 820**	**13 353 294**	**103 453 298**	**44 404 117**	**28 209 428**	**3 573 227**	**12 621 462**	**102 610 868**

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	579 860	143 620	441 930	(5 689)	593 215	148 921	441 482	2 811
Praça General Humberto Delgado	-	358 644	13 645	(372 289)	-	213 046	13 694	(226 740)
	579 860	**502 264**	**455 575**	**(377 979)**	**593 215**	**361 967**	**455 176**	**(223 929)**

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	19 451	2 799 477	2 400	2 821 328	18 751	-	-	18 751
Aquisições	-	213 251	82 210	295 461	700	493 575	2 400	496 675
Transferências	-	84 610	(84 610)	-	-	2 305 902	-	2 305 902
Saldo final	**19 451**	**3 097 339**	**-**	**3 116 790**	**19 451**	**2 799 477**	**2 400**	**2 821 328**
Amortizações acumuladas								
Saldo inicial	(19 105)	(971 452)	-	(990 558)	(18 060)	-	-	(18 060)
Amortizações do período	(346)	(404 417)	-	(404 763)	(1 046)	(265 988)	-	(267 034)
Transferências		-	-	-	-	(705 464)	-	(705 464)
Saldo final	**(19 451)**	**(1 375 870)**	**-**	**(1 395 321)**	**(19 105)**	**(971 452)**	**-**	**(990 558)**
	(0)	**1 721 469**	**-**	**1 721 469**	**346**	**1 828 025**	**2 400**	**1 830 771**

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2021					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3 642 687	3 670 874	(28 186)	559 048	40%	- (a)
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	183 593	195 573	(11 980)	(11 980)	50%	- (a)
OTLIS (em liquidação)	6 225 526	510 430	5 715 096	5 433 696	14,29%	90 211 (b)
						90 211

	31 de dezembro de 2020					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3 027 078	3 614 312	(587 234)	(633 109)	40%	- (a)
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	185 919	550 523	(364 604)	(364 604)	50%	- (a)
OTLIS	3 989 890	1 594 236	2 395 655	510 430	14,29%	342 236
						342 236

Nota:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Proporção no capital próprio da OTLIS em 31/12/2021 ajustada da aplicação de resultados de 2020 e da contrapartida paga pela TML pela transmissão global do património da OTLIS.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2021	31-dez-2020
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	**29 096 203**	**31 593 901**
Variação justo valor	11 791	172 245
Diferenças cambiais	2 427 681	(2 669 943)
Saldo final	**31 535 674**	**29 096 203**
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	**24 966 310**	**26 501 456**
Desembolso	(5 809 761)	-
Variação justo valor	(106 395)	704 444
Diferenças cambiais	1 627 257	(2 239 590)
Saldo final	**20 677 410**	**24 966 310**
Fundo Compensação Trabalho	**5 489**	**2 767**
Total	**52 218 573**	**54 065 280**

Em resultado das descidas do "rating" atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust. Relativamente a este último, o ML solicitou em junho de 2021, junto do Stichting CBL Finance IV, o desembolso do valor depositado em excesso (5,8 M€), àquela data, para cobertura da garantia no âmbito da operação TREM II - Leasing operacional de material circulante – ML 90.

12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8 468 130	-	8 468 130	9 144 951	-	9 144 951
Ferramentas	35 390	-	35 390	48 844	-	48 844
Produtos de limpeza	83 518	-	83 518	24 358	-	24 358
Material de escritório	57 916	-	57 916	65 896	-	65 896
Combustíveis	14 996	-	14 996	27 934	-	27 934
Títulos transporte	766 954	-	766 954	1 014 608	-	1 014 608
Outros materiais	308 281	-	308 281	476 523	-	476 523
Artigos promocionais/publicações	36 213	-	36 213	32 988	-	32 988
	9 771 398	**-**	**9 771 398**	**10 836 101**	**-**	**10 836 101**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2021	2020
Saldo inicial	10 836 101	8 037 681
Compras	1 614 634	2 370 960
Regularizações	(149 114)	3 041 300
Saldo final	9 771 398	10 836 101
	2 530 223	**2 613 840**

13. CLIENTES

	31-dez-2021	31-dez-2020
Publimetro	1 275 503	1 640 838
Ar Telecom	463 383	463 383
GIBB Portugal	296 764	296 764
Câmara Municipal de Loures	218 562	-
Associação de Turismo de Lisboa	217 534	32 793
Câmara Municipal de Lisboa	105 095	-
TPF Planege Cenor	-	580 316
Cosider Travaux Publics	-	798 999
OTLIS	-	145 410
Outros	974 741	356 290
	3 551 581	**4 314 792**
Perdas por imparidade	(1 153 457)	(1 133 366)
	2 398 124	**3 181 426**

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial	**(1 133 366)**	**(1 418 580)**
Aumentos	(24 781)	(45 999)
Reversões	-	326 910
Utilizações	4 690	4 303
Saldo final	**(1 153 457)**	**(1 133 366)**

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	3 438 127	250	3 647 866	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	21 667	1 274 541	18 516	1 339 264
Imposto sobre o valor acrescentado	5 140 935	106 165	1 082 246	86 069
Contribuições para a Segurança Social	-	1 528 022	-	1 623 206
Outros impostos	-	502 632	-	502 054
	8 600 729	**3 411 610**	**4 748 628**	**3 550 718**

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2021	31-dez-2020
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	790 120	779 357
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Transportes Coletivos do Barreiro	125 159	325 165
Acréscimo rendimentos	12 608 172	4 796 467
Receitas de tráfego	1 265 279	2 721 705
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	-	573 272
Outros	3 339 610	2 760 679
	48 501 305	**42 329 610**
Perdas por imparidade	(1 102 981)	(1 281 932)
	47 398 324	**41 047 678**

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2021	31-dez-2020
Saldo inicial	**(1 281 932)**	**(4 433 179)**
Aumentos	(3 351)	(4 583)
Reversões	182 302	375 355
Utilizações	-	2 780 474
Saldo final	**(1 102 981)**	**(1 281 932)**

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Oficio n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da "construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória".

O valor de 12.608.172 euros registado como acréscimo de rendimentos compreende, no que se refere ao PART:

(i) o montante de 1.622.440 euros (IVA não incluído) referente ao acerto da parte variável de 2020;
(ii) o montante de 7.901.943 euros (IVA não incluído) que corresponde à estimativa para os meses de setembro a dezembro de 2021, ambos ainda por receber.

Relativamente à estimativa do programa PART para os meses de setembro a dezembro de 2021, a mesma é composta por duas componentes:

(i) PART fixo que representa a compensação tarifária atribuída aos operadores aderentes da área metropolitana de Lisboa com um valor 2.680.316 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 24.
(ii) PART variável atribuído no âmbito do apoio à reposição da oferta e que decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia Covid-19, com um valor de 5.221.627 euros (IVA não incluído), conforme divulgado na nota 25.

Ambos os cálculos acima evidenciados foram validados pela TML, têm por base o disposto no Decreto-Lei n.º14-C/2020, de 7 de abril, e correspondem a uma compensação atribuída aos operadores com a finalidade de dar suporte financeiro para que estes prossigam com as diretivas do governo em termos de mobilidade, situação que os qualifica para o reconhecimento no corrente exercício, independentemente de parte do seu pagamento vir a ocorrer em períodos subsequentes.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2021	31-dez-2020
Caixa	25 817	22 147
Depósitos à ordem	127 824 725	50 024 153
Depósitos a prazo	520 852	1 579 004
Caixa e depósitos bancários	**128 371 394**	**51 625 304**

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.667.903.891 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 253.904.909 euros.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se às perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20).

18. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	710 500	30 000	(70 500)	-	670 000
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	415 452	5 990	(221 875)	(182 302)	17 265
Outras provisões	-	-	-	-	-
	1 398 069	**35 990**	**(292 375)**	**(182 302)**	**959 382**

	31 de dezembro de 2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	640 500	70 000	-	-	710 500
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	282 673	-	(282 673)	-	
Cobertura de prejuízos	28 779	415 452	-	(28 779)	415 452
Outras provisões	27 690	-	(27 690)	-	-
	1 251 760	**485 452**	**(310 363)**	**(28 779)**	**1 398 069**

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários							
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476	
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	10 284 044	5 142 022	15 426 066	7 713 033	7 713 033
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	79 982 767	79 982 767	159 965 533	53 321 844	106 643 689
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	7 852 242	15 704 485	23 556 727	3 926 121	19 630 606
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008	2 899 168	14 495 840	17 395 008	-	17 395 008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF 2021 (parte)	29 239 923	-	29 239 923	-	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF 2020	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	-
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF 2021	18 331 823	18 331 823	-	-	-	-
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50 000 000	-	-	50 000 000	-	-
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50 000 000	-	-	50 000 000	-	-
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	-	-	52 777 778	28 100 890	-
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	-	-	26 388 889	14 050 445	-
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	-	-	26 388 889	14 050 445	-
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	28 049 938	-	52 777 778	1 619 456	28 049 938
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	14 024 969	-	26 388 889	809 728	14 024 969
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	14 024 969	-	26 388 889	809 728	14 024 969
Descobertos bancários		-	-	-	-	828	-
			715 748 370	144 565 037		664 700 970	207 482 211

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

	31-dez-2021	31-dez-2020
Até 1 ano	715 748 369	664 700 142
1 a 2 anos	-	56 099 875
Superior a 2 anos	144 565 037	151 382 336
	860 313 406	**872 182 353**

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 967 e 1.336, respetivamente (978 e 1.363 em 31 de dezembro de 2020).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Trabalhadores ativos	110 919 404	110 797 640
Reformados	159 865 278	163 802 846
	270 784 682	**274 600 485**

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1% para 1,1%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2021 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,10%	1,00%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,10%	1,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Responsabilidades totais no início do período	274 600 485	271 350 648
Custos dos serviços correntes	3 915 954	3 787 688
Custo dos juros	2 705 336	3 527 558
Benefícios pagos no exercício	(12 049 714)	(12 309 842)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	1 612 620	8 244 433
Reponsabilidades totais no fim do período	**270 784 682**	**274 600 485**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2021, nos montantes de 3.915.954 euros e 2.705.336 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	**(43 802 617)**	**(35 558 185)**
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(1 612 620)	(8 244 433)
Saldo final	**(45 415 238)**	**(43 802 617)**

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas atuariais resultaram essencialmente da alteração da tábua de mortalidade para a população masculina, ainda que mitigada pela subida da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os swaps de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos e a dívida não corrente dos subsídios ao investimento:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Swaps	19 263 628	43 363 932
Subsídios ao investimento - FEDER-QCA	1 384 310	2 496 645
Subsídios ao investimento - Fundo Ambiental	28 141 149	-
	48 789 088	**45 860 577**

A discriminação por contrato de swap é a seguinte:

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2021	31-dez-2020
26#METLIS BSN Set2022	BSN	23/09/2022	99 240 295	56 099 878	19 263 628	43 363 932
					19 263 628	**43 363 932**

22. FORNECEDORES

	31-dez-2021	31-dez-2020
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690 500	690 500
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	435 111	-
GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	213 540	-
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	199 727	10 305
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	70 006	10
Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.	68 584	-
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	57 549	130 835
ISS Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	34 044	331 436
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.	9 192	3 392 967
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	2 066	81 893
2045 Empresa de Segurança, S.A.	915	970 432
RACE Refrigeration & Air Conditioning, SA	-	216 060
IP Património, S.A.	-	148 845
SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E.	-	142 696
Schmitt - Elevadores, Lda.	-	98 038
TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A.	-	548 175
CENOR - Consultores, S.A.	-	290 672
TST - Transportes Sul do Tejo, S.A.	-	97 654
Exide Technologies, Lda.	-	92 250
Siemens Mobility Unipessoal, Lda.	-	89 569
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	-	80 039
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	-	70 416
Outros	154 003	1 563 963
	1 935 236	**9 046 753**

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acréscimo gastos - Juros a liquidar	28 445 860	27 257 350
Subsídios - Fundo Ambiental	2 441 792	14 125 183
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	5 512 000	-
Acréscimo gastos - Remunerações a liquidar	10 156 852	10 237 114
Fornecedores de investimentos	4 506 566	5 263 649
Subsídios ao investimento - FEDER-QCA	1 112 335	1 112 335
Subsídios ao investimento - FEDER-PRODAC	-	130 765
Outros	8 648 006	5 535 588
	60 823 411	**63 661 984**

24. RÉDITO

	2021	2020
Vendas	47 919	27 282
Prestação de serviços		
Bilhetes	19 141 087	16 848 492
Passes	32 485 054	33 208 552
Cartões	1 433 080	1 103 881
Compensação tarifária AML	7 940 398	8 903 066
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 574 453	3 458 364
Espaços comerciais	-	-
Exploração publicidade	149 946	1 349 782
Consultoria técnica	34 326	259 768
Contratos de arrendamento	65 293	58 763
Contratos de exploração	1 721 817	1 568 184
Outros	837 352	738 815
	67 430 724	**67 524 950**

O rédito reconhecido em 2021 decorrente da compensação tarifária da AML inclui o montante de 2.680.316 euros referente aos pagamentos por conta (PART "fixo") dos meses de setembro a dezembro de 2021, cujo recebimento se encontra pendente da aprovação de uma candidatura submetida no passado dia 31 de janeiro pela Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML) ao Fundo Ambiental, conforme divulgado na Nota 15. O Conselho de Administração está convicto que o referido montante, assente em cálculos validados pela TML, é devido nos termos da legislação em vigor e será recebido assim que forem disponibilizadas à AML/TML as verbas necessárias para realizar os pagamentos em falta. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2021	2020
AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	36 718 196	21 451 009
PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	1 135 080	-
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	94 252	70 050
PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	68 125	-
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	28 500	132 977
Município Lisboa - Projeto VoxPop - Pessoas, Processos & Tecnologia	-	86 800
	38 044 153	**21 740 836**

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 36.718.196 euros, decorre do Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que prolongou até ao final do ano de 2021 a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19. Neste montante, estão incluídos 5.221.627 euros referentes aos pagamentos por conta (PART "variável") dos meses de setembro a dezembro de 2021, os quais estão pendentes de recebimento, conforme divulgado na Nota 24 e um acerto de 460.223 euros referente à parte variável do PART de 2020, no montante de 1.622.440 euros, conforme divulgado na Nota 15. Este programa PART corresponde a uma compensação atribuída com a finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte aderentes na área metropolitana de Lisboa, na qual o ML se enquadra.

26. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2021	2020
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	221 875	(272 790)
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	547 124	72 919
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	158 082	(132 057)
	927 081	**(331 929)**

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2021	2020
Eletricidade	(7 121 721)	(8 586 358)
Vigilância e segurança	(6 100 436)	(6 189 701)
Conservação e reparação	(5 254 789)	(4 921 105)
Limpeza, higiene e conforto	(4 881 663)	(4 320 089)
Trabalhos especializados	(1 482 050)	(1 666 264)
Outros	(3 158 988)	(3 333 644)
	(27 999 647)	**(29 017 161)**

28. GASTOS COM O PESSOAL

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	(276 174)	(275 419)
Remunerações do pessoal	(59 304 584)	(58 508 115)
Benefícios pós-emprego	(6 625 935)	(7 315 831)
Encargos sobre remunerações	(13 712 271)	(13 296 566)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(773 643)	(818 588)
Seguro de saúde	(1 049 103)	(890 103)
Gastos de ação social	(889 393)	(943 682)
Outros	(350 079)	(287 513)
	(82 981 182)	**(82 335 816)**

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no exercício de 2021 foi de 1.518 (1.515 em 2020). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2021 era de 1.521 (1.517 em 2020).

29. OUTROS RENDIMENTOS

	2021	2020
Diferenças de câmbio favoráveis	4 054 938	1 111
Subsídios ao investimento	1 243 100	1 243 100
Correções relativas a periodos anteriores	904 317	793 059
Rendas de imóveis	586 619	579 355
Cedência de energia	161 605	199 840
Juros	36 051	81 201
Excesso estimativa para impostos	-	353
Outros	240 524	147 818
	7 227 154	**3 045 838**

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT's), série complementar 95 de 20 UT's e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

	2021	2020
Correções relativas a periodos anteriores	(2 021 108)	(671 870)
Impostos	(506 589)	(538 693)
Perdas em investimentos não financeiros	(368 888)	(200 878)
Quotizações	(105 429)	(141 044)
Perdas em inventários	(56 621)	(222 543)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3 932)	(4 909 534)
Outros	(93 747)	(86 290)
	(3 156 314)	**(6 770 851)**

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2021	2020
Juros swaps	(23 840 096)	(22 427 142)
Juros financiamentos obtidos	(1 195 836)	(1 689 330)
Juros de locações (Nota 7)	(6 534)	(4 419)
Outros juros	(216 782)	(287 589)
	(25 259 247)	**(24 408 480)**

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis das empresas do Grupo ML é a seguinte:

	2021		2020	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	5 277 942	2028	5 277 942	2028
Gerados em 2015	695 274	2029	695 274	2029
Gerados em 2016	378 323	2023	378 323	2023
Gerados em 2017	39 766 185	2024	39 766 185	2024
Gerados em 2018	21 701 153	2025	21 701 153	2025
Gerados em 2019	14 039 875	2026	14 039 875	2026
Gerados em 2020	41 815 801	2027		
	123 674 552		**81 858 752**	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021				2020			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	**(22 895 209)**	**113 001**	**(33 237)**		**(57 130 373)**	**316 059**	**28 412**	
Diferenças permanentes	6 487 056	378 511	(9 600)		4 325 843	39 402	393	
Resultado tributável	**(16 408 154)**	**491 512**	**(42 837)**		**(52 804 530)**	**355 460**	**28 805**	
Prejuízos fiscais deduzidos	-	(344 059)	-		-	(248 822)	-	
Matéria coletável	-	**147 454**	-		-	**106 638**	**28 805**	
Taxa nominal de imposto	21%	21%	21%		21%	21%	17 / 21%	
Coleta	-	**(30 965)**	**8 996**		-	**(22 394)**	**(5 449)**	
Derrama municipal	-	(7 373)	-		-	(5 332)	(432)	
Tributações autónomas	(5 361)	-	-		(1 018)	(2 575)	-	
Imposto sobre o rendimento	**(5 361)**	**(38 338)**	**8 996**	**(34 703)**	**(1 018)**	**(30 301)**	**(5 881)**	**(37 200)**
Taxa efetiva de imposto	-	**33,93%**	-		-	**9,59%**	**20,70%**	

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2021	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2 115 705 938	-	-
Associadas				
Publimetro	1 275 503	-	852 416	-
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS (em liquidação)	-	-	555 161	(17 435)
Ensitrans	12 761	-	34 326	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(285 252)

2020	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	1 996 518 416	-	-
Associadas				
Publimetro	1 640 838	-	1 754 189	-
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS	145 410	70 849	3 326 261	(89 629)
Ensitrans	5 381	-	315 655	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(293 156)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2021 e 2020 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

34. GARANTIAS PRESTADAS

			2021	2020
Entidade	Data Início	Beneficiário	Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2°JUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4°BAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS	-	1 583
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	760 610	760 610
Banco BBVA	19-02-1998	Petrogal	3 990	3 990
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1 632	1 632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272 118	272 118
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	-	29 582
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	86 130	86 130
			1 680 665	**1 711 830**

35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 18.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo, ascenderam a 37.060 euros.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

5ª Vaga da Pandemia Covid-19

Desde meados de 2021, a adesão em massa à vacinação, aliada à manutenção de determinadas restrições e posturas preventivas, permitiu obter um maior grau de previsibilidade quanto ao comportamento da pandemia, facilitando o seu controlo e antecipação de cenários. Não obstante, no final de 2021 e início de 2022 verificou-se a evolução de uma quinta vaga. Contudo, em contraste com vagas anteriores, o padrão de restrições foi aliviado. Um leque de medidas, como o teletrabalho obrigatório, foram reaplicadas, evidenciando-se portanto uma menor mobilidade da população durante o mês de janeiro, ainda que, consequentemente, não se tenha assistido a uma desaceleração significativa da atividade económica.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. No seguimento da condenação do evento pela comunidade internacional, países ocidentais e Estados Membro da União Europeia, incluindo Portugal, têm vindo a aplicar sanções em vários setores de atividade à Federação Russa, incluindo-se a nível económico, por exemplo, a redução das trocas comerciais e a exclusão do sistema de pagamentos SWIFT. No contexto da economia global, os efeitos de uma guerra regional, não só na instância humanitária como também económica, extravasam massivamente para o resto do mundo. Em 2021, a Rússia figurava como um dos principais produtores de bens energéticos, sendo o terceiro principal fornecedor de gás natural a Portugal, pelo que, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do impacto económico do conflito, a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços.

Subida de Preços

Confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do IHPC, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o INE, nos 5,5%. A variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento, sofrendo esse agregado uma variação de 19,8%. De facto, o constrangimento e instabilidade das cadeias de abastecimento, sobretudo no setor energético, a exposição aos conflitos geopolíticos, nomeadamente a guerra na Ucrânia, e as implicações que lhes são adjacentes, geram um quadro económico de incerteza, provocando uma vincada volatilidade dos preços das *commodities*. No que se refere às flutuações do preço da energia, o seu aumento origina um efeito *spillover* no custo de bens e serviços, sobretudo em setores altamente dependentes de energia elétrica para a prossecução das suas operações, como é o caso do Metropolitano onde se prevê um elevado agravamento nos gastos de energia, que inevitavelmente, penalizará o rácio de eficiência operacional do ML.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 22:51:52 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:19:38 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2022.05.30 18:13:44 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários (CVM) que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Presidente

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2022.05.31 12:42:50 +01'00'

Vítor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2022.05.31 11:20:41 +01'00'

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

v. Demonstrações Orçamentais

Previsionais

1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento			Plano orçamental plurianual	
		2020	2021	Soma	2022	2023
	RECEITA CORRENTE	**146.820.727**	**151.969.941**	**298.790.668**	**0**	**0**
R1	Receita Fiscal	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos		0	0		
R12	Impostos indiretos		0	0		
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde		0	0		
R3	Taxas, multas e outras penalidades		0	0		
R4	Rendimentos de propriedade		0	0		
R5	Tranferências Correntes	3.982.702	27.100.000	31.082.702	0	0
R51	Administrações Públicas	3.982.702	17.100.000	21.082.702	0	0
R511	Administração Central - Estado	3.959.702	17.100.000	21.059.702	0	0
R512	Administração Central - Outras entidades	23.000	0	23.000	0	0
R513	Segurança Social		0	0		
R514	Administração Regional		0	0		
R515	Administração Local		0	0		
R52	Exterior - UE			0		
R53	Outras			0		
R6	Venda de bens e serviços	142.838.025	104.046.748	246.884.773	0	0
R7	Outras receitas correntes		20.823.193	20.823.193		
	RECEITA DE CAPITAL	**98.948.014**	**60.947.536**	**159.895.550**	**0**	**0**
R8	Venda de bens de investimento	30.634.620	550.000	31.184.620	0	0
R9	Tranferências de Capital	68.313.394	60.397.536	128.710.930	0	0
R91	Administrações Públicas	59.668.498	37.644.200	97.312.698	0	0
R911	Administração Central - Estado	59.668.498	37.644.200	97.312.698	0	0
R912	Administração Central - Outras entidades		0	0		
R913	Segurança Social		0	0		
R914	Administração Regional		0	0		
R915	Administração Local		0	0		
R92	Exterior - UE	8.644.896	22.753.336	31.398.232	0	0
R93	Outras		0	0		
R10	Outras receitas de capital		0	0		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos			0		
	Receita efetiva [1]	**245.768.741**	**212.917.477**	**458.686.218**	**0**	**0**
	Receita não efetiva [2]	**454.904.913**	**367.625.166**	**822.530.079**	0	0
R12	Receita com ativos financeiros		0	0		
R13	Receita com passivos financeiros	454.904.913	367.625.166	822.530.079	0	0
	Receita total [3] = [1] + [2]	**700.673.654**	**580.542.643**	**1.281.216.297**	**0**	**0**

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual	
		2020	2021	Soma	t+1	t+2
	DESPESA CORRENTE	**352.101.110**	**289.811.913**	**641.913.023**	**0**	**0**
D1	Despesas com o pessoal	83.000.000	84.002.460	167.002.460	0	0
D11	Remunerações certas e permanentes	53.772.838	54.275.298	108.048.136	0	0
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.437.456	4.437.456	8.874.912	0	0
D13	Segurança social	24.789.706	25.289.706	50.079.412	0	0
D2	Aquisição de bens e serviços	58.847.736	57.776.516	116.624.252	0	0
D3	Juros e outros encargos	199.432.885	147.291.972	346.724.857	0	0
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado		0	0		
D412	Administração Central - Outras entidades		0	0		
D413	Segurança Social		0	0		
D414	Administração Regional		0	0		
D415	Administração Local		0	0		
D42	Instituições sem fins lucrativos		0	0		
D43	Famílias		0	0		
D44	Outras despesas correntes		0	0		
D5	Subsídios		0	0		
D6	Outras despesas correntes	10.820.489	740.965	11.561.454	0	0
	DESPESA DE CAPITAL	**127.704.836**	**150.866.772**	**278.571.608**	**0**	**0**
D7	Investimento	127.704.836	150.866.772	278.571.608	0	0
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado		0	0		
D812	Administração Central - Outras entidades		0	0		
D813	Segurança Social		0	0		
D814	Administração Regional		0	0		
D815	Administração Local		0	0		
D82	Instituições sem fins lucrativos		0	0		
D83	Famílias		0	0		
D84	Outras despesas correntes		0	0		
D9	Outras despesas de capital		0	0		
	Despesa efetiva [4]	**479.805.946**	**440.678.685**	**920.484.631**	**0**	**0**
	Despesa não efetiva [5]	**216.514.597**	**139.863.958**	**356.378.555**	0	0
D10	Despesa com ativos financeiros		0	0		
D11	Despesa com passivos financeiros	216.514.597	139.863.958	356.378.555	0	0
	Despesa total [6] = [4] + [5]	**696.320.543**	**580.542.643**	**1.276.863.186**	**0**	**0**
	Saldo total [3] - [6]	**4.353.111**	**0**	**4.353.111**	**0**	**0**
	Saldo global [1] - [4]	**-234.037.205**	**-227.761.208**	**-461.798.413**	**0**	**0**
	Despesa primária	280.373.061	293.386.713	573.759.774	0	0
	Saldo corrente	-205.280.383	-137.841.972	-343.122.355	0	0
	Saldo de capital	-28.756.822	-89.919.236	-118.676.058	0	0
	Saldo primário	-34.604.320	-80.469.236	-115.073.556	0	0

2 - Plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Períodos seguintes						
														2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	22.066.441						n.a.									
	2	Expansão da Rede	D.7	E	5.761.850		27.753.336		2020	2024	3									0
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	37.507.367				2020	2027	3									0
	4	Leasing TREM	D.7	O	52.777.778				2020	2022	n.a.									0
	5	Outros	D.7	E							n.a.									
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			5.000.000		2021	2026	1									
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E			0		2021	2026	1									
				Total	**118.113.436**	**0**	**32.753.336**	**0**			**Total**			**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita

Un.: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2021						2020
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais **[1]**	28.509.677	15.615.751	3.146.042			**47.271.470**	**29.729.751**
	Restituição do saldo de operações orçamentais						0	
	Operações de tesouraria **[A]**						0	
	RECEITA CORRENTE	**107.002.484**	**8.483.263**	**72.020.000**	**0**	**0**	**187.505.747**	**90.028.074**
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0	257.345
R5	Transferências correntes	0	8.483.263	0	0	0	8.483.263	3.963.263
R51	Administrações públicas	0	8.483.263	0	0	0	8.483.263	3.963.263
R511	Administração central - Estado	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263
R512	Administração central - Outras entidades	0	4.520.000	0	0	0	4.520.000	0
R513	Segurança Social						0	0
R514	Administração Regional						0	0
R515	Administração Local	31.088.003	0	0	0	0	31.088.003	20.299.084
R52	Exterior - UE						0	0
R53	Outras						0	0
R6	Venda de bens e serviços	69.247.992	0	0	0	0	69.247.992	62.705.203
R7	Outras receitas correntes	6.666.489	0	0	0	0	6.666.489	2.803.179
	RECEITA DE CAPITAL	**7.287.386**	**38.294.200**	**38.683.399**	**0**	**0**	**84.264.985**	**32.594.211**
R8	Venda de bens de investimento	1.444.226	0	0	0	0	1.444.226	485.327
R9	Transferências de capital	0	38.294.200	0	0	0	38.294.200	31.474.692
R91	Administrações públicas	0	38.294.200	0	0	0	38.294.200	31.474.692
R911	Administração central - Estado	0	38.294.200	0	0	0	38.294.200	31.474.692
R912	Administração Central - Outras entidades		800.000				800.000	3.146.042
R913	Segurança Social		37.494.200				37.494.200	28.328.650
R914	Administração Regional						0	
R92	Exterior - UE			38.683.399			38.683.399	0
R93	Outras			38.683.399			38.683.399	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	33.399	0	0	0	0	33.399	634.192
	Receita efetiva [2]	**114.289.870**	**46.777.463**	**110.703.399**	**0**	**0**	**271.770.732**	**122.622.284**
	Receita não efetiva [3]	**0**	**253.904.909**	**0**	**119.187.522**	**0**	**373.092.431**	**524.236.813**
R12	Receita com ativos financeiros						0	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	253.904.909	0	119.187.522	0	373.092.431	524.236.813
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	**142.799.547**	**316.298.123**	**113.849.441**	**119.187.522**	**0**	**692.134.633**	**676.588.848**
	Operações de tesouraria [B]	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2021						2020
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	DESPESA CORRENTE	**112.257.526**	**46.834.554**	**123.159**	**117.501.665**	**0**	**276.716.905**	**338.897.334**
D1	Despesas com pessoal	74.923.562	3.963.263	0	6.400.000	0	85.286.825	82.455.388
D11	Remunerações certas e permanentes	44.322.710	3.963.263	0	6.400.000	0	54.685.973	52.519.087
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.397.404	0	0	0	0	4.397.404	4.275.031
D13	Segurança social	26.203.448	0	0	0	0	26.203.448	25.661.270
D2	Aquisição de bens e serviços	34.803.237	68.837	115.673	11.931.823	0	46.919.570	47.940.571
D3	Juros e outros encargos	0	42.802.453	0	99.169.842	0	141.972.296	206.705.313
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	
D6	Outras despesas correntes	2.530.727	0	7.486	0	0	2.538.213	1.796.062
	DESPESA DE CAPITAL	**20.397.406**	**92.090.239**	**38.266.267**	**0**	**0**	**150.753.912**	**73.905.446**
D7	Investimento	20.397.406	92.090.239	38.266.267	0	0	150.753.912	73.905.446
D8	Transferências de capital							
D81	Administrações Públicas							
D811	Administração Central - Estado							
D812	Administração Central - Outras entidades							
D813	Segurança Social							
D814	Administração Regional							
D815	Administração Local							
D82	Instituições sem fins lucrativos							
D83	Famílias							
D84	Outras despesas correntes							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	**132.654.933**	**138.924.793**	**38.389.426**	**117.501.665**	**0**	**427.470.817**	**412.802.780**
	Despesa não efetiva [6]	**0**	**139.863.958**	**0**	**0**	**0**	**139.863.958**	**216.514.597**
D10	Despesa com ativos financeiros						0	
D11	Despesa com passivos financeiros	0	139.863.958	0	0	0	139.863.958	216.514.597
	Soma [7] = [5] + [6]	**132.654.933**	**278.788.751**	**38.389.426**	**117.501.665**	**0**	**567.334.775**	**629.317.377**
	Operações de tesouraria [C]	**0**					**0**	**172.143**
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais **[8] = [4] - [7]**	10.144.614	37.509.373	75.460.015	1.685.857	0	124.799.858	47.271.471
	Operações de tesouraria **[D] = [A] + [B] - [C]**	0	0	0	0	0	0	
	Saldo global [2] - [5]	-18.365.063	-92.147.330	72.313.973	-117.501.665	0	-155.700.085	-290.180.496
	Despesa primária	132.654.933	96.122.339	38.389.426	18.331.823	0	285.498.521	206.097.467
	Saldo de capital	-13.110.020	-53.796.039	417.132	0	0	-66.488.927	-41.311.235
	Saldo primário	-18.365.063	-49.344.876	72.313.973	-18.331.823	0	-13.727.789	-83.475.183
	Receita total [1] + [2] + [3]	142.799.547	316.298.123	113.849.441	119.187.522	0	692.134.633	676.588.848
	Despesa total [5] + [6]	132.654.933	278.788.751	38.389.426	117.501.665	0	567.334.775	629.317.377

Demonstração de execução orçamental da receita

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições: Emitidos (6)	Reembolsos e restituições: Pagos (7)	Receitas cobradas líquidas: 2020 (8)	Receitas cobradas líquidas: 2021 (9)	Receitas cobradas líquidas: Total (10) = (5) - (7)	Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental: Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Grau de execução orçamental: Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
	RECEITA CORRENTE	**149.752.553**	**0**	**187.505.747**	**0**	**187.505.747**	**0**	**0**	**0**	**187.505.747**	**187.505.747**	**0**	**-**	**-**
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R11	Impostos diretos								0		0			
R12	Impostos indiretos								0		0			
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde								0		0			
R3	Taxas, multas e outras penalidades								0		0			
R4	Rendimentos da propriedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R5	Transferências correntes	21.620.000	0	8.483.263	0	8.483.263	0	0	0	8.483.263	8.483.263	0	-	-
R51	Administrações públicas	21.620.000	0	8.483.263	0	8.483.263	0	0	0	8.483.263	8.483.263	0	-	-
R511	Administração central - Estado	17.100.000	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0	-	-
R512	Administração central - Outras entidades	4.520.000	0	4.520.000	0	4.520.000	0	0	0	4.520.000	4.520.000	0	-	-
R513	Segurança Social								0		0		-	-
R514	Administração Regional								0		0		-	-
R515	Administração Local	31.088.008	0	31.088.003	0	31.088.003	0	0	0	31.088.003	31.088.003	0	-	-
R52	Exterior - UE										0		-	-
R53	Outras										0			
R6	Venda de bens e serviços	69.985.383	0	69.247.992	0	69.247.992	0	0	0	69.247.992	69.247.992	0	-	-
R7	Outras receitas correntes	17.059.162	0	6.666.489	0	6.666.489	0	0	0	6.666.489	6.666.489	0	-	-
	RECEITA DE CAPITAL	**469.571.976**	**0**	**457.357.416**	**0**	**457.357.416**	**0**	**0**	**0**	**457.357.416**	**457.357.416**	**0**	**-**	**-**
R8	Venda de bens de investimento	1.444.227	0	1.444.226	0	1.444.226	0	0	0	1.444.226	1.444.226	0	-	-
R9	Transferências de capital	76.327.599	0	76.977.599	0	76.977.599	0	0	0	76.977.599	76.977.599	0	-	-
R91	Administrações públicas	37.644.200	0	38.294.200	0	38.294.200	0	0	0	38.294.200	38.294.200	0	-	-
R911	Administração central - Estado	37.644.200	0	38.294.200	0	38.294.200	0	0	0	38.294.200	38.294.200	0	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades								0		0	0	-	-
R913	Segurança Social								0		0	0	-	-
R914	Administração Regional								0		0	0	-	-
R915	Administração Local								0		0	0	-	-
R92	Exterior - UE	38.683.399	0	38.683.399	0	38.683.399	0	0	0	38.683.399	38.683.399	0	-	-
R10	Outras receitas de capital								0		0	0	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	33.399	0	33.399	0	33.399	0	0	0	33.399	33.399	0	-	-
R12	Ativos financeiros	5.809.762		5.809.761	0	5.809.761	0	0		5.809.761	5.809.761	0		
R13	Passivos financeiros	385.956.989	0	373.092.431	0	373.092.431	0	0	0	373.092.431	373.092.431	0	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	47.271.472		47.271.470		47.271.470				47.271.470	47.271.470	0	-	-
		666.596.001	**0**	**692.134.633**	**0**	**692.134.633**	**0**	**0**	**0**	**692.134.633**	**692.134.633**	**0**	**-**	**-**

Demonstração de execução orçamental da despesa

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
	DESPESA CORRENTE	**3.639.452**	**312.162.796**	**6.403.847**	**283.496.269**	**283.496.269**	**3.669.703**	**273.047.201**	**276.716.903**	**0**	**6.779.366**	**1,2**	**87,5**
D1	Despesas com pessoal	1.711	98.524.523	0	85.287.779	85.287.779	1.711	85.285.114	85.286.825	0	954	0,0	86,6
D11	Remunerações certas e permanentes	0	65.248.439	0	54.685.974	54.685.974	0	54.685.973	54.685.973	0	1	0,0	83,8
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	4.497.415	0	4.397.414	4.397.405	0	4.397.405	4.397.405	9	0	0,0	97,8
D13	Segurança social	1.711	28.778.669	0	26.204.391	26.204.391	1.711	26.201.736	26.203.447	0	944	0,0	91,0
D2	Aquisição de bens e serviços	3.629.088	61.749.647	6.403.847	53.223.182	53.223.182	3.629.088	43.290.482	46.919.570	0	6.303.612	5,9	70,1
D3	Juros e outros encargos	8.653	147.291.972	0	141.972.295	141.972.295	8.653	141.963.643	141.972.295	0	0	0,0	96,4
D4	Transferências correntes										0		
D41	Administrações Públicas										0		
D411	Administração Central - Estado										0		
D412	Administração Central - Outras entidades										0		
D413	Segurança Social										0		
D414	Administração Regional										0		
D415	Administração Local										0		
D42	Instituições sem fins lucrativos										0		
D43	Famílias										0		
D44	Outras despesas correntes										0		
D5	Subsídios										0		
D6	Outras despesas correntes	0	4.596.654	0	3.013.013	3.013.013	30.251	2.507.962	2.538.213	0	474.800	0,7	54,6
	DESPESA DE CAPITAL	**5.064.953**	**351.287.163**	**0**	**324.974.520**	**324.974.520**	**5.064.953**	**285.552.918**	**290.617.871**	**0**	**34.356.649**	**1,4**	**81,3**
D7	Investimento	5.064.953	211.423.204	0	185.110.561	185.110.561	5.064.953	145.688.960	150.753.913	0	34.356.648	2,4	68,9
D8	Transferências de capital										0	-	-
D81	Administrações Públicas										0	-	-
D811	Administração Central - Estado										0	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades										0	-	-
D813	Segurança Social										0	-	-
D814	Administração Regional										0	-	-
D815	Administração Local										0	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos										0	-	-
D83	Famílias										0	-	-
D84	Outras despesas correntes										0	-	-
D9	Outras despesas de capital										0	-	-
D10	Ativos financeiros										0	-	-
D11	Passivos financeiros	0	139.863.959	0	139.863.959	139.863.959	0	139.863.958	139.863.958	0	1	0,0	100,0
		8.704.405	**663.449.959**	**6.403.847**	**608.470.789**	**608.470.789**	**8.734.656**	**558.600.119**	**567.334.774**	**0**	**41.136.015**	**1,3**	**84,2**

Execução plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t	Anos seguintes	Total	Anos seguintes	2021	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[17]	[18]
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	8.970.251	1.150.450									10.120.701	10.120.701	45,86%	
	2	Expansão da Rede	D.2	E	48.565	62.506									111.071	111.071	0,33%	
	2	Expansão da Rede	D.7	E	297.569	2.478.142	38.266.267								41.041.978	41.041.978	122,46%	
	3	Modernização e CBTC	D.2	E/O	20.272	15.939									36.211	36.211	0,10%	
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	22.492.469	16.437.524									38.929.993	38.929.993	103,79%	
	4	Leasing TREM	D.7	O	52.777.778										52.777.778	52.777.778	100,00%	
	5	Outros	D.7	E	7.552.171	331.291									7.883.462	7.883.462	-	
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2	E			68.509								68.509	68.509	1,37%	
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2	E			54.650								54.650	54.650	-	
				Total	**92.159.075**	**20.475.852**	**38.389.426**	**0**		**Total**	**0**	**0**	**0**	**0**	**151.024.352**	**151.024.352**	**100,10%**	

Alterações orçamentais da receita

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Receita: Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais: Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais: Diminuições/anulações [5]	Alterações orçamentais: Créditos especiais [6]	Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
	RECEITA CORRENTE	**151.969.941**	**31.100.293**	**37.837.683**	**4.520.000**	**149.752.551**	
R1	Receita fiscal						
R11	Impostos diretos						
R12	Impostos indiretos						
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades						
R4	Rendimentos da propriedade	0	0	0	0	0	
R5	Transferências correntes	17.100.000	0	0	4.520.000	21.620.000	
R51	Administrações públicas	17.100.000	0	0	4.520.000	21.620.000	
R511	Administração central - Estado	17.100.000	0	0	0	17.100.000	
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	4.520.000	4.520.000	
R515	Administração Local	0		0	0	0	
R6	Venda de bens e serviços	104.046.748	0	34.061.365	0	69.985.383	
R7	Outras receitas correntes	20.823.193	0	3.776.319	0	17.046.874	
	RECEITA DE CAPITAL	**60.947.536**	**894.227**	**0**	**15.930.063**	**77.771.827**	
R8	Venda de bens de investimento	550.000	894.227	0	0	1.444.227	
R9	Transferências de capital	60.397.536	0	0		60.397.536	
R91	Administrações públicas	37.644.200	0	0	0	37.644.200	
R911	Administração central - Estado	37.644.200	0	0	0	37.644.200	
R912	Administração Central - Outras entidades					0	
R913	Segurança Social					0	
R914	Administração Regional					0	
R915	Administração Local					0	
R92	Exterior - UE	22.753.336	0	0	15.930.063	38.683.399	
R93	Outras	0				0	
R10	Outras receitas de capital					0	
						0	
	Receita efetiva [1]	**212.917.477**	**31.994.520**	**37.837.683**	**20.450.063**	**227.524.378**	
	Receita não efetiva [2]	**367.625.166**	**153.970.332**	**100.855.699**	**18.331.823**	**433.261.861**	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	33.399	0	0	33.399	
R13	Passivos financeiros	367.625.166	100.855.699	100.855.699	18.331.823	385.956.990	
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0	47.271.472			47.271.472	
	Receita total [3] = [1] + [2]	**580.542.643**	**185.964.853**	**138.693.382**	**38.781.886**	**666.596.001**	

Alterações orçamentais da despesa

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Despesa: Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais: Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais: Diminuições/anulações [5]	Alterações orçamentais: Créditos especiais [6]	Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		289.811.913	**51.966.145**	**47.947.085**	**18.331.823**	**312.162.796**	
D1	Despesas com o pessoal	84.002.460	9.483.186	1.361.123	6.400.000	98.524.523	
D11	Remunerações certas e permanentes	54.275.298	5.888.110	1.314.969	6.400.000	65.248.439	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.437.456	59.959	0	0	4.497.415	
D13	Segurança social	25.289.706	3.535.117	46.154	0	28.778.669	
D2	Aquisição de bens e serviços	57.776.516	38.453.116	46.411.808	11.931.823	61.749.647	
D3	Juros e outros encargos	147.291.972	174.154	174.154	0	147.291.972	
D6	Outras despesas correntes	740.965	3.855.689	0	0	4.596.654	
		150.866.772	**40.106.369**	**0**	**20.450.063**	**211.423.204**	
D7	Investimento	150.866.772	40.106.369	0	20.450.063	211.423.204	
	Despesa efetiva [4]	**440.678.685**	**92.072.514**	**47.947.085**	**38.781.887**	**523.586.001**	
	Despesa não efetiva [5]	**139.863.958**	**0**	**0**	**0**	139.863.958	
D11	Despesa com passivos financeiros	139.863.958	0	0	0	139.863.958	
	Despesa total [6] = [4] + [5]	**580.542.643**	**92.072.514**	**47.947.085**	**38.781.887**	**663.449.959**	
	Saldo total [3] - [6]	**0**	**93.892.339**	**90.746.297**	**0**	**3.146.042**	
	Saldo global [1] - [4]	**-227.761.208**	**-60.077.994**	**-10.109.402**	**-18.331.823**	**-296.061.623**	
	Despesa primária	**293.386.713**	**91.898.360**	**47.772.931**	**38.781.887**	**376.294.029**	
	Saldo corrente	-137.841.972	-20.865.852	-10.109.402	-13.811.823	-162.410.246	
	Saldo de capital	-89.919.236	-39.212.142	0	-4.520.000	-133.651.378	
	Saldo primário	-80.469.236	-59.903.840	-9.935.248	-18.331.823	-148.769.651	

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Início	Fim	2021		Períodos seguintes					
						Dotação anual	Dotação corrigida	2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
	1	Remodelação da Rede	D.7			22.066.441	17.146.310	10.120.701					-4.920.131
	2	Expansão da Rede	D.2	2020	2024		137.209	111.071					137.209
	2	Expansão da Rede	D.7	2020	2024	33.515.186	73.688.493	41.041.978	0	0	0	0	40.173.307
	3	Modernização e CBTC	D.2	2020	2027		53.965	36.211					53.965
	3	Modernização e CBTC	D.7	2020	2027	37.507.367	46.790.915	38.929.993	0	0	0	0	9.283.548
	4	Leasing TREM	D.7	2020	2022	52.777.778	52.777.778	52.777.778	0	0	0	0	0
	5	Outros	D.7			0	12.448.965	7.883.462					12.448.965
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2	2021	2026		2.002.543	68.509					2.002.543
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	2021	2026	5.000.000	2.997.457						-2.002.543
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2	2021	2026		666.680	54.650					666.680
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	2021	2026	0	4.333.320						4.333.320
					Total	**150.866.772**	**213.043.635**	**151.024.352**	**0**	**0**	**0**	**0**	**62.176.863**

Operações de tesouraria

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		**0**	**71.896.841**		**71.896.841**
R.17	Operações Extraorçamentais	0	71.896.841		71.896.841
R.17.02	Outras operações de tesouraria	0	71.896.841		71.896.841
R.17.02.00.O0.00	Ots operações de tesouraria	0	71.896.841		71.896.841
DESPESA		**0**		**0**	**0**
D.12	Operações Extraorçamentais	0		0	0
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0		0	0
D.12.02.00.O0.00	Ots operações de tesouraria	0		0	0
	Total	**0**	**71.896.841**	**0**	**71.896.841**

vi. Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

RELATÓRIO CONSOLIDADO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2021

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)[1] e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)[2], cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão[3], as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ML e respetivas participadas ("Grupo ML" [4]) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021[5], atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)[6], os Relatórios de Auditoria do Auditor Externo[7] e os correspondentes Relatórios Adicionais[8].

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2021, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo

---

[1] O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

[2] Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

[3] Apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC.

[4] As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E., que, entretanto, foi extinta, tendo os seus serviços sido assumidos pela TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.) estão incluídos nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

[5] Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão em 31 de maio de 2022, na sequência da respetiva aprovação, na mesma data, pelo Conselho de Administração.

[6] Datadas de 31 de maio de 2022.

[7] Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

[8] Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua atual redação.

Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)[9].

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;

b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 31 de maio de 2022, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)[10] e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do *GRI Standards*;

c) As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o Conselho de Administração procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;

d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017[11], acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML ao longo de 2021, bem como os subsequentes procedimentos de encerramento e revisão das contas.

Em 2021, consideramos ser de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

a) Análise da proposta de plano de atividades e orçamento para 2021("revisão Março/2021"), com a emissão do respetivo parecer;

b) Análise da proposta de plano de atividades e orçamento para 2022 e emissão do respetivo parecer;

[9] Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.

[10] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

[11] O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.

c) Elaboração do relatório trimestral do CF de acompanhamento da execução referente ao 1.º trimestre de 2021;

d) Consulta das atas das reuniões do CA;

e) Realização de 21 reuniões do CF.

Já em 2022, e com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas relativas ao exercício de 2021, são de realçar as seguintes atividades:

a) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referentes aos 2.º e 3.º trimestre de 2021;

b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;

c) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;

d) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;

e) Consulta das atas das reuniões do CA;

f) Análise do Relatório de gestão único apresentado em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2021 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC, dos Auditores Externos e de todos os membros do CF.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO CONSOLIDADO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. O relatório consolidado apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML e do Grupo ML durante o exercício de 2021,

encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML e do Grupo ML, o CF realça, ainda que em síntese, os seguintes aspetos identificados naquele relatório:

a) A pandemia COVID-19 teve impactes muito significativos na atividade da ML, nomeadamente pela forte redução da procura. Nesse contexto, a oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando[12], tendo sido transportados apenas 81,3 M de passageiros (validações), o que corresponde a uma variação negativa de 53,2% (-92,4 M de passageiros) face a 2019 (pré-pandemia);

b) Apesar das dificuldades decorrentes da situação de pandemia, a ML assegurou a continuidade dos vários trabalhos e projetos em curso, sendo de realçar: (i) expansão da rede – prolongamento das linhas amarela e verde; (ii) reabertura da estação de Arroios, após a conclusão das obras de remodelação e ampliação; (iii) instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controlo e supervisão da rede; (iv) retoma do processo de aquisição do novo sistema de sinalização ferroviária e de 14 novas unidades triplas[13]; (v) futuras expansões da rede – prolongamento da linha vermelha e linha intermodal ocidental e oriental sustentável;

c) A Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult, S.A.) em 2021, após concretizada no final de 2020 a integração dos seus trabalhadores na ML, não desenvolveu qualquer atividade de projetos e consultoria, tal como previsto no plano de reestruturação;

d) Continuidade do processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, bem como de técnicos superiores para outras áreas. Não obstante, em 2021, face a 2020, registou-se um aumento líquido de apenas três trabalhadores.

3.2. As demonstrações financeiras individuais, reportadas a 31 de dezembro de 2021, evidenciam uma melhoria da situação patrimonial da empresa face a 31 de dezembro de 2020, traduzida num

[12] Recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação, sem prejuízo do cumprimento do limite máximo legal de carga por comboio.

[13] Na sequência da obtenção do visto do Tribunal de Contas, em maio de 2021, após um período de suspensão dos efeitos do contrato de adjudicação imposto pelo processo judicial entretanto extinto.

capital próprio de 1.761.058.651 € (+256.289.768 €), ascendendo o ativo total a 5.820.484.379 € (+124.024.732 €) e o passivo total a 4.059.425.728 € (-132.265.036 €).

Porém, tal evolução resulta essencialmente do aumento do capital social, 253,9 milhões de euros (M€) totalmente subscritos e realizados, dado que a empresa continua a gerar prejuízos, que em 2021 ascenderam a 22,9 M€, ainda que se registe uma melhoria face a 2020 (prejuízo de 57,1 M€).

O resultado operacional situou-se em 2,3 M€, registando-se uma evolução favorável de 35,1 M€ face a 2020 (-32,7 M€) pela conjugação do aumento dos rendimentos (+30,3 M€) e da redução dos gastos (-4,8 M€).

A variação dos rendimentos traduz os efeitos da situação de pandemia COVID-19 que afetou todo o ano de 2021, com decréscimos, face a 2019 (pré-pandemia), da procura em 54,2% (passageiros x km transportados) e, consequentemente, da receita de serviço público[14] (-47,6 M€). Neste contexto, foi atribuída à ML uma compensação de 36,7 M€ (PART variável), valor inferior à quebra da receita de serviço público, verificando-se assim, em termos globais, -10,9 M€, face a 2019, nestas componentes dos rendimentos.

Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (25,2 M€), aumentando 0,9 M€ face a 2020, sendo que cerca de 94% destes encargos (23,8 M€) referem-se aos juros decorrentes de contratos *swaps*.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo remunerado da ML situou-se em 3.339,0 M€, representando uma redução de 1,2% (-39,0 M€ face a 31 de dezembro de 2020), sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem já a 61,3% do total (57,6% em 31 de dezembro de 2020)[15].

O investimento capitalizado em 2021 no ativo fixo da ML[16] ascendeu a 87,4 M€ (aumento de 74,9%, +65,5 M€, face a 2020), sendo de destacar:

- Prolongamento Rato/Cais do Sodré (41,0 M€);
- Modernização das linhas azul, amarela e verde – Material circulante e Sinalização (31,4 M€);
- Remodelação e ampliação das estações Areeiro e Arroios (4,7 M€).

[14] Considerando as receitas de títulos de transporte (passes e títulos ocasionais/bilhetes), as compensações financeiras relacionadas com os passes sociais 4-18/Sub23/social+ e a isenção de pagamento atribuída aos antigos combatentes, bem como os valores recebidos no âmbito do PART (AML).

[15] Registando-se uma redução significativa do peso da dívida ao BEI (de 6,5% para 2,4%) e pequenas variações do peso dos empréstimos obrigacionistas (de 26,9% para 27,3%) e do financiamento *Schuldschein* (de 8,9% para 9,0%).

[16] Formação Bruta de Capital Fixo.

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2021, regista-se o aumento do saldo de caixa em 77,5 M€, o que foi possível através da obtenção de saldos positivos das atividades de financiamento (91,3 M€, com o valor dos aumentos de capital e dos financiamentos obtidos, embora globalmente inferior ao de 2020, a exceder o valor das amortizações da dívida e dos juros e gastos similares) e de investimento (3,6 M€, com os recebimentos de subsídios ao investimento a exceder os pagamentos totais em investimentos). A atividade operacional gerou um cash-flow negativo em 17,3 M€, sendo de realçar, porém, a evolução favorável face a 2020, em que o saldo foi de -41,3 M€.

3.3. As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2021, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.877.131.602 €, um passivo total de 4.146.711.460 € e um capital próprio de 1.730.420.142 €. A diferença mais relevante decorre dos financiamentos à TREM II que no final de 2021 ascendiam a 56,1 M€.

O resultado líquido consolidado em 2021 ascendeu a 22,9 M€, demonstrando a insuficiência dos resultados operacionais (2,4 M€) para fazer face aos resultados financeiros (-25,3 M€).

3.4. Face ao exposto, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML e do Grupo ML, é desejável o seguinte:

a) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);

b) Manter o modelo de financiamento através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos a regularização da atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;

c) Apesar das dificuldades decorrentes da situação de pandemia provocada pela COVID–19, a qual tem causado um forte impacte negativo sobre a economia mundial e nacional, continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2021 foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, datadas de 31 de maio de 2022, expressam uma opinião com reservas (três reservas por limitação do âmbito e duas ênfases).

As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015. Acresce que, por falta de informação suficiente, não é possível concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas relativas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão;

b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2021;

c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2021, o montante de 29,7 M€ relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora.

Os Relatórios de Auditoria, relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b) do Código dos Valores Mobiliários, datados de 31 de maio de 2022, expressam uma opinião com reservas (quatro reservas e três ênfases).

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação, já que à reserva da CLC identificada na alínea a) supra correspondem duas reservas do Relatório de Auditoria.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, com especial relevância para a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO "ACIONISTA"

Com relevância para o presente ponto, destaca-se que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, foi aprovada a proposta de PAO da ML para 2021 e foi concedida autorização para: (i) a contratação de dez trabalhadores, devendo a empresa assegurar que o número de trabalhadores do final de 2021 não excede em mais de dez o verificado no final de 2020; (ii) o aumento dos gastos com pessoal até ao máximo de 4,3 M€[17], justificado pela integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A., pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor e da atualização do Plano de Pensões; (iii) o aumento em 75 mil € (m€) dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel (limitando estes gastos a 414,3 m€, em 2021); e (iv) o aumento do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 435 m€ (limitando estes gastos a 2,7 M€, em 2021).

Neste contexto, e atenta a informação constante no ponto VII do relatório de gestão, destaca-se:

a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2021

Não foram fixados objetivos de gestão para 2021, pelo que o relatório de gestão evidencia o grau de execução de indicadores de eficiência, investimento e endividamento projetados no PAO 2021, bem como o grau de execução do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios.

[17] Limitando os gastos com pessoal a 85,8 M€, em 2021.

b) Eficiência Operacional

O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios[18] (95,2%) registou um desvio favorável em 5,9 p.p. face ao orçamentado e aprovado para 2021 (101,1%), relevando que, para o cálculo do referido rácio, foram subtraídos gastos (1,0 M€) e foram somadas perdas de receita (54,1 M€)[19] justificadamente relacionados com a pandemia por COVID-19, bem como foram subtraídos os gastos decorrentes da integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A.[20] (1,8 M€).

Tendo em consideração os termos do Despacho de aprovação do PAO 2021, bem como as orientações emitidas sobre a matéria[21], salienta-se que os gastos com pessoal registados em 2021 (82,8 M€) representam um desvio favorável de 3,0 M€ face ao orçamentado e aprovado para o período (85,8 M€) e representam um aumento de 2,5 M€ face ao período homólogo do ano anterior, decorrendo este último da integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A. (1,8 M€) e das progressões (1,1 M€).

Em 2021, o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel (309,0 m€) e o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (1,4 M€), apresentaram execuções dentro dos limites orçamentados e aprovados para o período (375,6 m€ e 2,7 M€, respetivamente).

c) Evolução dos recursos humanos

A 31 de dezembro de 2021, a ML contabilizava um total de 1.516[22] trabalhadores (1.513[23] trabalhadores, em 31 de dezembro de 2020) que corresponde a um aumento líquido de 3 trabalhadores face a 2020.

d) Estatuto do Gestor Público (EGP)[24]

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao

[18] Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.
No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

[19] Perdas de receita tarifária (bilhetes e passes) e não tarifária (venda e personalização de cartões, espaços comerciais e publicidade).

[20] A integração, com efeitos a dezembro de 2020, foi autorizada pelo Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

[21] Foram estabelecidas metas de manutenção/redução, face ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 e os executados em 2019, dos seguintes gastos: i) com pessoal; ii) com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel; e iii) com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

[22] Não considerando os órgãos sociais.

[23] Não considerando os órgãos sociais.

[24] Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.

limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

No que respeita à reposição, por parte dos Administradores designados para o mandato 2017-2019, da diferença entre a remuneração auferida tendo por referência a classificação A e a classificação B atribuída à empresa, este órgão releva que o Administrador, à data, com os pelouros jurídico e capital humano não deu cumprimento integral ao determinado no Despacho do Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, de 18 de abril de 2019.

e) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 3,37% face a 31 de dezembro de 2020, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela DGTF, o que constitui uma ultrapassagem do limite de 2,07% aprovado no âmbito do PAO 2021. Importa realçar que o PAO 2021 (aprovado) teve como pressupostos (entre outros) a conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos DGTF) por incorporação em ativo do Estado (64,6 M€) e a conversão de passivo corrente em capital (33,2 M€) no valor global de 97,8 M€ que não se concretizaram.

f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho[25] da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da UTE nos anos de 2020 e de 2021, exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado. No final do período, a ML registava uma taxa de 71,7% de centralização dos saldos junto do IGCP.

g) Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos[26] que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML celebrou um contrato de valor superior a 5 M€.

h) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de pagamentos era de 36 dias e os pagamentos em atraso de 114,6 m€.

[25] De 12 de novembro de 2020.
[26] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Embora não tenham sido celebrados contratos de gestão, este órgão releva que, em cumprimento do previsto no n.º 4 n.º artigo 67.º da LOE 2021, se verificou um agravamento dos pagamentos em atraso face a 31 de dezembro de 2020[27].

i) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.

j) Contabilidade Orçamental

O SNC-AP é apenas aplicável à ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, a ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2021, em anexo ao relatório de gestão, cujo processo ainda carece de alguma melhoria.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2021, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). Em anexo ao RGS 2021, a ML apresentou o relatório que inclui a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC.

Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2021, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2021 da ML, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2022, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o RGS 2021 inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

[27] Em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos em atraso eram de 91,8 m€.

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da ML evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2021.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2021, atentas as reservas e ênfases expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de 22.900.570 €, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 31 de maio de 2022.

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetiva	Vogal efetiva
(José Carlos Pereira Nunes)	(Cristina Maria Pereira Freire)	(Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

vii. Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.820.484.379 euros e um total de capital próprio de 1.761.058.651 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.900.570 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, atos esses que estão a ser contestados judicialmente. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o ativo não corrente compreende o montante de 5.400.543.332 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.212.263.064 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (14.556.063 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.173.724.204 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.899.453.031 euros, do qual 1.730.374.092 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sociedade Civil sob forma comercial • Capital Social: 25.000 euros • Matriculada na CRC Lisboa com o NIPC 502 289 740
Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 74 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM com o n.º 20161408
Rua Américo Durão, 6 – 8º Esq. – 1900-064 LISBOA - PORTUGAL • TEL.: 21 829 28 80 • acad@acad.pt • www.acad.pt

classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados

é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 14.556.063 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 136.224.411 euros (dos quais 116.960.782 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 4.11, 5.4, e 21 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2021, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 270.784.682 euros. As notas 4.15 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) foi alterada em 2020 por forma a reforçar financeiramente este mecanismo de compensação, designadamente, com a criação do PART "Variável" que visa compensar os operadores de transportes de passageiros da perda de receita derivada da quebra da procura, mantendo-se o cumprimento de determinados níveis de serviço. Por determinação da Área Metropolitana de Lisboa (AML)/ Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), e de acordo com a legislação em vigor, convencionou-se que a receita a garantir ao ML corresponderia a 90% da receita de 2019, ajustada das taxas de atualização tarifária de 2020 e 2021.

O ML apresenta, em 2021, vendas e serviços prestados, no montante de 66.889.972 euros e subsídios à exploração no montante de 38.044.153 euros, dos quais 36.718.196 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 4.13, 4.16, 24 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria. Em 2021 o financiamento das compensações tarifárias, ao abrigo do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, passou a estar dependente da aprovação de candidaturas a submeter pela AML ao Fundo Ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o ML tem registado nas suas contas uma estimativa dos valores por receber relativos ao PART "Fixo" no montante 2.680.316 euros e ao PART "Variável" no montante 5.221.627 euros, cuja candidatura, nessa data, ainda não tinha sido objeto de aprovação. Face à relevância dos montantes envolvidos e à complexidade dos pressupostos e julgamentos inerentes, estas estimativas constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; • Indagações junto da TML quanto à confirmação dos montantes estimados pelo ML, bem como quanto à situação da aprovação da candidatura à data; • Recálculo das estimativas do PART "Fixo" e "Variável" tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; • Consulta do histórico das candidaturas aprovadas para financiamento do PART, nos termos do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, de 1 de abril, e consulta dos

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
	diversos Despachos dos membros do Governo do Ministério das Finanças, que nos foram disponibilizados pelo ML, com referências ao pagamento das compensações do PART; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devidas a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 692.134.633 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 567.334.775 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental encontra-se organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de

preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa" e "Transferências e subsídios".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao ML quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.877.131.602 euros e um total de capital próprio de 1.730.420.142 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.901.284 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o ativo não corrente compreende o montante de 5.400.543.332 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.212.263.064 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (14.556.063 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.173.724.204 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.899.453.031 euros, do

Sociedade Civil sob forma comercial • Capital Social: 25.000 euros • Matriculada na CRC Lisboa com o NIPC 502 289 740
Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 74 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM com o n.º 20161408
Rua Américo Durão, 6 – 8º Esq. – 1900-064 LISBOA - PORTUGAL • TEL.: 21 829 28 80 • acad@acad.pt • www.acad.pt

qual 1.730.374.092 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos ao ML, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente consolidado seja substancialmente superior ao ativo corrente consolidado. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do ML relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados do ML naquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo Relatório de Gestão, por considerar que as demonstrações financeiras em causa e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo consolidado ascende a 14.556.063 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 136.224.411 euros (dos quais 116.960.782 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 3.12, 5.4, e 21 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 270.784.682 euros. As notas 3.16 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito do Grupo resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público da empresa-mãe.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) foi alterada em 2020 por forma a reforçar financeiramente este mecanismo de compensação, designadamente, com a criação do PART "Variável" que visa compensar os operadores de transportes de passageiros da perda de receita derivada da quebra da procura, mantendo-se o cumprimento de determinados níveis de serviço. Por determinação da Área Metropolitana de Lisboa (AML)/ Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), e de acordo com a legislação em vigor, convencionou-se que a receita a garantir ao ML corresponderia a 90% da receita de 2019, ajustada das taxas de atualização tarifária de 2020 e 2021.

O Grupo apresenta, em 2021, vendas e serviços prestados, no montante de 67.430.724 euros e subsídios à exploração no montante de 38.044.153 euros, dos quais 36.718.196 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 3.14, 3.17, 24 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria. Em 2021 o financiamento das compensações tarifárias, ao abrigo do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, passou a estar dependente da aprovação de candidaturas a submeter pela AML ao Fundo Ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o ML tem registado nas suas contas uma estimativa dos valores por receber relativos ao PART "Fixo" no montante 2.680.316 euros e ao PART "Variável" no montante 5.221.627 euros, cuja candidatura, nessa data, ainda não tinha sido objeto de aprovação. Face à relevância dos montantes envolvidos e à complexidade dos pressupostos e julgamentos inerentes, estas estimativas constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; • Indagações junto da TML quanto à confirmação dos montantes estimados pelo ML, bem como quanto à situação da aprovação da candidatura à data;

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
	• Recálculo das estimativas do PART "Fixo" e "Variável" tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; • Consulta do histórico das candidaturas aprovadas para financiamento do PART, nos termos do n.º 5 do Despacho 3515-A/2021, de 1 de abril, e consulta dos diversos Despachos dos membros do Governo do Ministério das Finanças, que nos foram disponibilizados pelo ML, com referências ao pagamento das compensações do PART; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", relatório de governo societário e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma

distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis

em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado Relatório Consolidado e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (entidade-mãe do Grupo), pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa

auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

8/8

viii. Relatório do Auditor Externo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5 820 484 379 euros e um total de capital próprio de 1 761 058 651 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22 900 570 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de cerca de 5 401 milhões de euros (31dez2020: cerca de 5 391 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 174 milhões de euros (31dez2020: cerca de 2 164 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos de infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 730 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 946 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 169 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 056 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nas demonstrações financeiras do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações

financeiras de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica "Diferimentos" inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2020) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para a sua regularização. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2021 um aumento de capital social de cerca de 254 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 192 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 893 milhões de euros), o Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do exercício de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo relatório de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme referido no relatório de gestão e nas notas 1 e 37 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano de Lisboa promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. Adicionalmente, o início do exercício de 2022 tem sido caracterizado por diversos fatores adversos significativos, nomeadamente: (i) ocorreu uma quinta vaga da pandemia da Covid-19, a qual, porém, não originou uma desaceleração tão significativa da atividade económica; (ii) em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia, da qual resultará, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do seu impacto económico, que a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços, criando uma elevada instabilidade na atividade económica mundial e; (iii) confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do Índice harmonizado de preços do Consumidor, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o Instituto Nacional de Estatística, nos 5,5%, sendo que a variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento. Em setores altamente dependentes de energia elétrica, como é o caso do Metropolitano, prevê-se um elevado agravamento nos gastos de energia, o que inevitavelmente penalizará o seu rácio de eficiência operacional. Na presente data, não é possível estimar com um grau de precisão mínimo os impactos destas situações na atividade da Empresa, estando o Metropolitano de Lisboa a fazer um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, de forma a preparar um plano de resposta com vista a assegurar a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção "Bases para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 14,6 milhões de euros (31dez2020: cerca de 13,7 milhões de euros) e no passivo por cerca de 136,2 milhões de euros (31dez2020: cerca de 281,6 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11, 5.4, 21 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2021; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsídios à exploração	
As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 66,9 milhões de euros (31dez2020: 66,8 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 38 milhões euros (31dez2020: 21,7 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 4.16 do anexo às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que a Empresa não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte, subsídios associados à Pandemia da Covid-19. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16, 24 e 25 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: - Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; - Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; - Reuniões com a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Asserções obtidas junto da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Análise do relatório de auditoria de conformidade ao sistema intermodal de Lisboa, elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), enquanto autoridade de auditoria; - Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; - Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os ofícios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; - Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 18 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

(ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário e a informação não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do "Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras", somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Metropolitano de Lisboa nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Empresa incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.

(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa nesta mesma data.

(iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos à Empresa e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

_____

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245°, Nº 1, ALÍNEA B) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Grupo Metropolitano), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5 877 131 602 euros e um total de capital próprio de 1 730 420 142 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22 901 284 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de cerca de 5 401 milhões de euros (31dez2020: cerca de 5 391 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 174 milhões de euros (31dez2020: cerca de 2 164 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos de infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 730 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 946 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 169 milhões de euros (31dez2020: cerca de 1 056 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo Metropolitano pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 212 milhões de euros (31dez2020: cerca de 3 211 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e aos impactos destas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Grupo Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público, por metropolitano, de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à

concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo Metropolitano, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, o Grupo Metropolitano procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica "Outros créditos a receber" inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2020) de obras efetuadas pelo Grupo Metropolitano por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Metropolitano nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2021 um aumento de capital social de cerca de 254 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 197 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 951 milhões de euros), o Grupo Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração do Grupo Metropolitano entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu Acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme divulgado na nota 1 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2020 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício, conforme a proposta incluída no respetivo relatório de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras consolidadas e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme referido no relatório de gestão e nas notas 1 e 37 do anexo às demonstrações financeiras, o Grupo Metropolitano de Lisboa promoveu em 2021 a manutenção das medidas necessárias a mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia Covid-19 na sua atividade. Adicionalmente, o início do exercício de 2022 tem sido caracterizado por diversos fatores adversos significativos, nomeadamente: (i) ocorreu uma quinta vaga da pandemia da Covid-19, a qual, porém, não originou uma desaceleração tão significativa da atividade económica; (ii) em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia, da qual resultará, sem embargo da incerteza que caracteriza a magnitude do seu impacto económico, que a substituição das importações de gás russo levará possivelmente a que se incorram em custos acrescidos, para além das restantes repercussões nas cadeias de valor globais, que elevarão os custos de bens e serviços, criando uma elevada instabilidade na atividade económica mundial e; (iii) confirmando a rota ascendente que já vinha sendo traçada desde 2021, a estimativa para a variação do Índice harmonizado de preços do Consumidor, relativa ao mês de março de 2022, fixou-se, de acordo o Instituto Nacional de Estatística, nos 5,5%, sendo que a variação da componente dos bens energéticos tem-se revelado um dos principais motores deste aumento. Em setores altamente dependentes de energia elétrica, como é o caso do Metropolitano, prevê-se um elevado agravamento nos gastos de energia, o que inevitavelmente penalizará o seu rácio de eficiência operacional. Na presente data, não é possível estimar com um grau de precisão mínimo os impactos destas situações na atividade da Empresa, estando o Metropolitano de Lisboa a fazer um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, de forma a preparar um plano de resposta com vista a assegurar a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção "Bases para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o Grupo Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 14,6 milhões de euros (31dez2020: cerca de 13,7 milhões de euros) e no passivo por cerca de 136,2 milhões de euros (31dez2020: cerca de 281,6 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.12, 5.4, 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2021; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsídios à exploração	
As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 67,4 milhões de euros (31dez2020: 67,5 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 38 milhões euros (31dez2020: 21,7 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 3.17 das notas anexas às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que o Grupo Metropolitano não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte, subsídios associados à Pandemia da Covid-19. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.17, 24 e 25 anexas às demonstrações financeiras consolidadas	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: - Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; - Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; - Reuniões com a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Asserções obtidas junto da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa; - Análise do relatório de auditoria de conformidade ao sistema intermodal de Lisboa, elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), enquanto autoridade de auditoria; - Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; - Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os ofícios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; - Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo Metropolitano, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.15, 3.16, 18 e 20 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo Metropolitano; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da atual guerra na Ucrânia; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Metropolitano de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

(ii) elaboração do relatório consolidado de gestão incluindo a demonstração não financeira consolidada e o relatório de governo societário e nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade do Grupo Metropolitano de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Metropolitano.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Metropolitano;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Metropolitano para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Metropolitano descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Metropolitano para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

(vii) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(viii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(ix) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Metropolitano, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui

os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo Metropolitano incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

A demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada de resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas acima elencadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as acima referidas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10° do Regulamento (UE) n.° 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.

(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Metropolitano nesta mesma data.

(iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Metropolitano durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos ao Grupo Metropolitano quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

_____

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

ix. Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

a) ANÁLISE DE MATERIALIDADE e LIMITES DO RELATÓRIO

Conforme o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade duma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, "um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governance, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo."

Este Relatório Consolidado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (apresentadas neste relatório, no capítulo "Partes Interessadas").

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2021.

A seleção dos aspetos materiais entrou em linha de conta com o *Global Reporting Initiative (GRI)* e com os impactos económicos, ambientais e sociais que estes têm na organização, bem como, de que forma estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas.

Assim, para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas (já apresentadas neste relatório).

Quadro 82 – Priorização dos aspetos materiais

As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Iniciative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- A análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 83 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia

Áreas estratégicas	Aspetos materiais
1. Qualidade do serviço	Satisfação dos clientes
	Serviço ao Cliente
2. Proteção ambiental	Eficiência energética
	Desempenho ambiental
3. Desenvolvimento das pessoas	Valorização as pessoas
	Diversidade e igualdade de oportunidades
4. Risco e transparência da governação	Gestão do Risco
	Corporate governance
	Ética, transparência e Compliance
5. Inovação e desenvolvimento do negócio	Sustentabilidade do Negócio
	Investigação e desenvolvimento
6. Relacionamento com as comunidades locais	Gestão de fornecedores
	Diálogo e envolvimento com as comunidades locais

b) INDICADORES GRI

1) Desempenho Económico

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2019	2020	2021
Valor económico gerado (€)	122 758 537	57 175 169	62 392 728
Valor económico distribuído (€)	338 218 349	329 809 774	260 516 511
Valor económico acumulado (€)	-215 459 813	-272 634 605	-198 123 784

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

GRI 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma

O valor estimado em 2021 para as responsabilidades do plano é de 270.784.682 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 Apoio financeiro recebido do Governo

	2019	2020	2021
Dotações de capital (€)	549 784 212	320 423 764	253 904 909
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€)	(i) 7 066 144	(iii) 32 521 300	(v) 48 233 046
Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€)	(ii) 27 280 412	(iv) 31 474 692	(vi) 153 517 599
Empréstimos DGTF (€)	131 884 780	203 813 049	167 147 451

(i) Inclui PART: 3.102.881 €.

(ii) Inclui PIDDAC: 968.212 €; Fundo Ambiental: 26.264.200 € e IMT: 48.000 €.

(iii) Inclui PART: 28.558.037 €, dos quais 20.299.084 € são Subsídios à Exploração.

(iv) Inclui Fundo Ambiental: 28.328.650 € e Fundo de Coesão: 3.146.042 €.

(iv) Inclui Recebimentos da AML: 44.566.434 € (PART: 7.848.238 €; COVID: 36.718.196 €) e Comparticipações Tarifárias: 3.666.613 €.

(iv) inclui PIDDAC: 800.000 €; Fundo Ambiental: 56.847.527 €; Fundo de Coesão: 38.683.399 € e PRR: 70.816.795 €.

GRI 202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, discriminado por género

	2019	2020	2021
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	170,8	155,2	154,1

	Ano 2020		Ano 2021	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	155,19	161,35	157,92	154,07

GRI 202-2 Proporção de membros de direção contratados na comunidade local

	2019	2020	2021
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	90,0%	91,3%	91,7%

GRI 203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 52.820.071 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O "efeito de rede" é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

	2019	2020	2021
Gastos com fornecedores locais (%)	98,4	97,1	96,9

GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

	2019	2020	2021
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	82%	(*) 64%	100%
	14	11	21
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

(*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

	2019		2020		2021	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	19	86,4%	23	88,5%	24	88,9%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1435	100,0%	1467	100,0%	1515	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	0	0,0%	0	0,0%	(**) 1003	100,0%
Membros do órgão de *governance* que receberam formação no combate à corrupção	1	4,5%	0	0,0%	1	3,7%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	0	0,0%	0	0,0%	5	0,3%

(**) Coincide com o n.º de fornecedores nacionais do ML, com os movimentos contabilísticos 2020-2021 e com o *e-mail* associado.

GRI 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

	2019	2020	2021
Incidentes de corrupção	0	0	0

GRI 206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

2) Desempenho ambiental

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m^3)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2019	19 110	27 227	258	19	143	34 913	3 522
2020	16 377	22 672	729	170,2	22	36 949	7 098
2021	12 934	12 612	6 182	716	23	41 690	9 213

GRI 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos e embalagens recuperados

Não aplicável.

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

	2019	2020	2021
Gasóleo (MWh)	733	709	678
Gasolina (MWh)	2,70	4,47	4,66
Gás natural (MWh)	3 158	3 012	3 371
Eletricidade (MWh)	99 484	100 264	87 712
Total (MWh)	**103 378**	**103 990**	**91 766**

GRI 302-3 Intensidade energética

	2019	2020	2021
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	8,86	4,32	4,60

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2021 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED.

De igual forma concluiu-se a implementação do novo regime de funcionamento dos ventiladores permitindo ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

GRI 303-1 Renovação de água por fonte

GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)

GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)

GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2019	2020	2021
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	826	791	854
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	39 682	27 105	17 025
Outras emissões indiretas GEE (t CO_2 e)	9,88	1,50	4,76
Intensidade de GEE (g CO_2 e/Pkm)	45,0	62,6	42,2
Total de emissões evitadas (t CO_2 e)	7 257	-56 351	-3 703

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

0 (zero).

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

	2019	2020	2021
Emissões SO_2 - gás acidificante (t)	260	262	229
Emissões NO_2 - gás percursor do ozono (t)	120	121	106

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

Fonte	Qualidade	Destino		Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2021 (m^3)
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municipios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcantara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	ETAR de Alcantara - tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m^3/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m^3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m^3/dia. ETAR de Beirolas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m^3/dia. ETAR de Bucelas - tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m^3/dia. ETAR de Frielas - tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m^3/dia. ETAR de São João da Talha - tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m^3/dia.	9 686
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			16 661
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			37 954
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III - onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML - onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas carateristicas. Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m^3 e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m^3.				**Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)**	26 347
				Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)	37 954

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2019	2020	2021
Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m^3)	77 491	62 912	64 301

GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2019	2020	2021
Peso total de resíduos perigosos	1,2%	1,9%	1,2%
Peso total de resíduos não perigosos	98,8%	98,1%	98,8%
Peso total de resíduos para eliminação	57,4%	50,0%	32,4%
Peso total de resíduos para recuperação	42,6%	50,0%	67,6%

	2019	2020	2021
Resíduos perigosos (t)	28	19	19
Resíduos não perigosos (t)	2 385	982	1 613
Resíduos para eliminação (t)	1 385	500	528
Resíduos para recuperação (t)	1 028	501	1104

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2021 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2021, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

	2019	2020	2021
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	9,8	12,5	10,8

GRI 308-2 **Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito**

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacte o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social

GRI 401-1 **Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região**

	2019	2020	2021
Efetivos (mulheres)	385	385	388
Efetivos (homens)	1 119	1 132	1 133
Número total de efetivos	**1 504**	**1 517**	**1 521**
Admissões	55	63	16
Saídas	21	15	20
Taxa de rotatividade	**5,1%**	**5,1%**	**2,4%**

	Ano 2020		Ano 2021	
IDADE	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	2,3%	4,0%	2,6%	4,7%
Entre 30 e 50 anos	51,7%	41,5%	52,1%	41,7%
> 50 anos	46,0%	54,5%	45,4%	53,6%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

	MULHERES			HOMENS		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Empregados com direito a licença parental	385	385	388	1 119	1 132	1 133
Empregados que tiraram licença parental no período	3	2	4	24	23	18
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	3	1	3	21	22	15
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	3	1	3	21	22	15
Taxa de retorno ao trabalho	100,0%	50,0%	75,0%	87,5%	95,7%	83,3%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	100%	100%	100%	100%	100%	100%

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comités formais de gestão - Comités de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2019	2020	2021
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2019	2020	2021
Índice de incidência	55,05	31,36	45,60
Índice de frequência	34,62	23,00	33,69
Índice de gravidade	1,70	1,20	1,64
Acidentes de trabalho	136	60	75
Dias perdidos	3 878	2 409	3 364
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,13	8,05	7,48

	2020		2021	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acidentes de trabalho (n.º)	6	54	11	64
Dias perdidos	168	2 241	476	2 888

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado

	2019	2020	2021
Dirigentes	26,67	63,70	41,61
Quadros superiores	27,35	35,30	33,80
Quadros médios	10,92	9,78	6,57
Quadros intermédios	26,73	8,81	18,90
Profissionais qualificados / altamente qualificados	20,79	14,66	11,77
Profissionais não qualificados / semiqualificados	11,50	2,55	8,66
Média	**20,61**	**17,56**	**16,47**

	Ano 2020		Ano 2021	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	50,93	69,29	54,91	35,60
Quadros superiores	36,12	34,68	34,93	32,79
Quadros médios	6,43	11,87	6,94	6,31
Quadros intermédios	0,83	9,08	7,33	19,30
Profissionais qualificados / altamente qualificados	12,71	15,30	13,18	11,31
Profissionais não qualificados / semiqualificados	4,80	0,67	17,46	1,33
Média	**18,37**	**17,01**	**20,19**	**15,21**

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2019	2020	2021
Executive MBA (Diretores)	2	1	0
Licenciatura	8	6	10
Mestrado	3	1	0
Doutoramento	1	1	0

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2021 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela *governance* e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

	2019		2020		2021	
ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	2	1	2	1	2	1
Assessoria do CA	0	0	1	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	12	5	15	6	15	6
Total	**15**	**8**	**19**	**9**	**18**	**9**

	2019		2020		2021	
DIRETORES	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	4	4	3	4	3	3
Superior a 50 anos	8	1	12	2	12	3
Total	**12**	**5**	**15**	**6**	**15**	**6**

GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

	2019	2020	2021
Quadros superiores	105,5%	106,6%	108,9%
Quadros médios	102,8%	104,8%	105,1%
Quadros intermédios	100,2%	100,3%	98,3%
Profissionais altamente qualificados	89,3%	89,7%	86,9%
Profissionais qualificados	100,7%	100,8%	98,2%

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2019	2020	2021
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML[4].

GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2019	2020	2021
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	6,6%	0,0%	0,0%

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2021 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados

	2019	2020	2021
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	28,0	0,0	0,0
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	0,13%	0,00%	0,00%

[4] https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poerias e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de lisboa implementa um conjunto de ações com vista a minimizar estes impactes negativos e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho

NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

	2019	2020	2021
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,35	7,52	7,78
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

Em 2021, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

c) TABELA DE INDICADORES GRI

Quadro 84 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 102 Conteúdos Gerais 2016				
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág. 12		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág. 12		
Localização da Sede da Organização	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág. www.metrolisboa.pt		
Local das Operações	102-4			
Natureza da propriedade e forma jurídica	102-5	Pág. 12		
Mercados atendidos	102-6	Pág. 12		
Porte da organização	102-7	Pág. 62		
Informações sobre empregados e outros trabalhadores	102-8	Pág. 62		
Cadeia de fornecedores	102-9	Pág. 16		
Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	102-10	Pág.		
Princípio ou abordagem da precaução	102-11	Pág.		
Iniciativas externas	102-12	Pág. 66		
Participação em associações	102-13	Pág. 66		
Estratégia				
Declaração do mais alto executivo	102-14	Pág. 6		
Principais impactos, riscos e oportunidades	102-15	Pág. 23		
Ética e integridade				
Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	102-17	Relatório de execução do PPRCIC		
Governance				
Estrutura de Governance	102-18	Pág. 25		
Delegação de autoridade	102-19	RGS 2021 As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	102-20	Pág. 28		
Consulta a *stakeholders* sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	102-21	Pág. 16		
Composição do mais alto órgão de *governance* e dos seus comités	102-22	RGS 2021		
Presidente do mais alto órgão de *governance*	102-23	RGS 2021		
Seleção e nomeação para o mais alto órgão de *governance*	102-24	RGS 2021		
Conflitos de interesse	102-25	RGS 2021		
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* na definição de propósito, valores e estratégias	102-26	RGS 2021		
Conhecimento coletivo do mais alto órgão de *governance*	102-27	Pág. 25		
Avaliação do desempenho do mais alto órgão de *governance*	102-28	RC 2021		
Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	102-29	Pág.250, 242		
Eficácia dos processos de gestão de risco	102-30	RGS 2021; Relatório de execução do PPRCIC		
Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2021		

Quadro 85 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)				
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governance no relato de sustentabilidade	102-32	Pág. 25		
Comunicação de preocupações cruciais	102-33	Pág. 25		
Natureza e número total de preocupações cruciais	102-34	Pág. 25		
Políticas de remuneração	102-35	Pág. 25		
Processo para determinação da remuneração	102-36	Pág. 25		
Envolvimento dos *stakeholders* na remuneração	102-37	Pág.		
Proporção da remuneração total anual	102-38	Pág. 25		
Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	102-39	Pág. 25		
Envolvimento dos *stakeholders*				
Lista de grupos de *stakeholders*	102-40	Pág. 16		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. 252		
Identificação e seleção de *stakeholders*	102-42	Pág. 16		
Abordagem para o envolvimento de *stakeholders*	102-43	Pág. 16		
Principais preocupações e tópicos levantados	102-44	Pág.		
Prática de relato				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. 12		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. 5		
Lista de tópicos materiais	102-47	Pág. 243		
Reformulações das informações	102-48	Pág.		
Alterações no Relato	102-49	Pág.		
Período coberto pelo relatório	102-50	Pág. 5		
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2020		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contato para perguntas sobre o relatório	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt		
Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	102-54	Pág. 5		
Sumário de conteúdo da GRI	102-55	Pág. 258		
Verificação externa	102-56	Pág.		
GRI 201: Desempenho económico 2016				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág.243		5; 9
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas	201-2	Pág.244		13
Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma	201-3	Pág.244		
Apoio financeiro recebido do Governo	201-4	Pág.244		
GRI 202: Presença no mercado 2016				
Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	202-1	Pág.244		
Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	202-2	Pág.244		
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016				
Investimentos em infraestrutura e serviços fornecidos	203-1	Pág.245		5; 9
GRI 204: Práticas de compra 2016				
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	Pág.245		

Quadro 86 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 205: Combate à corrupção 2016				
Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	205-1	Pág.245		16
Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	205-2	Pág.245		
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	205-3	Pág.246		16
GRI 206: Concorrência desleal 2016				
Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	206-1	Pág.246		
GRI 301: Materiais 2016				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág.246		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág. 246		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág. 246		
GRI 302: Energia 2016				
Energia consumida na organização	302-1	Pág. 246		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág. 246		13
Intensidade energética	302-3	Pág. 246		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág. 247		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág. 75		13
GRI 303: Água 2018				
Captação de água por fonte	303-1	Pág. 247		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág. 247		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág. 247		
GRI 304: Biodiversidade 2016				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág. 247		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág. 247		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág. 247		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág. 247		
GRI 305: Emissões 2016				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág. 247		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág. 247		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág. 247		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág. 247		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág. 247		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág. 248		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág. 248		13
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág. 248		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág. 249		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág. 249		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág. 249		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág. 249		

Quadro 87 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 307: Conformidade ambiental 2016				
Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. 249		
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	308-1	Pág. 249		
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	308-2	Pág. 250		
GRI 401: Emprego 2016				
Novas contratações e rotatividade de empregados	401-1	Pág. 250		5
Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial	401-2	Pág. 251		
Licença de maternidade/paternidade	401-3	Pág. 251		5
GRI 402: Relações de trabalho 2016				
Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	402-1	Pág. 251		
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018				
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-1	Pág.251		
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	403-2	Pág.252		
Serviços de saúde do trabalho	403-3	Pág.252		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	403-4	Pág.252		
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	403-5	Pág. 62		
Promoção da saúde do trabalhador	403-6	Pág. 62		
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança	403-7	Pág. 62		
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-8	Pág. 62		
Acidentes de trabalho	403-9	Pág. 62		
Doenças profissionais	403-10	Pág. 62		
GRI 404: Capacitação e Educação 2016				
Médias de horas de capacitação por ano, por empregado	404-1	Pág.253		5
Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	404-2	Pág. 253		
Percentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	404-3	Pág. 253		5
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016				
Diversidade em órgãos de *governance* e empregados	405-1	Pág. 254		5
Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	405-2	Pág. 254		5
GRI 406: Não Discriminação 2016				
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	406-1	Pág. 254		5
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016				
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	407-1	Pág. 255		
GRI 408: Trabalho Infantil 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	408-1	Pág. 255		
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	409-1	Pág. 255		
GRI 410: Práticas de Segurança 2016				
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	410-1	Pág. 255		

Quadro 88 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016				
Casos de violação de direitos de povos indígenas	411-1	Pág. 255		
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016				
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos	412-1	Pág. 255		
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. 255		
Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	412-3	Pág. 256		
GRI 413: Comunidades Locais 2016				
Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local	413-1	Pág. 256		
Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais	413-2	Pág. 256		
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	414-1	Pág. 256		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	414-2	Pág. 256		5
GRI 415: Políticas Públicas 2016				
Contribuições políticas	415-1	Pág. 256		
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016				
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	416-1	Pág. 256		
Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços	416-2	Pág. 256		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 216				
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	417-1	Pág. 257		
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. 257		
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	417-3	Pág. 257		
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016				
Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	418-1	Pág. 257		
GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419				
Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. 257		

x. Glossário de Termos e respetivas Fontes

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Capacitação

Refere-se a todos os tipos de formação profissional e treinamentos, licença remunerada para estudos fornecida pela organização para os seus colaboradores, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, pela organização e capacitação de temas específicos.

Carruagens x km

Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance

Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do “património” capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de "boa governação".

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energética

Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade

Corresponde normalmente a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa

Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais

Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.

Gases com efeito de estufa (GEE)

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Global Reporting Initiative (GRI)

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração

Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho

Índice de frequência

Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade

Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas

Índice de incidência

Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores

Lugares x km

Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da "International Organization for Standardization" sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Óbito

A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados

Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados

Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.

Passageiros das validações

Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de absentismo

Percentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade

É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

xi. Siglas e Acrónimos

Siglas/Acrónimos	Significado
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
AE I	Acordo de Empresa I
AE II	Acordo de Empresa II
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ATM	Multibanco
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado
AVE	*Advertising Value Equivalent*
CBTC	*Communications Based Train Control*
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CITV	Circuiro Interno de TV
CLC	Certificação Legal de Contas
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPO	Encarregado de Proteção de Dados
EBIT	*Earnings Before Interests*
EBITDA	*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*
EGP	Estatuto do Gestor Público
Grupo Comet	*The Community of Metros*
GWh	Giga-Watt hora
I.P.	Instituto Público
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta
IDI	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
ILD	Infraestruturas de Longa Duração
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IP	Infraestruturas de Portugal
IPSS	Instituto Particular de Solidariedade Social
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ISEL	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e Linhas de orientação para sua utilização
ISO 45001	Sistemas de Gestão e Segurança no Trabalho - Requisitios e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 5001	Sistemas de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 9001	Sistemas de Gestão de Qualidade - Requisitos
LIOS	Linha Intermodal Sustentável
LKO	Lugares x km
MAVT	Máquina Automática de Vendas de Títulos
MKBF	*Mean Kilometers Between Failure* (Quilometragem média entre falhas)
ML	Metropolitano de Lisboa
ML90, ML95, ML97, ML99	As quatro séries de material circulante do ML
MLS	Metro Ligeiro de Superfície
MTBF	*Mean Time Between Failures* (Período Médio Entre Falhas)
MWh	Megawatt hora
n.d.	Não Disponível
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Siglas/Acrónimos	Significado
OTLIS	Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.
p.p.	Ponto Percentual
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PART	Programa de Apoio à Redução Tarifária
PESTAL	Análise de Contexto Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal
PISA 2030	Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030
Pkm	Passageiros x km
PKT	Passageiros x km Transportados
PMO	Parque de Material e Oficinas
PMO I	PMO de Sete Rios
PMO II	PMO de Calvanas
PMO III	PMO de Carnide
PMP	Prazo médio de Pagamento
PNPA	Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
ROC	Revisor Oficial de Contas
ROI	Return on Marketing Investment
s / n / n.a.	Sim / Não / Não Aplicável
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SAP	Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Systems Applications and Products in Data Processing)*
SAP BPC	SAP Business Planning and Consolidation
SCIE	Segurança Contra Incêndios em Edfícios
SEAMB	Secretario de Estado do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SOE	Sistema do Orçamento de Estado
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*
TML	Transportes Metropolitanos de Lisboa
UA	Universidade de Aveiro
UE	União Europeia
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTE	Unidade da Tesouraria do Estado
V. Abs.	Valor Absoluto
Var.	Variação